

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO
LORENNA BURJACK DA SILVEIRA

DITADURA E DESTERRO: TRAJETÓRIAS DE EXILADOS BRASILEIROS DO
GOLPE DE 1964 NOS ESTADOS UNIDOS (1964-1979)

GOIÂNIA

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO
LORENN A BURJACK DA SILVEIRA

DITADURA E DESTERRA: TRAJETÓRIAS DE EXILADOS BRASILEIROS DO
GOLPE DE 1964 NOS ESTADOS UNIDOS (1964-1979)

GOIÂNIA

2011

LORENN A BURJACK DA SILVEIRA

DITADURA E DESTERRO: TRAJETÓRIAS DE EXILADOS BRASILEIROS DO
GOLPE DE 1964 NOS ESTADOS UNIDOS (1964-1979)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial da obtenção do título de mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração.

Orientadora: Prof^a. Dra. Libertad Borges Bittencourt.

GOIÂNIA

2011

LORENN A BURJACK DA SILVEIRA

DITADURA E DESTERRO: TRAJETÓRIAS DE EXILADOS BRASILEIROS DO
GOLPE DE 1964 NOS ESTADOS UNIDOS (1964-1979)

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestrado em História, aprovada em ____/____/2011, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profª Drª Libertad Borges Bittencourt (UFG)
Presidente

Profª Drª Mary Anne Junqueira (USP)
Membro

Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa (UFG)
Membro

Profª Drª Fabiana de Sousa Fredrigo (UFG)
Suplente

A minha mãe, Ana Cristina e, minha avó, Dona Mundica.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, pelo apoio, pela dedicação e pelo amor incondicional.

A meu pai, pelo apoio e acolhimento em Brasília, todas as vezes que precisei fazer pesquisas na Biblioteca do Senado. Não poderia deixar de mencionar meu irmão Antônio Neto. Netinho, é muito bom tê-lo como irmão.

A Prof^a Dr^a Libertad Borges Bittencout, por me ter aceitado como orientanda. Muito obrigada por sua compreensão e paciência. Aprendi muito com a senhora, a quem admiro muito.

Não poderia deixar de mencionar outros professores importantes em minha formação: Noé Freire Sandes, Fabiana de Souza Fredrigo, Armênia Maria de Souza, Dulce Oliveira A. dos Santos e João Alberto da Costa Pinto.

Gostaria de expressar meus agradecimentos à Prof^a Dr^a Mary Anne Junqueira e ao Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa, por aceitarem participar da minha banca examinadora.

Agradeço muitíssimo ao Nilton José Rodrigues pelas correções finais e por todo suporte nessas últimas semanas. Minha gratidão é imensurável. Muito obrigada por tudo!

A minha professora de inglês, Rogéria Letícia, e a minha fisioterapeuta, Usmary Sardinha. Parte dessa conquista devo a vocês.

Às tias Maisa, Cléo e à vovó Mundica pelo acolhimento, pelo apoio, pelas conversas, pelo cuidado e pela orientação. Vocês são muito especiais. Agradeço também às minhas primas, Ana Clara, Letícia, Lillian e Maria Eugênia, verdadeiras irmãs.

Aos queridos amigos, Leonardo Pereira, Ana Lídia e Marina, que estiveram muito presentes nesses meses finais do mestrado e me apoiaram muito. Obrigada pela atenção, pelo carinho e pela força. Não poderia deixar de mencionar outros amigos muito especiais: Mariana, Helena, Gisele, Ana Maria, Fernando, Leonardo Silva, Rainer e Elby. Todos vocês valem ouro.

Deixo também o meu muito obrigada a todos os meus colegas de trabalho da Escola Municipal Alice Coutinho, que me apoiaram durante o período do mestrado, cobrindo meus horários para que eu pudesse participar das atividades do curso. Agradeço também aos meus alunos, por me terem apresentado uma nova realidade, tão dura e tão bela ao mesmo tempo.

“[Sofia] tinha cinco anos. Lembro-me bem dela. Seu pai está na prisão. A cada uma de suas visitas, Sofia leva seus desenhos que contêm o essencial das mensagens que endereça a seu pai. Na entrada, seus desenhos são submetidos a um exame sistemático. Um dia a mulher que efetua esse controle risca com tinta preta as andorinhas que anunciam a chegada da primavera. “É proibido desenhar pombas”, diz-lhe em um tom severo. Desde então, não se encontram mais pássaros nos desenhos de Sofia, mas ela desenha numerosos pares de pequenos círculos sobre os galhos das árvores. São os olhos dos pássaros escondidos.”

MAREN VIÑAR

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo a trajetória de exilados brasileiros vítimas do golpe de 1964 que optaram pelos Estados Unidos como local de desterro ou estiveram naquele país denunciando o caráter repressivo da ditadura militar brasileira. Para melhor compreensão do tema, a dissertação foi iniciada com ampla reflexão sobre o exílio, para então adentrar no tema proposto. A proposta é de um estudo multidisciplinar, procurando conhecer como o exilado é enquadrado no Direito Internacional, as dificuldades e possibilidades que essa situação implica para os indivíduos que a vivenciam, os aspectos patológicos do exílio e da tortura. Foram destacados, ainda, os principais locais de desterro dos brasileiros e entre os que receberam exilados brasileiros constam os Estados Unidos, país responsável pelo suporte bélico, logístico e financeiro concedido aos militares que derrubaram o governo João Goulart. Foram priorizadas nesta reflexão as relações entre Brasil e Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970, buscando assinalar como a sociedade norte-americana nesse período questionava a política externa adotada pelo seu país, principalmente no que se refere à América Latina. Enfatizou-se a articulação entre exilados brasileiros, e intelectuais, ativistas e religiosos norte-americanos, cujo propósito era publicar na imprensa norte-americana denúncias sobre a repressão e a tortura praticada pelos militares brasileiros.

Palavras-chave: exílio, ditadura militar, Estados Unidos.

ABSTRACT

This thesis aims at analyzing the trajectory of Brazilian exile victims of the 1964 military coup that opted for the United States as a place of exile in that country or were there denouncing the repressive character of the Brazilian military dictatorship. In order to more appropriately approach and understand that issue, the study presents a reflection on the characteristics of the exile as a major concern, before addressing what happened to Brazilian exile victims. Thus, this is a multidisciplinary study, developed to understand how people who have been exiled can be framed in International Law, the difficulties imposed to individuals and yet the possibilities that arise from this situation for those who experience it. Eventually, the pathological aspects of exile and torture are also discussed. The main places where Brazilian exiles were found are traced in this research, among them the United States are highlighted. This country was also responsible for granting weapons as well as logistical and financial support to the military government that overthrew late president Goulart. The relations between Brazil and the United States in the 1960s and 1970s were prioritized in this study, in an attempt to signal how the American society during this period questioned the foreign policy adopted by their country, especially with regard to Latin America. Finally, this study examines closely the link between Brazilian exiles and American intellectuals, activists and religious leaders whose purpose was to publish in the American press reports about repression and torture practiced by Brazilian military.

Key words: exile, military dictatorship, United States.

SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

ABI – Associação Brasileira de Imprensa.

AID – Agência para Desenvolvimento Internacional

ALN – Ação Libertadora Nacional.

AP – Ação Popular.

CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia.

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

CIA – Agência Central de Inteligência.

CIAP – Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso.

CMI – Conselho Mundial das Igrejas.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social.

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna.

FBI – Frente Brasileira de Informações.

FNB – Frente Negra Brasileira.

FNFi – Faculdade Nacional de Filosofia.

GTNM – Grupos Tortura Nunca Mais.

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

ICEM – Comitê Intergovernamental para a Migração Européia.

IFCS – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

ISEB – Instituto Superior de Assuntos Brasileiros.

JEC – Juventude Estudantil Católica.

JUC – Juventude Universitária Católica.

LASA – Associação de Estudos Latino-Americanos.

MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

MEC- Ministério da Educação e Cultura.

MFPA – Movimento Feminino pela Anistia.

MIT – Instituto de Tecnologia de Massachusetts.

MRE – Ministério das Relações Exteriores.

NCC – Conselho Nacional das Igrejas.

OBAN – Operação Bandeirante.

OEA – Organização dos Estados Americanos.

OIR – Organização Internacional para Refugiados.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

PEI – Política Externa Independente.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

STM – Superior Tribunal Militar.

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

TEN – Teatro Experimental Negro.

UCLA – Universidade da Califórnia em Los Angeles.

UEE – União Estadual dos Estudantes.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

USAID – Agência norte-americana para o Desenvolvimento Internacional.

USEP – Programa das Estados Unidos para Fugitivos.

USP – Universidade de São Paulo.

VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionaria-Palmares.

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	
CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O EXÍLIO	21
O Exílio nos Tratados Internacionais	21
A Condição de Exilado	26
Reflexões sobre o Exílio	29
Brasileiros Exilados: Entre Memórias e Textos Jornalísticos	33
Aspectos Patológicos do Exílio e da Tortura	37
A Anistia Internacional, a Imprensa e os Exilados Contra a Repressão	42
CAPÍTULO II	
O GOLPE DE 1964 E OS ESTADOS UNIDOS: ENTRE O SUPORTE E AS CRÍTICAS	
Os Brasileiros e seus Locais de Exílio	50
Os EUA e os Militares Brasileiros: Entre Aproximações e Distanciamentos	54
A Sociedade Norte-Americana ante a Política Externa de seu País	62
Entre Amigos: A Divulgação da Repressão no Exterior	73
O Governo Carter e os Direitos Humanos	83
Embate entre Gordon e Della Cava	90

CAPÍTULO III

TRAJETÓRIAS: EXILADOS BRASILEIROS NOS ESTADOS UNIDOS	103
O Apoio Informal das Redes de Solidariedade	103
Trajetórias Intelectuais Interrompidas	112
Outros Militantes da Esquerda Brasileira nos Estados Unidos	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	139
ANEXOS	146

INTRODUÇÃO

O ano de 2011 corresponde exatamente ao quadragésimo sétimo aniversário do golpe de 1964. Trata-se de um acontecimento recente na história do Brasil e, portanto, com muitos aspectos a serem estudados, apesar de já haverem estudos importantes sobre essa fase, que pode ser considerada no mínimo conturbada e arbitrária. A realização de novas pesquisas depende da liberação dos acervos documentais e também do apoio a pesquisadores, tanto na forma de concessão de bolsas quanto no consentimento de licenças a pesquisadores trabalhadores. Só assim, será possível prestar mais esclarecimentos à sociedade sobre esses anos de supressão da democracia, de perseguição política, censura, repressão, tortura, desvelando, também, mais detalhes sobre a luta de cidadãos brasileiros que se posicionaram contra a ditadura militar.

A presente dissertação aborda parte dessa luta e não se trata da luta empreendida pela guerrilha, mas aquela empreendida no exílio. O tema central são as trajetórias de exilados brasileiros que escolheram nos Estados Unidos como *locus* do desterro, país no qual os principais aliados dos exilados brasileiros foram intelectuais e líderes religiosos norte-americanos. Nesse cenário, a imprensa foi o principal meio utilizado para denunciar a repressão praticada pelos militares brasileiros.

A importância de pesquisas acerca das atividades desempenhadas pelos exilados brasileiros se desvela, seguindo as concepções da historiadora Denise Rollemberg Cruz (1999), pois, apesar das tentativas dos militares de anular e excluir indivíduos “indesejáveis”, muitos exilados se mobilizaram para denunciar as arbitrariedades cometidas pelo regime militar, ou seja, continuaram buscando a transformação da sociedade, mesmo estando em outros países. É importante enfatizar que o grupo de exilados brasileiros nos Estados Unidos era pequeno se comparado aos que foram para outras localidades; porém, as denúncias e mobilizações realizadas nesse país tiveram uma importância significativa, uma vez que os militares brasileiros eram mais sensíveis às críticas advindas da imprensa norte-americana. Ademais, trata-se de um tema ainda pouco pesquisado na historiografia, que está ganhando mais visibilidade com as pesquisas do historiador norte-americano James N. Green (2003; 2009).

Em 2005, durante o último ano na graduação em História, da Universidade Federal de Goiás, esta estudante deparou-se com a atividade mais desafiadora de todo o curso: a elaboração de uma monografia. Vários temas foram aventados e, depois de conversar com colegas e professores, ela decidiu que iria pesquisar sobre o apoio que os Estados Unidos conferiram aos militares brasileiros que deflagraram o golpe contra João Goulart. Em 2008, deparou-se com um novo desafio: a oportunidade de fazer um curso de mestrado. Nesse momento, escolher o tema da sua nova pesquisa já não foi um problema, pois estava decidida a estudar acerca da trajetória de exilados brasileiros que durante a ditadura militar optaram pelos Estados Unidos como local de desterro.

Inicialmente, duas obras influenciaram sua escolha: o livro *A Ditadura Escancarada*, de Elio Gaspari, e a tese de doutorado de Denise Rollemberg Cruz publicada sob o título *Exílio: Entre Raízes e Radares*. Através da primeira obra, foi apresentada ao brasilianista ítalo-americano Ralph Della Cava, conhecido na década de 1960 por sua participação nos movimentos em defesa dos direitos civis e contra a guerra do Vietnã. Nessa obra, Gaspari menciona brevemente o apoio que Della Cava ofereceu a exilados brasileiros nos Estados Unidos. A segunda obra traz uma abordagem ampla do exílio de brasileiros perseguidos pela ditadura militar. Cruz, por meio de entrevistas com exilados e da análise de relatos e reportagens sobre o tema, revela os principais locais de desterro, as atividades desenvolvidas e as transformações identitárias vivenciadas por esses indivíduos. Em uma nota de rodapé, a historiadora mencionou a existência, embora em número reduzido, de exilados brasileiros nos Estados Unidos.

Nesse momento, surgiu um questionamento que se fez presente durante todo o período de pesquisa: quem foram os brasileiros que optaram pelos Estados Unidos como local de desterro? É importante mencionar que o objetivo dessa pesquisa não foi elencar todos os exilados brasileiros que estiveram nos EUA, mas conhecer a trajetória de alguns deles. Para se compreender melhor o tema proposto, partiu-se dos aspectos gerais referentes ao exílio, como uma experiência presente na história da humanidade desde a Antiguidade e com características bem específicas em termos cronológicos e geográficos. Trata-se de um tema amplo, presente em diversas áreas do saber. No primeiro capítulo da dissertação, privilegiou-se o diálogo com o Direito Internacional, para se compreender quais são os direitos e deveres estabelecidos aos exilados nos tratados internacionais.

Em seguida, refletiu-se sobre o exílio, tendo como suporte os escritos do crítico literário Edward Said (2003; 2004) e os de Denise Rollemberg Cruz (1999) sobre o

tema. Refletiu-se também sobre a utilização de documentos memorialísticos na produção historiográfica, uma vez que uma parte significativa das fontes utilizadas nesta dissertação pertence a essa tipologia. Nesse sentido, corroboram-se ideias de Beatriz Sarlo de que, ao se estudarem temas relacionados às ditaduras militares latino-americanas, deve-se reconhecer os perigos do anacronismo, assim como os testemunhos utilizados devem ser submetidos a análises críticas. Outro fato importante é o que diz respeito à produção de uma pesquisa baseada na combinação de tipos diferentes de documentos e não apenas tendo como suporte relatos de memórias.

Na etapa seguinte, ressaltaram-se, à luz da Psicanálise, os aspectos patológicos da tortura e do exílio. A obra *Tortura e Exílio*, dos psiquiatras uruguaios Marcelo e Maren Viñar, foi fundamental para se compreenderem as implicações que essas duas situações-limite podem acarretar para a vida dos indivíduos que as experimentam. Por fim, enfocou-se o papel desenvolvido pela Anistia Internacional, pela imprensa e pelos exilados brasileiros contra a repressão durante o regime militar no Brasil.

O segundo capítulo da dissertação foi iniciado com uma análise ampla do exílio vivenciado por brasileiros perseguidos pelo regime militar. Mais uma vez, as pesquisas de Cruz (1999) foram fundamentais para a compreensão dos principais locais de exílio e das atividades desenvolvidas pelos desterrados brasileiros. A autora divide os exilados em duas gerações: a de 1964 e a de 1968. A primeira compunha-se, em sua maioria, de indivíduos mais maduros pessoal e profissionalmente. Tratava-se, em sua maioria, de políticos e sindicalistas. O principal lugar de exílio dessa primeira geração foi o Uruguai. A segunda geração era formada por indivíduos mais jovens, muitos ainda eram estudantes. Seus principais locais de exílio foram o Chile e a França.

Ademais, Cruz (1999) divide o exílio vivenciado por brasileiros em três fases. A primeira vai de 1964 a 1973 e corresponde ao período em que os exilados se concentraram na América Latina. Contudo, a queda de Allende e a sucessão de golpes militares em outros países latino-americanos deram início à dispersão dos exilados brasileiros, que se viram na contingência de partir, principalmente, para países europeus. Nesse momento começa a segunda fase do exílio. Segundo Cruz (1999), a terceira fase caracteriza-se pela opção de alguns exilados de mudarem-se para países africanos recém-independentes. Na concepção da autora, essa fase não foi inaugurada por uma data específica, mas pela marginalização social e dificuldade de adaptação enfrentada pelos brasileiros na Europa. Dessa forma, conclui-se que, entre os países que se sobressaíram pelo acolhimento de exilados, figuram o Uruguai, o Chile, Cuba – que

se destaca por ter sido procurada por indivíduos interessados em fazer treinamento guerrilheiro –, a França e a Suécia.

Também houve países que receberam exilados brasileiros em menor número. Entre esses, estão os Estados Unidos, país que ofereceu apoio financeiro, bélico e logístico aos militares brasileiros que deflagraram o golpe contra João Goulart. O apoio militar e logístico configurou-se na chamada *Operação Brother Sam*, descoberta e divulgada inicialmente mediante das pesquisas realizadas por Phyllis Parker (1977). Outro suporte importante para o conhecimento das relações estabelecidas entre Brasil e Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970 foi a obra de Carlos Fico, *O Grande Irmão: Da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo* (FICO, 2008). O historiador brasileiro enfatiza que as preocupações demonstradas pela Casa Branca no que diz respeito à tortura e outras formas de repressão instituídas pelos militares brasileiros eram apenas um comportamento protocolar, que mais visava preservar a forma como a aliança estabelecida com os militares brasileiros poderia ser vista pelo Congresso e pela opinião pública norte-americana.

O apoio concedido pelos Estados Unidos à ascensão de regimes ditatoriais na América Latina não passou incólume pela opinião de parte da sociedade norte-americana, que, a partir, principalmente, do final da década de 1960, começou a questionar a política externa do seu país. De acordo com James N. Green (2003; 2009), é nesse contexto que se estabeleceu uma aliança entre exilados brasileiros, e líderes religiosos e intelectuais norte-americanos para divulgar na imprensa dos EUA as arbitrariedades cometidas pela ditadura militar no Brasil. A instauração do AI 5, em dezembro de 1968, é considerada um marco, pois foi a partir dessa data que as críticas aos militares brasileiros tornaram-se frequentes nos Estados Unidos.

O que primeiro chamou a atenção na mídia e no meio acadêmico dos Estados Unidos foram as perseguições e prisões de importantes intelectuais, políticos e artistas brasileiros. Dessa forma, nesse capítulo foram analisadas reportagens publicadas pelo *The New York Times* durante o final da década de 1960 e início dos anos 1970, nas quais se retrataram o encarceramento de Caio Prado Júnior e do dramaturgo Augusto Boal, além da cassação do mandato de Márcio Moreira Alves. Green (2009) afirma que a preocupação inicial relativa à situação dos segmentos da sociedade brasileira mencionados acima foi seguida por um despertar para a situação dos presos políticos em geral, como demonstra a carta de Richard Shaull, professor do Seminário Teológico de

Princeton, publicada pelo *New York Times* em 16 de setembro de 1969 (SHAULL, 1969).

Após discussões sobre a formação de redes que se dedicavam a divulgar denúncias sobre as torturas praticadas pelo regime militar brasileiro no exterior, principalmente nos Estados Unidos, e sobre o recrudescimento das preocupações com os direitos humanos durante o governo Carter, enfocou-se a atuação do brasilianista Ralph Della Cava nas denúncias contra a ditadura brasileira. Nessa parte da dissertação, o principal documento utilizado foi o artigo, “A Tortura no Brasil”, publicado inicialmente na revista católica norte-americana *Commonweal*, em 24 de abril de 1970 (DELLA CAVA, 1979a). Trata-se de um artigo polêmico, em que o brasilianista acusa Lincoln Gordon de ser o arquiteto da política de cumplicidade do governo dos EUA com os militares brasileiros, e não se ter posicionado contra a tortura. Gordon respondeu às acusações de Della Cava, enviando cartas aos editores da revista, o que resultou em um interessante debate.

O terceiro capítulo teve como foco questões relativas aos principais aspectos que caracterizaram o exílio de brasileiros nos Estados Unidos, como o fato de não ter sido concedido aos exilados brasileiros a condição oficial de refugiado político, bem como as dificuldades que eles enfrentaram para obter os vistos de entrada. Situações que iam do constrangimento nas embaixadas e nos consulados norte-americanos à negação do visto, mesmo que o requerente houvesse sido convidado para lecionar em uma importante universidade norte-americana, situação que aconteceu com Darcy Ribeiro. Os exilados que conseguiram adentrar o território norte-americano o fizeram através da obtenção de vistos de trabalho ou de estudo. Alguns até contaram com a ajuda de funcionários do Departamento de Estado para obtenção de tal autorização.

A hipótese de que o exílio de brasileiros nos Estados Unidos esteve restrito a intelectuais convidados para lecionar em universidades norte-americanas não foi confirmada. Além da presença de intelectuais como Paulo Freire, Celso Furtado, Emilia Viotti da Costa, Abdias do Nascimento, Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, constatou-se a presença, mesmo que temporária, de estudantes e políticos como Márcio Moreira Alves e Leonel Brizola. Neste estudo privilegiou-se a análise da trajetória de três militantes esquerdistas – Anivaldo Padilha, Marcos Arruda e Jean Marc von der Weid –, que tiveram importante atuação nas mobilizações que denunciavam o caráter repressivo da ditadura brasileira nos Estados Unidos.

O corpo documental que compõe o trabalho é formado por livros de memória, reportagens de jornais e revistas norte-americanas e nacionais. Os periódicos estrangeiros utilizados foram o *The New York Times* e o *The Washington Post*, dois jornais relevantes para a opinião pública norte-americana e de reconhecimento internacional. O acesso a suas reportagens foi possibilitado graças a seus arquivos eletrônicos. Entre os periódicos nacionais, estão as revistas *Veja* e *Ensaio de Opinião* e os jornais *O Pasquim*, *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil*. Os locais de pesquisa visitados para a elaboração deste trabalho foram a Biblioteca do Senado Federal e bibliotecas das seguintes universidades: Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás e Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Ao se refletir sobre ditadura militar e exílio, naturalmente também se reflete sobre a democracia, tema que ganhou espaço até mesmo na esquerda latino-americana no decorrer do desterro. De acordo com Maria Ligia Coelho Prado, Gabriela Pellegrino Soares e Sylvia Colombo, em *Reflexões Sobre a Democracia na América Latina*, existe uma tendência equivocada de se ver a ditadura como traço marcante e quase natural da América Latina (PRADO; SOARES; COLOMBO, 2007). Contudo, as autoras chamam a atenção para o fato de que nos últimos vinte anos a democracia vem ganhando mais espaço e se estabelecendo de forma sólida no continente. O Brasil é mencionado como exemplo de país em que o discurso a favor da democracia vem-se consolidando de forma hegemônica (PRADO; SOARES; COLOMBO, 2007).

A obra mencionada acima é um convite para se compreender as limitações e os problemas que afetam a democracia no continente americano. A partir dela é possível observar que, apesar de o regime democrático também poder ser manipulado pelos interesses particulares e escusos, não resta dúvida de que essa forma de governo é a que vem garantindo à população em geral participação política, mesmo que limitada e concedida em “gotas”. Os direitos humanos ainda se configuram como um ideal longe de ser alcançado. Como exemplo, pode-se mencionar que a tortura ainda é recorrente nos interrogatórios policiais, sobretudo da população mais desfavorecida. Somente com políticas sociais e educacionais efetivas é possível superar os resquícios do autoritarismo e estabelecer uma democracia efetiva, realmente interessada em construir uma sociedade mais justa, tolerante e pacífica.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O EXÍLIO

O Exílio nos Tratados Internacionais

A presente dissertação tem como objeto de estudo o exílio de brasileiros perseguidos pelo regime militar que optaram por partir para os Estados Unidos, país que ofereceu suporte bélico, logístico e financeiro aos militares brasileiros. Quem foram os exilados brasileiros que se refugiaram nos EUA? Que atividades desenvolveram durante o período de desterro? Os brasileiros que se exilaram nos Estados Unidos eram predominantemente intelectuais? Partindo da premissa de que os exilados eram pessoas indesejáveis pelos militares, por questionarem o regime e geralmente por serem militantes ou terem concepções esquerdistas, como foram recebidos pela potência anticomunista que ofereceu suporte bélico e logístico ao golpe de 1964?

Pesquisar sobre o exílio é se deparar com experiências de pessoas que partiram para outros países sem o desejar, que abandonaram projetos, deixaram família e amigos, abriram mão de carreiras profissionais ou de estudos. Pesquisar sobre o exílio é ser apresentado a indivíduos que conheceram a solidão de perto, assim como sentiram a obrigatoriedade de se comunicar em outras línguas e viver em outras sociedades. A saudade e a descoberta são os sentimentos que acompanham o exilado. Descoberta de outras culturas, hábitos e idiomas.

De acordo com o psiquiatra uruguaio Marcelo Viñar (1992) o exílio é um tema amplo. É possível abordá-lo sob a perspectiva de distintos campos, como o do Direito, das Relações Internacionais, da História, da Antropologia, da Sociologia, da Medicina, da Psicologia, da Literatura, da Filosofia, entre outros. Diante da amplitude desse tema, o psiquiatra (1992, p. 109) questiona “qual perspectiva escolher para abordar essa situação que afeta milhões de seres, de grupos e de comunidades, e cuja realidade interpela tantas disciplinas e códigos teóricos?” (VIÑAR, Marcelo, 1992, p. 109), e escolhe refletir sobre o exílio sob a ótica da psicanálise. Nesta dissertação, optou-se por

ênfatisar o caráter transdisciplinar do tema. Primeiro, será observado como o exilado é enquadrado no Direito Internacional: que direitos lhe são assegurados e que deveres lhe são impostos pelos tratados internacionais. Em seguida, ênfocar-se-ão alguns aspectos patológicos relacionados ao exílio e à tortura, e por fim, será analisada a importância das atividades desenvolvidas por organizações não governamentais internacionais, pela imprensa e por exilados, na defesa dos direitos humanos durante o período da ditadura militar no Brasil.

Segundo Cruz (1999), no âmbito jurídico, o exilado passa a ser designado como refugiado. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)¹ é a instituição responsável por oferecer proteção a indivíduos que sofram perseguições em seu país de origem e que tenham atravessado uma fronteira internacional, por demonstrar justificados temores de serem perseguidos, por motivos de raça, nacionalidade, opção religiosa ou política, condição para que possam ser consideradas refugiadas (ALTO..., [s. d.]a)². De acordo com Cruz (1999), o Estatuto do Refugiado da ONU é regido pelo ACNUR e pela Convenção de Genebra.

Segundo José H. Fischel de Andrade (2010), o ACNUR foi criado em uma Assembléia Geral da ONU, em 3 de dezembro de 1949, tendo iniciado suas atividades em 1º de janeiro de 1951. Foi pensado para ser um substituto da Organização Internacional para Refugiados (OIR), uma instituição fundada em 1947, que possuía um caráter temporário, uma vez que alguns países, como os Estados Unidos, acreditavam que a questão dos refugiados não seria um problema permanente. Contudo, no decorrer do final da década de 1940, os países membros da ONU constataram que o número significativo de refugiados que se dirigiam à Europa Ocidental indicava a necessidade de uma ação específica. Devido a isso, propuseram a fundação de uma instituição, vinculada à ONU, que cuidaria dessa questão. Dessa forma foi criado o ACNUR.

¹ Além de cuidar dos refugiados, o ACNUR também é responsável por oferecer proteção aos apátridas, indivíduos que não possuem uma nacionalidade. De acordo com esse órgão da ONU, “a apatridia ocorre por uma variedade de razões, incluída a discriminação contra minorias na legislação nacional, falha em incluir todos os residentes do país no corpo de cidadãos, quando o Estado se torna independente (sucessão de Estados) e conflitos de leis entre Estados” (ALTO..., [s. d.]b). Para mais informações sobre os direitos dos apátridas, consultar Convenção... (1954) Além de prestar socorro aos refugiados e apátridas, o ACNUR também tem atuado no oferecimento de apoio aos retornados, refugiados que voluntariamente optaram por regressar ao país de origem (ALTO..., [s. d.]d).

² O indivíduo que esteja sofrendo perseguição no seu próprio país, mas não tenha atravessado uma fronteira internacional é considerado um deslocado interno. Apesar de sua função não ser cuidar desse tipo de situação, o ACNUR tem atuado também nessa área. As vítimas de desastres naturais também são consideradas, pelo organismo, deslocados internos. A agência da ONU declara que oferece suporte a esse tipo de situação apenas em casos excepcionais, como o tsunami ocorrido no oceano Índico em 2004 e o terremoto que atingiu o Paquistão em 2005 (ALTO..., [s. d.]c).

Uma diferença na política acerca do tratamento de refugiados entre a OIR e o ACNUR é que a primeira procurava resolver o problema por meio da repatriação ou do reassentamento, enquanto o novo órgão buscava a integração dos refugiados nos países que os recebiam. Andrade (2010, p. 780) enfatiza que uma herança deixada pela OIR foi a definição de refugiado como um indivíduo que expressa profundo receio de voltar para seu país de origem: “o conceito de ‘bem fundado temor de perseguição’ foi originalmente incluído na Constituição da OIR, onde se tornou pedra-de-toque no procedimento de determinação da condição de refugiado, e veio a ser incluído, igualmente, no Estatuto do ACNUR e na Convenção de Genebra”.

A Convenção de Genebra realizou-se em meados de 1951, mas começou a vigorar apenas em 1954. Nela, os países membros da ONU optaram por adotar um posicionamento restritivo em relação aos refugiados, considerando como tal apenas os indivíduos que haviam sido afetados por eventos ocorridos na Europa antes de 1^o de janeiro de 1951. A escolha dessa data ocorreu por ter sido a ocasião em que o ACNUR iniciou suas atividades. O objetivo da convenção era oferecer proteção para os refugiados do Leste Europeu, que fugiam dos regimes comunistas. Além disso, é importante mencionar que determinados países, como a França e sobretudo os Estados Unidos, não defendiam a adoção ampla da definição de refugiado, por temerem que eventos futuros aumentassem a responsabilidade das Nações Unidas em relação a essa categoria. Sobre essa questão, Andrade (2010, p. 777) ressalta:

O limite temporal acabou sendo adotado pela Conferência de Plenipotenciários. Pode-se dizer que esta restrição foi inserida com base no argumento de que permitiria aos Estados-parte saber, à época de seu comprometimento, a extensão de suas obrigações. A maioria dos países não queria assumir obrigações *vis-à-vis* refugiados que surgissem no futuro, cujo número e origem eram desconhecidos. Esse posicionamento indica que os atores tinham consciência de que a questão dos refugiados é de natureza contínua, e que, portanto, novos fluxos envolvendo a comunidade internacional, voltariam a surgir. A maioria dos Estados não queria, contudo, se responsabilizar pela proteção desses novos refugiados.

O propósito da convenção em priorizar o atendimento aos refugiados europeus fica mais evidente quando Andrade (2010, p. 777) enfatiza que o “limite temporal [...] não excluía, necessariamente, os refugiados provenientes da Europa Oriental que, no futuro, viessem a fugir para a Europa Ocidental. Poder-se-ia argumentar que a fuga de

seus países de origem se deu devido a eventos que ocorreram antes de 1º de Janeiro de 1951, a saber, a tomada do poder, nos seus países, pelos comunistas”. A adoção dessa postura causou descontentamento em países não europeus, como o Paquistão, a China, o Iraque e o Egito, que abrigavam refugiados em seus territórios. Além disso, países do bloco comunista se opuseram à convenção, afirmando que uma instituição como o ACNUR era desnecessária, argumentando que os refugiados deveriam ser repatriados.

De acordo com Andrade (2010), a elaboração das políticas relativas aos refugiados em meados do século XX foi fortemente influenciada pela Guerra Fria. Os Estados Unidos apoiavam medidas que priorizavam os refugiados provenientes de países comunistas, oferecendo-se para receber parte desse contingente e, ao mesmo tempo, apresentando-se como a terra da liberdade e das oportunidades. É importante ressaltar que os Estados Unidos não eram totalmente favoráveis ao ACNUR, uma vez que não queriam destinar fundos para instituições sobre as quais não tinham total controle, nem que seus recursos financeiros fossem destinados a países comunistas. Dessa forma, criou instituições independentes da ONU, que também se ocupavam dos refugiados e migrantes europeus.

Como exemplo dessas instituições, Andrade (2010) menciona o *Programa dos Estados Unidos para Fugitivos* (USEP), que prestava assistência para refugiados que se encontrassem na Europa Ocidental e tivessem escapado de países comunistas, a partir de 1º de janeiro de 1948. Outra instituição era o *Comitê Intergovernamental para a Migração Européia* (ICEM), que desempenhava atividades similares às do ACNUR e que estava sob total controle norte-americano. O autor ressalta que os Estados Unidos, além de estarem interessados apenas na questão dos refugiados da Europa Oriental, também não tinham interesse em oferecer ajuda a refugiados de regimes amigos, pois “reconhecer uma pessoa como refugiado com base no fato de ela ter um fundado temor de ser perseguida, contudo, significava rotular seu país de origem como ‘perseguidor’, o que poderia ser considerado como uma tomada de posicionamento contra aquele país” (ANDRADE, 2010, p. 789).

O autor reconhece que apesar do caráter restritivo da Convenção de 1951, esta representou avanços, pois “fez com que dezenas de Estados se comprometessem com a proteção e a assistência aos refugiados; e contém uma definição mais ampla que qualquer uma constante nos instrumentos que a precederam” (ANDRADE, 2010, p. 780) Entre seus atributos, a convenção assegura uma série de benefícios aos refugiados, como o direito a moradia, trabalho, educação e assistência médica (ORGANIZAÇÃO...,

1951) . Em relação ao trabalho, é garantido aos refugiados o direito de ter seu próprio comércio ou indústria. Além disso, é possível que o refugiado exerça profissão liberal, desde que autorizado pelo Estado que o recebeu. Em relação ao ensino, os refugiados têm direito de acesso a educação, desde o nível primário ao superior. A Convenção de 1951 também garante o acesso a bolsas de estudo. Ainda no que diz respeito ao trabalho, quando é contratado por uma empresa, o refugiado tem direito a todos os benefícios garantidos aos nacionais, como remuneração, abonos familiares, horas suplementares, férias pagas, previdência social, aprendizado e formação profissional, entre outros.

Ademais, de acordo com as normas, o refugiado tem o direito de escolher o local de sua residência e de receber um documento de identidade e de viagem específico para refugiados. Também fica assegurado ao beneficiário o direito de permanecer com os bens que levou consigo, assim como de negociar com o Estado contratante uma forma de buscar os bens que tenham ficado em seu país de origem. O país que se dispuser a receber um refugiado não pode expulsá-lo. Essa norma recebe o nome de princípio de *non-refoulement* (não-devolução). A expulsão só é permitida caso o indivíduo tenha causado alguma ameaça à segurança nacional ou à ordem pública³. Entre os deveres dos refugiados, a convenção determina que eles devem respeitar as leis do país que os acolheu e pagar impostos da mesma forma que os nacionais (ORGANIZAÇÃO..., 1951).

Com o surgimento de novos conflitos e a necessidade de proteger os distintos fluxos de refugiados, a carta da Convenção de Genebra foi ampliada pelo Protocolo relativo ao Estatuto do Refugiado, que passou a vigorar a partir de 4 de outubro de 1967, e passou a oferecer também proteção aos indivíduos atingidos por eventos ocorridos após de 1º de janeiro de 1951. O Protocolo não estabelece uma data limite, nem local geográfico para que um indivíduo seja considerado refugiado (ORGANIZAÇÃO..., 1951).

³ Segundo os princípios da Convenção de 1951, a expulsão de um refugiado só poderá ocorrer mediante decisão judicial advinda de um processo legal. Decidindo-se pela expulsão, o refugiado tem direito a um prazo para procurar outro lugar para viver e não poderá ser enviado para um território onde corra o risco de sofrer perseguição (ORGANIZAÇÃO..., 1951).

A Condição de Exilado

Outra questão relevante é o fato de o ACNUR diferenciar a figura do refugiado e a do migrante econômico. De acordo com esse organismo internacional, a migração econômica é um ato voluntário, motivado pelo desejo de melhoria das perspectivas econômicas. Já o refugiado não é impulsionado pela busca de melhores condições financeiras, mas está à procura de segurança e liberdade. Outra distinção enfatizada pelo ACNUR é o fato de o migrante econômico gozar da proteção do governo de seu país, enquanto o refugiado, em muitos casos, é perseguido pelo governo do seu local de origem. Denise Rollemberg Cruz (1999) não concorda com as distinções elaboradas pelo ACNUR em relação a figura do refugiado e do migrante. Além disso, é importante mencionar que o próprio alto comissariado reconhece que a linha que diferencia uma situação da outra pode ser tênue em diversas situações⁴. Na concepção da historiadora, a migração econômica não é um ato totalmente voluntário, pois trata-se de uma decisão tomada sob pressão, que envolve situações que vão da pobreza à falta de perspectivas⁵. Sobre a situação do migrante econômico Cruz (1999, p. 43) ressalta:

No entanto se acredita que nenhum grupo social parte, na penosa condição de migrante, se lhe é garantida, no país, uma vida minimamente digna; pode-se flexibilizar a interpretação, segundo a qual o migrante parte “voluntariamente”, como resultado de uma “escolha pessoal”, mesmo que muitas explicações sejam dadas para atenuá-las. A migração é um fenômeno social, não individual, e a partida deve ser entendida numa perspectiva ampla, não estando limitada à idéia da escolha individual, da possibilidade legal da volta, nem tampouco à

⁴ Sobre essa diferença sutil entre a situação do migrante econômico e o refugiado, Cruz (1999, p. 43) cita um trecho do Estatuto do Refugiado do ACNUR: “Entretanto a distinção entre o emigrante por motivos econômicos e o refugiado é, às vezes, tão imprecisa como a distinção entre medidas econômicas e políticas adotadas no país de origem do solicitante. Atrás das medidas econômicas que afetam os meios de vida de uma pessoa podem ocultar-se intenções ou propósitos de ordem racial, religiosa ou política dirigidos contra um grupo determinado. Nos casos em que as medidas econômicas destroem os meios econômicos de determinado setor da população [...], as vítimas podem, de acordo com as circunstâncias, converter-se em refugiados ao abandonar o país.”

⁵ Apesar de não concordar com as diferenciações estabelecidas entre migrante econômico e refugiado pelo ACNUR, Cruz (1999, p. 42) cita outras pesquisadoras que concordam com o posicionamento da agência: “Segundo Anne-Marie Gaillard, um ‘migrante econômico’ diferencia-se do exilado por ter feito uma ‘escolha individual e amadurecida’ pela partida, ‘mesmo quando a migração é indispensável à sobrevivência’, em oposição ao exilado, cuja partida é ‘imposta brutalmente’. É esta, igualmente, a posição de Ana Vasquez e Ângela Xavier de Brito, ao afirmarem que ‘[...] o motivo da partida distingue o exílio da migração econômica [...]’. O exilado é forçado a deixar seu país e o migrante escolhe este caminho. Ao primeiro, é interdita a volta, o que não ocorre com o segundo. Mesmo ‘virtual’, esta possibilidade de volta é, ao menos, legal.”

presumida ausência de “imposições” e “brutalidades”, mesmo se comparada as brutalidades sofridas pelos exilados. Tais violências estão presentes onde há pobreza, miséria e desemprego, fatores que motivam os processos migratórios. Seria melhor dizer que o migrante não opta individualmente pela partida e sim é levado socialmente a escolher esta opção. Em sociedades marcadas pela desigualdade, sobretudo em períodos de crise econômica – realidade dos países e dos momentos de emigração – é difícil encontrar o lugar de opção entre os excluídos. Se tal opção existe – e, sem dúvida pode-se dizer que há escolha –, ela é realizada sob fortíssimos constrangimentos.

De acordo com a autora, o exilado se caracteriza por ser um sujeito ativo em sua sociedade, que, geralmente, luta por transformações. Durante a ditadura militar brasileira, o exílio dava-se em decorrência de uma expulsão formal, situação referida como banimento⁶, ou de uma perseguição que levava o indivíduo a ter fortes receios de ser preso e submetido a violências. Nesse caso, o indivíduo acabava fazendo uma “opção” pela partida. Um caso emblemático desse tipo de situação é o Herbert José de Souza, mais conhecido como Betinho. No depoimento publicado em *De Muitos Caminhos*⁷, Betinho (SOUZA, (1978) relata que, aos dezoito anos, iniciou sua militância nos movimentos estudantis católicos – Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Em 1958 concorreu ao cargo de presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) de Minas Gerais e em seguida disputou as eleições para presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Apesar de não ter

⁶ O banimento é uma pena que consiste na expulsão de um indivíduo que tenha praticado um ato ilícito contra a segurança nacional ou ordem pública de seu país. De acordo com Celso Ribeiro Bastos (1994), a Constituição de 1988 vedou terminantemente essa medida. Para outros países que ainda o adotam, o banimento só é permitido em casos políticos. Segundo Esther e Marcelo Magalhães (2007), nessa situação o indivíduo fica impedido de retornar ao país enquanto durar a pena. De acordo com os autores, o banimento pode ser temporário ou perpétuo. No caso do período da ditadura militar brasileira, o banimento foi imposto a presos políticos trocados pelos diplomatas estrangeiros sequestrados pelos grupos de guerrilha. Sobre o banimento no Brasil, Bastos (1994, p. 16) afirma: “tal medida vigeu até o advento da Constituição Republicana (1891), que vedou a possibilidade de sua aplicação. Em 1969, o Ato Institucional n. 14 a restaurou para atender às circunstâncias que envolveram o seqüestro do embaixador norte-americano Elbrick e novamente foi suprimida pela Emenda Constitucional n. 11/78. Atualmente tal vedação vem prevista no Art. 5º, XLVII,d, da Constituição Federal”.

⁷ Além da obra citada nesse parágrafo, existe outra intitulada: *Memórias das Mulheres do Exílio*, que também foi organizada por esse grupo. O objetivo do projeto Memórias do Exílio foi oferecer aos exilados uma oportunidade de expressão, de contar suas vivências e as transformações pelas quais passaram durante o desterro. Na introdução do livro, Cavalcanti e Ramos advertem que o objetivo do projeto não é realizar um estudo de cunho científico sobre a memória dos exilados, mas registrar vivências e oferecer um canal de expressão para as pessoas que foram ou se viram obrigadas a deixar o Brasil.

ganhado nenhuma das eleições, Betinho se envolveu no movimento estudantil em âmbito nacional.

Além do trabalho desenvolvido junto aos estudantes, o sociólogo também atuava na Ação Popular⁸ (AP). Em seu relato, afirma que a repressão advinda do golpe militar fez que participantes e líderes do movimento estudantil e de movimentos políticos e sociais optassem por viver na clandestinidade ou partir para o exílio. Logo após a derrubada de Goulart, Betinho decidiu partir para o Uruguai, para se reunir com outras lideranças, com o intuito de articular uma reação ao golpe. Entretanto, o sociólogo resolveu voltar ao Brasil e continuar lutando clandestinamente contra os militares, após concluir que a experiência em Montevideu estava sendo infrutífera, para o propósito da reação ao governo militar.

Em 1971, Betinho decidiu partir para o exílio novamente. Os motivos que alegou para a tomada de tal decisão foram fundamentalmente a falta de identificação com a AP – a organização havia adotado princípios maoístas –, o acirramento da repressão, o temor de ser preso e sofrer torturas. Dessa vez, seu local de exílio foi o Chile, onde se maravilhou com o envolvimento político do povo chileno. No trecho a seguir, o sociólogo tece considerações sobre a repressão e a consequente decisão de partir para o exílio pela segunda vez:

Outra tomada de consciência muito grande foi a de que nós não éramos quase nada, ou praticamente nada. Que nós não éramos um partido, que não éramos um partido da classe operária, que não tínhamos condições de sobrevivência, que nessa altura não só a minha vida, mas em conjunto era uma situação de suicídio. E isso não era política! Foi então que tomei a decisão, com alguns poucos amigos, de sair, e de sair de qualquer jeito. Apesar de que alguns não concordaram, a maioria que estava vivendo a mesma circunstância concordou e, inclusive, facilitaram a minha saída. É assim que em novembro de 1971, prevendo as quedas que sucessivamente iriam ocorrer, saio e vou fazer uma longa viagem. Desta vez para o Chile (SOUZA, 1978, p. 90).

⁸ Esse grupo foi criado em 1962, por integrantes da JEC e principalmente da JUC. Segundo Betinho a AP tinha um cunho nacionalista, defendia o ensino público e a integração entre estudantes, operários e camponeses. A organização buscava atingir outras categorias, como os intelectuais, profissionais liberais e padres.

Reflexões sobre o Exílio

De acordo com Edward Said (2003) o exílio é uma das experiências mais dramáticas que um ser humano pode vivenciar, mesmo considerando que eventos positivos podem acontecer durante o período do desterro. Como exemplo desses aspectos positivos, Said (2003, p. 59) ressalta a possibilidade de o exilado adquirir uma visão original a partir do momento em que consegue “ver o mundo inteiro como uma terra estrangeira” e a conscientização acerca da diversidade das culturas. Entretanto, na concepção de Said, não há meios de superar a perda essencial provocada pelo desterro. Ao reconhecer esses dois aspectos, o autor descreve o exílio como uma experiência mutiladora, na qual imperam frustrações e aflições. Sobre o desterro reitera:

O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heróicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação (SAID, 2003, p. 46).

De acordo com o intelectual palestino, a cultura moderna transformou o exílio em um tema enriquecedor. Isso se deve ao fato de o período moderno ser caracterizado pela ausência de vínculos e pelos deslocamentos em massa. Em sua concepção, a própria cultura moderna é obra de refugiados, exilados e emigrantes. Para exemplificar essa afirmação, menciona que a produção acadêmica norte-americana atingiu um patamar elevado devido à contribuição de intelectuais e cientistas que se exilaram nos EUA fugindo do fascismo, do comunismo e de outros regimes repressivos⁹ (SAID, 2003). O autor enfatiza que o exílio não pode ser considerado enriquecedor sequer para a literatura:

Na escala do século XX, o exílio não é compreensível nem do ponto de vista estético, nem do ponto de vista humanista: na melhor das hipóteses, a literatura sobre o exílio objetiva uma angústia e uma condição que a maioria das pessoas raramente

⁹ Em outra obra, Said (2005) menciona dois intelectuais e dois cientistas europeus, exilados pelo fascismo da Segunda Guerra Mundial, que ofereceram contribuições relevantes ao meio acadêmico norte-americano: Leo Spitzer e Erich Auerbach, nomes proeminentes nas áreas de filologia e literatura comparada. Edward Teller e Werner von Braun são exemplos de cientistas que disponibilizaram seu conhecimento para ajudar os norte-americanos a vencer a disputa armamentista e espacial.

experimenta em primeira mão; mas pensar que o exílio é benéfico para essa literatura é banalizar suas mutilações, as perdas que inflige aos que sofrem, a mudez com que responde a qualquer tentativa de compreendê-lo como “bom para nós”. Não é verdade que as visões do exílio na literatura e na religião obscurecem o que é realmente horrível? (SAID, 2003, p. 47).

É importante ressaltar que Edward Said conheceu o exílio não apenas nas obras literárias e teóricas. Em seu livro de memórias, *Fora do Lugar*, relata que nasceu em Jerusalém, em 1935. Entretanto, desde o início de sua vida viveu no Cairo, onde seu pai era um comerciante bem sucedido e onde sua família adotou um estilo de vida tipicamente ocidental. Teve a oportunidade de vivenciar a criação de Israel, em 1948, e a expulsão dos palestinos, povo ao qual pertencia¹⁰. Sobre a situação dos refugiados palestinos no Cairo, relembra:

Foi por meio de tia Nabiha¹¹ que pela primeira vez experimentei a Palestina enquanto história e causa, na raiva e na consternação que eu sentia diante do sofrimento dos refugiados, aqueles Outros que ela trouxe para dentro de minha vida. Foi ela também que me comunicou as aflições de não ter um país ou um lugar para onde voltar, de estar sem a proteção de nenhuma autoridade ou instituição nacional, de não mais ser capaz de ver sentido no passado, a não ser como um lamento amargo e sem esperança, nem no presente, com suas filas diárias, suas angustiadas buscas por emprego, sua pobreza, sua fome, suas humilhações. Eu tinha uma vívida percepção de tudo isso graças a suas conversas e à observação de sua frenética atividade diária (SAID, 2004, p. 181).

Diferentemente de Said, Cruz (1999) reitera a existência de um lado positivo no exílio o qual, em sua concepção, pode ser predominante. A historiadora acredita que o exílio pode ser considerado uma experiência de dupla face, na qual o sofrimento inicial da ruptura pode ser seguido de experiências e transformações positivas. Contudo, a autora reconhece que não são todos os exilados que conseguem transformar o exílio numa experiência positiva. Sobre a dicotomia do exílio, salienta:

¹⁰ Até 1947, Said passava as férias na Palestina, visitando familiares. Desde a infância sentia, ao contrário de seu pai, grande apreço por Jerusalém. A partir da criação de Israel, quando estava com treze anos, ele, seus pais e suas quatro irmãs não puderam mais visitar a Palestina. Além disso, viu seus parentes e conhecidos se transformarem em refugiados e migrarem para a Europa, os Estados Unidos, o Egito e o Líbano.

¹¹ Tia paterna de Said, que após a criação do Estado de Israel começou a trabalhar em prol dos refugiados palestinos no Cairo. Nabiha ajudava a providenciar atendimento médico, remédios, moradia, emprego, creches e escolas para os desterrados.

Se os conflitos vividos expõem o exilado a experiências dolorosas, cria também a possibilidade de renovação, inovação, descoberta, transgressão, ampliação de horizontes. Não se está defendendo, evidentemente, o “sofrimento” como “enriquecimento”. No entanto, mesmo sem uma percepção dicotômica, um pólo é sempre mais ou menos enfatizado em detrimento do outro. Se muitos sofrem com o desenraizamento, outros se descobrem nesse processo. O exílio, apesar de tudo o que foi dito – ou por causa disso –, oferece um outro lado: a oportunidade do recomeço e da transformação. Estrangeiros e anônimos sentem-se responsáveis por seus destinos. Acima de qualquer lei, apesar de formalmente excluídos dela e arcando com as conseqüências daí decorrentes. É a possibilidade de renascer – levando a bagagem acumulada –, de construção de uma visão ampla de mundo. Alguns dão o salto e adquirem uma autoconfiança inestimável. Outros, não. (CRUZ, 1999, p. 33).

Os psiquiatras uruguaios, Marcelo e Maren Viñar (1992, p. 70), concordam com a concepção de Cruz de que o exílio pode transformar-se em uma experiência positiva:

Reencontramos uma situação extrema onde o melhor e o pior de cada um aparecem. Alguns têm a força de inverter o peso negativo de ser estrangeiro e de transformar sua dimensão de solidão, de exclusão, de frustração e de desprezo. Outros permanecem prisioneiros deste peso e descompensam. Alguns pagam com seu corpo, outros com seu equilíbrio psíquico; outros enfim realizam o destino miserável com o qual a ditadura os marcou. Um acolhimento humano, material e político otimizado não é suficiente para compensar as condições subjetivas. Nós atravessamos no exílio a exigência psíquica contraditória de ter que conciliar o tempo de recolhimento necessário a um trabalho de luto, e uma posição forte e corajosa que permitirá fazer face às exigências da sobrevivência.

É compreensível que Said e Cruz possuam concepções diferentes acerca do exílio, pois cada um tem como foco diferentes experiências de desterro. De uma forma geral, o exílio pode ser definido como uma situação na qual se é impelido a deixar a terra natal. Entretanto, é importante enfatizar que as diversas experiências de desterro vivenciadas pelos seres humanos, desde a Antiguidade, são marcadas por especificidades muito significativas, que envolvem aspectos cronológicos, geográficos, políticos, econômicos e sociais. Assim, o exílio vivenciado pelos palestinos apresenta uma natureza diferente do vivenciado pelos brasileiros durante a ditadura militar. Os palestinos foram desterrados devido à criação, em 1948, de um Estado Nacional (Israel)

concebido para receber de volta um povo marcado por uma das maiores experiências de diáspora da humanidade – os Judeus. Consequentemente, a criação de Israel deu início ao desterro em massa dos palestinos, que ainda se encontram nessa situação.

Contemplando a experiência brasileira, muitos foram obrigados a partir para o exílio, de forma geral, por não concordarem com o regime político instaurado em 1964. Com a anistia instituída em 1979, puderam retornar. A questão do exílio no Brasil pode ser vista como um assunto do passado. Entretanto, para os palestinos, é uma questão do presente. Apesar das diferenças marcantes entre o exílio de brasileiros e palestinos, é possível encontrar semelhanças nessas duas experiências. Essas similitudes estão relacionadas a situações que afetam a todos os seres humanos que se encontram na condição de exilados, como a saudade, a solidão, as maiores propensões para doenças, a frequente precariedade material, a necessidade de encontrar novos meios de sobrevivência, impossibilidade de exercer a profissão de origem, entre outras questões.

Anina de Carvalho, advogada brasileira exilada na França, enfatiza em depoimento (CARVALHO, 1978), as dificuldades financeiras e empregatícias enfrentadas pelos exilados brasileiros naquele país. A advogada cita exemplos de jovens que haviam conseguido concluir a graduação no exílio, mas não conseguiam trabalho; médicos que atuavam como enfermeiros, advogados como secretários e alunas de doutorado que sobreviviam fazendo faxinas. Em sua concepção, o maior desafio enfrentado pelos intelectuais e profissionais liberais exilados era justamente exercer sua profissão. Ela própria, uma advogada atuante na defesa de presos políticos e nas denúncias de tortura, não havia conseguido um emprego estável. Somando-se aos problemas profissionais e financeiros, Anina acrescenta os de ordem afetiva: a saudade que sentia das filhas que foram impedidas por ordem judicial de viver com ela no exterior. Sobre os problemas materiais enfrentados pelos companheiros de exílio Carvalho (1978, p. 64-65) ressalta:

Tenho amigas que há anos moram em quarto de empregada, nessa luta, nessa dificuldade, trabalhando de “jeune fille au pair”, de faxineiras ou de ama-seca. Meninas com um nível universitário fazendo doutoramento e fazendo faxina ao mesmo tempo. Não creio que haja desonra em fazer faxina, mas como a maioria dos nossos companheiros vem de uma camada social que não foi acostumada a isso, há uma certa fossa; não adianta esconder as coisas, há uma certa fossa e precisa muito *fair play*, muita base política, para agüentar isso tudo. Eu acho que isso desgasta muito e que muitos companheiros estão desgastados no

exílio pelas condições materiais. A falta de adaptação muitas vezes é consequência das condições materiais. Há gente que fez tudo, que agüentou qualquer coisa para sobreviver. É gente com nível intelectual que merecia coisa melhor. Mas infelizmente até agora não conseguiu.

Segundo Cruz (1999), outro problema enfrentado pelos exilados brasileiros é o relativo ao enquadramento na categoria de refugiado adotada pelo ACNUR, uma vez que mesmo o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1961, ainda carrega resquícios da definição que visava oferecer proteção aos exilados do Leste Europeu no começo da década de 1950. De acordo com Cruz (1999, p. 39), “o critério forjado no contexto da Guerra Fria cria descompassos em relação, por exemplo, ao exilado das ditaduras latino-americanas, nos anos 1970, essencialmente políticos.” Pode-se afirmar que a definição de refugiado adotada pelos organismos internacionais, baseada no critério do temor, é responsável por conferir a seus beneficiados um caráter de vítima, deixando de lado, ao se levar em consideração a situação dos exilados das ditaduras latino-americanas, o fato de se tratar de sujeitos políticos ativos em suas sociedades. Cruz (1999) afirma que os exilados brasileiros viviam um dilema, por um lado precisavam dos benefícios materiais que o ACNUR podia lhes conceder e por outro refutavam a vitimização¹².

Brasileiros Exilados: Entre Memórias e Textos Jornalísticos

Parte significativa do corpo documental utilizado nesta dissertação é formada por textos memorialísticos. Ao se optar por fazer uma pesquisa sobre a trajetória de exilados é necessário reconhecer que os relatos desses indivíduos são uma parte fundamental para a efetivação do trabalho de pesquisa. Beatriz Sarlo em *Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva* realiza uma análise acerca dos

¹² Sobre a vitimização que desagradava aos exilados brasileiros, Cruz (1999) cita o trecho de uma entrevista que Vladimir Palmeira concedeu a *O Pasquim* em março de 1979: “Não se trata dos ‘pobrezinhos refugiados’ e sim do pessoal que constrói sua vida conscientemente, que sabe no que se meteu, que mantém uma ligação permanente com o Brasil e sabe das injustiças de sua sociedade, e que incorpora o exílio como parte de sua vida. Não temos vocação sentimentalóide nem queremos posar de mártir. Quem faz a luta popular no Brasil se arrisca a muita coisa, e o exílio é parte integrante do horizonte que as pessoas vão abrindo quando entram nessa luta. [...] os exilados são caras ativos, é gente que ganha o pão de cada dia com seu trabalho e que na medida de seus meios participa da vida brasileira. É importante dizer isso para acabar com a visão dos pobrezinhos dos refugiados” (Palmeira apud CRUZ, 1999, p. 40).

testemunhos de presos políticos ou dos familiares destes que enfatizam a repressão sofrida durante a ditadura militar argentina (SARLO, 2007). Enquanto o regime militar brasileiro deixou um acervo documental expressivo – embora os historiadores enfrentem dificuldades para ter acesso aos documentos – os militares argentinos destruíram uma parte significativa dos documentos referentes ao período em que estiveram no poder.

Dessa forma, no caso da Argentina, os relatos de memória são considerados fundamentais para se obter informações sobre as quais praticamente não há outros meios de se tomar conhecimento. Não se pode deixar de mencionar que os testemunhos também desempenharam uma função importante na transição democrática, como instrumento jurídico. Foi por meio deles que, na Argentina, tornou-se possível condenar militares que participaram da repressão.

Segundo a autora, foi durante as décadas de 1970 e 1980, simultaneamente à “guinada linguística” também houve a *guinada subjetiva*. Ou seja, nesse período houve uma revalorização do sujeito dentro das Ciências Sociais e o interesse por temas antes considerados marginais. Essa nova temática trouxe consigo a demanda por novos métodos de pesquisa e a aceitação acadêmica das fontes orais e das chamadas narrações não ficcionais – testemunhos, história de vida, entrevistas, autobiografias, lembranças, memórias e relatos identitários. A pesquisadora reconhece a importância desses tipos de documento, contudo enfatiza que estes não podem ser utilizados sem uma avaliação crítica, pois é exatamente a elaboração de um sistema de hipóteses e o olhar crítico que diferenciam os estudos acadêmicos daqueles produzidos pelas narrações históricas de grande circulação. Sobre esse movimento de revalorização do sujeito, salienta:

Esse reordenamento ideológico e conceitual da sociedade do passado e de seus personagens, que se concentra nos direitos e na verdade da subjetividade, sustenta grande parte da iniciativa reconstituidora das décadas de 1960 e 1970. Coincide com uma renovação análoga na sociologia da cultura e nos estudos culturais, em que a identidade do sujeito voltou a tomar o lugar ocupado, nos anos 1960, pelas estruturas. Restaurou-se a *razão do sujeito*, que foi, há décadas, mera “ideologia” ou “falsa consciência”, isto é, discurso que encobria esse depósito escuro de impulsos ou mandatos que o sujeito necessariamente ignorava. Por conseguinte, a história oral e o testemunho restituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou reparar uma identidade machucada (SARLO, 2007, p. 18-19).

Sarlo (2007) afirma que enquanto Benjamin nas primeiras décadas do século XX pregava o fim da possibilidade de testemunho após a I Guerra Mundial e, mais adiante, no final da década de 1970 e meados de 1980, autores como Paul Man e Derrida defendiam a impossibilidade da presença da verdade no relato subjetivo, observou-se concomitantemente uma revalorização dos escritos voltados para questões subjetivas¹³. A autora enfatiza que se tem dado mais crédito ao reconhecimento da existência de verdades subjetivas, ou de “verdades de histórias no plural” (SARLO, 2007, p. 40).

Sarlo (2007) adverte para as precauções que o historiador deve ter quando trabalha com memórias. De acordo com a autora, esse tipo de registro deve ser submetido à crítica, mesmo que se trate de uma experiência dolorosa do passado, como o Holocausto ou as ditaduras latino-americanas de 1960, 1970 e 1980. Ademais, ressalta que a transição democrática na América Latina coincidiu com um momento em que os debates sobre o Holocausto ganharam um novo impulso na Europa. Sarlo (2007, p. 46) afirma que houve então um entrelaçamento entre esses dois debates, “porque o Holocausto se oferece como modelo de outros crimes e isso é aceito por quem está mais preocupado em denunciar a enormidade do terrorismo de Estado do que em definir seus traços nacionais específicos”.

Outro ponto ressaltado são as características referentes ao testemunho. Segundo Sarlo (2007, p. 50), “o testemunho é uma instituição da sociedade, que tem a ver com a esfera jurídica e com o laço social de confiança [...]. Quando o testemunho narra a morte ou a vexação extrema, esse laço estabelece uma cena para o luto, fundando assim uma comunidade ali onde ela foi destruída”. O testemunho, ao contrário da história, não se preocupa em evidenciar as lacunas e os esquecimentos. Seu objetivo é persuadir, promover uma causa. Sobre essa questão Sarlo (2007, p. 51) afirma:

O discurso da memória, transformado em testemunho, tem a ambição da autodefesa; quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro; justamente por isso também é atribuído a ele um efeito reparador da subjetividade. É esse aspecto que salientam as apologias do testemunho como “cura” de identidades em perigo. De fato tanto a atribuição de um sentido único à história como a acumulação de detalhes produzem um modo realista-romântico em que o sujeito que narra atribui sentidos a todo detalhe pelo próprio fato de que ele

¹³ De acordo com Sarlo (2007), as memórias provenientes das experiências do Holocausto contribuíram para essa revalorização da subjetividade.

o inclui em seu relato; e, em contrapartida, não se crê obrigado a atribuir sentidos nem a explicar as ausências, como acontece no caso da história.

Entre as obras de testemunhos analisadas por Sarlo, são alvo de críticas, justamente as que autora enquadra como pertencentes ao chamado modo realista-romântico, ou seja, trata-se de textos de inspiração memorialística, escritos na primeira ou terceira pessoa, que não apresentam uma análise crítica e colocam em evidência apenas questões subjetivas. Além disso, esse tipo de obra apresenta um acúmulo de detalhes muitas vezes repetitivos e insignificantes. A autora valoriza textos em que seus autores buscam um distanciamento de suas vivências e suporte teórico e metodológico. Dessa forma, o texto fica menos centrado na subjetividade e mais na análise e argumentação. Enfim, trata-se de textos em que o autor se coloca mais na posição de analista do que de testemunha.

Para se trabalhar sobre temas relacionados à ditadura militar, a autora sugere o uso não apenas de memórias, mas também de “material contemporâneo aos fatos – folhetos, reportagens, documentos de reuniões e congressos, manifestos e programas, cartas, jornais partidários e não partidários –, que seguiam ou antecipavam o correr dos acontecimentos” (SARLO, 2007, p. 61). A combinação desses tipos de fontes contribui para o enriquecimento do trabalho. De certa forma, isso foi realizado nesta dissertação, mais especificamente no segundo e terceiro capítulos, que analisam não apenas as memórias e entrevistas, mas também os textos jornalísticos. Sobre a importância da utilização de documentos que não se enquadrem na categoria de memória Sarlo, (2007, p. 61) afirma:

São fontes ricas, que seria insensato deixar de lado, pois é freqüente que digam muito mais que as lembranças dos protagonistas ou, pelo menos, as tornem compreensíveis, já que acrescentam a moldura de um espírito de época. Saber como pensavam os militantes em 1970, e não limitar-se à lembrança que agora eles têm de como eram e agiam, não é uma pretensão reificadora da subjetividade nem um plano para expulsá-la da história. Significa, apenas, que a “verdade” não resulta da submissão a uma perspectiva memorialística que tem limites nem, muito menos, a suas operações táticas.

Outro ponto em que a autora sugere precaução é no que diz respeito ao anacronismo. Por exemplo, ao se estudar as ditaduras latino-americanas é preciso reconhecer que “nas décadas de 1960 e 1970 não existia nos movimentos

revolucionários a idéia de direitos humanos. E, se é impossível extirpá-la do presente, tampouco é possível projetá-la intacta para o passado” (SARLO, 2007, p. 60). Denise Rollemberg Cruz (1999) ressalta que mesmo os ideais de democracia e, no caso do exílio, o retorno ao Brasil por meio na anistia não eram levados em consideração pelos indivíduos participantes de movimentos revolucionários. Essas questões foram ganhando importância no decorrer do exílio e não nos anos iniciais do regime militar. De acordo com Sarlo (2007, p. 57), é justamente por ser impossível eliminar totalmente o anacronismo, que se faz necessário “reconhecê-lo e traçar seus limites”.

O fato de realizar críticas aos documentos memorialísticos não quer dizer que Sarlo não reconheça a importância desse tipo de fonte para a história; pelo contrário. A autora reconhece que em diversas situações os testemunhos são o único meio de informação sobre acontecimentos diante dos quais impera a ausência ou destruição de outros tipos de registros. Dessa forma, afirma que os testemunhos são insubstituíveis, mas não sagrados, ou seja, devem ser questionados, analisados, criticados, interpretados e comparados com outros tipos de documentos.

Os documentos memorialísticos foram utilizados nesta dissertação de forma bastante específica. Procurou-se conhecer os motivos que os levaram a se exilarem, as implicações da tortura na sua vida e sobre a trajetória e as atividades desenvolvidas pelos exilados brasileiros nos Estados Unidos. Procurou-se apenas conhecer como esses sujeitos interpretaram sua experiência de exílio.

Aspectos Patológicos do Exílio e da Tortura

Outro ponto importante, que merece ser ressaltado, são as reações diante do exílio. De acordo com Cruz (1999), no caso dos brasileiros exilados, elas foram as mais diversas, e vão do sentimento de não se ver como exilado, de não sentir as dores do degredo, até a depressões profundas e suicídios. Segundo a autora, as duas primeiras situações eram mais comuns nos momentos iniciais do exílio, quando muitos acreditavam que estavam passando por uma experiência breve e que logo estariam de volta ao Brasil, para dar continuidade à militância. Como exemplo das duas últimas situações, pode-se mencionar os casos de Frei Tito e Maria Auxiliadora Lara Barcellos. Ambos, apesar de terem recebido ajuda material e atendimento psiquiátrico durante o exílio, acabaram suicidando-se.

Frei Tito foi preso em novembro de 1969 e submetido a torturas físicas e psicológicas tão intensas e prolongadas que suas faculdades mentais foram afetadas (LIMA, 1978). De acordo com Cruz (1999), o frei foi libertado junto com Maria Auxiliadora Lara Barcellos, no grupo dos setenta presos políticos que foram trocados pelo embaixador suíço. O primeiro local de exílio do jovem clérigo foi o Chile, onde permaneceu por quatro semanas. Em seguida, partiu para a França, onde foi acolhido pela ordem dominicana e recebeu acompanhamento psiquiátrico. Entretanto, frei Tito não conseguiu superar os traumas causados pela tortura e se enforcou na primeira semana de agosto de 1974.

Em seu testemunho, Tito revela que durante as sessões de tortura recebeu choques em todas as partes do corpo – inclusive na língua e ouvidos –, levou tapas, pancadas e pauladas. Teve cigarros apagados em seu corpo e foi submetido ao “pau-de-arara”. Sofreu ameaças de morte extensivas aos seus familiares. Ainda na prisão, tentou suicídio, ao cortar o braço com uma gilete. Mesmo quando estava internado no Hospital Militar, continuou sofrendo tortura psicológica. Seu desespero tornou-se ainda maior quando foi levado novamente do hospital para a Operação Bandeirante.

Outro depoimento também publicado em *De muitos Caminhos*, intitulado “A Tortura e a Morte de Tito”, foi concedido pelo frei Xavier Plassat, amigo que acompanhou seu sofrimento no exílio. Revela que o brasileiro, apesar da psicoterapia e do acolhimento da ordem dominicana, apresentava-se apático, calado, procurava o isolamento e acreditava estar sendo perseguido pelos seus torturadores. Além disso, não se alimentava e durante as crises de delírios ouvia gritos de seus familiares e emitia gemidos. Acreditava que não merecia mais ser frade dominicano e havia perdido a esperança na vida.

Maria Auxiliadora Lara Barcellos, mais conhecida como Dora, uma estudante de medicina da UFMG, aderiu ao grupo VAR-Palmares em 1969. Em novembro do mesmo ano, devido a uma denúncia de vizinhos, Dora e dois companheiros – Antônio Roberto Espinosa e Chael Charles Schreier – foram presos na casa onde moravam, na rua Aquidabã em Lins de Vasconcelos (LISBÔA, 2004). Dora passou por dois presídios: o de Bangu, no Rio de Janeiro, e o de Linhares, em Juiz de Fora. Em janeiro de 1971, foi banida para o Chile (LISBÔA, 2004).

Com a queda de Allende, Dora pediu exílio na embaixada do México, país onde viveu por seis meses, trabalhando como intérprete. Seu destino seguinte foi a Europa; primeiro a Bélgica, depois a França e por último a Alemanha. Inicialmente,

viveu em Colônia, onde começou a estudar alemão. Participou de um concurso, no qual concorreu com seiscentos estrangeiros e ganhou, em primeiro lugar, um curso de alemão em Berlim Ocidental. Além disso, Dora também tentou concluir o curso de medicina, com especialização em psiquiatria, que havia sido obrigada a interromper duas vezes; a primeira vez no Brasil e a segunda no Chile. Para isso, deveria dispor-se a fazer vinte e quatro provas, cada uma com duração de quatro horas. Em primeiro de julho de 1976, quando estava na décima oitava avaliação, Dora se jogou à frente de um trem, em Berlim (LISBÔA, 2004).

Durante o período em que esteve presa no Brasil, Dora foi vítima de torturas – abuso sexual, espancamento, choques, enforcamento, insultos – que deixaram marcas profundas em sua saúde mental (BARCELLOS, 1978). Reinaldo Guarany, companheiro da exilada, na obra *A Fuga*, revela que a dois meses do suicídio, Dora teve uma pane psíquica – problemas emocionais e amnésia – que a levou a ser internada em uma clínica onde recebeu tratamento (GUARANI, 1984). Dora se matou uma semana após receber alta. Seu corpo foi cremado na Alemanha e as cinzas foram enviadas para sua família, em Belo Horizonte, onde foram enterradas. O governo alemão arcou com as despesas do traslado, uma vez que o governo brasileiro se negou a assumir tal responsabilidade. Sobre a situação de Dora no exílio, CRUZ (1999, p. 150) enfatiza:

Dora, libertada com frei Tito, atirou-se na linha do metrô de Berlim, em 1976, também aos 31 anos. Pouco antes, havia sido submetida a tratamento psiquiátrico. Na Bélgica, Juarez Ferraz da Maia, recebia “cartas tristes, piradas e muito dolorosas”, onde ela falava de solidão, angústia, derrota e expunha descrença nos homens e mulheres e na possibilidade de mudança.

Dora, em breve e marcante relato, menciona a saudade e o desejo de retornar ao Brasil, as marcas deixadas pela tortura, a alegria que sentiu ao desembarcar no Chile, a ida inesperada para o México e por fim a necessidade de partir para a Europa (BARCELLOS, 1978). Sobre a repressão e os horrores sofridos na prisão, reflete:

Sou um boi marcado, uma velha terrorista. Fui aprendiz de feiticeiro, não sabia usar a varinha [...].
Pisei no calcanhar do monstro, e ele virou sua pata sobre mim, cego e incontrolável. Fui uma das vítimas inumeráveis do machão crioulo, monstro verde-amarelo de pés imensos de barro.

Foram intermináveis dias de Sodoma. Me pisaram, cuspiram, me despedaçaram em mil cacos. Me violentaram nos meus cantos mais íntimos.

Foi um tempo sem sorrisos. Um tempo sem esgares, de gritos sufocados, um grito no escuro.

A apologia da Violência. A luta pelo poder absoluto. A destruição do outro, da antítese da sua alma negra. O sacrifício dos bebês.

Onde já se viu jabuticaba de asa, meu filho? Eu tinha comido um besouro. Ele zumbia dentro de mim furioso, pra lembrar que imaginação incomoda muita gente. Parar de imaginar, parar de ser e de querer. Aceitar, resignar é bom, traz brisa fresca, café com leite de manhã, muita fartura (BARCELLOS, 1978, p. 317).

Marcelo e Maren Viñar (1992) apresentam um panorama das consequências desestruturadoras advindas da ascensão de regimes repressivos¹⁴. Nesse livro são abordados, especificamente, casos de uruguaios, pacientes dos autores, que vivenciaram os horrores das prisões políticas e do degredo. De acordo com o casal de psiquiatras, o objetivo da tortura é atingir não apenas um grupo de indivíduos, mas toda a coletividade, para que dessa forma as pessoas tenham receio de questionar e enfrentar o regime. Além disso, Marcelo Viñar critica a definição de tortura proposta pela ONU e pela Anistia Internacional que, em sua concepção, restringe o conceito de tortura à violência física – fome, sede e sevícias – e psicológica – isolamento, privação sensorial, mensagens contraditórias –, sem reconhecer seu objetivo político. O psiquiatra uruguaio reconhece a importância da definição de tortura elaborada por esses organismos internacionais, mas se propõe a redimensionar tal conceito:

a tortura é parte (necessária) de um projeto político e de um sistema de poder. O calvário de dezenas ou centenas de pessoas é suficiente para que a sociedade em seu conjunto seja afetada. O objetivo manifesto de obter as informações e a confissão é acessório em relação ao projeto final de aterrorizar e de submeter: o alvo é mais a coletividade do que a própria vítima. Assim, quando se vive sob um regime repressivo, as conversas sobre a tortura permeiam a vida social, que geram basicamente

¹⁴ Marcelo e Maren Viñar são médicos psiquiatras com formação em psicanálise. Ambos são membros titulares da Associação Psicanalítica do Uruguai. O livro *Exílio e Tortura* foi publicado no Uruguai, no Brasil, na Argentina e na França. Os estudos de Marcelo Viñar centram em torno da relação entre psicanálise e contexto sociopolítico. O casal conheceu o exílio não apenas através de seus pacientes. Após ter sido preso na década de 1960, o psiquiatra teve receio de sofrer uma nova prisão e optou por exilar-se na França, onde permaneceu durante quatorze anos (VIÑAR, Marcelo, 1992).

duas formas de reação: submissão ou revolta (VIÑAR, Marcelo, 1992, p. 60).

No primeiro capítulo do livro, Maren Viñar descreve a dura realidade enfrentada por filhos de presos políticos e de pessoas que viviam na clandestinidade. Essas crianças apresentavam tristeza, choro frequente, dificuldade para se comunicar, tendência para o isolamento, regressão no trabalho escolar e incontinência urinária. Um dos relatos mais impressionantes é o que descreve a situação de Sofia, uma menina de cinco anos, filha de um preso político, que teve seus desenhos censurados por uma inspetora da prisão na qual seu pai se encontrava. Sobre a censura imposta aos desenhos de Sofia, Maren Viñar (1992, p. 18) enfatiza:

[Sofia] tinha cinco anos. Lembro-me bem dela. Seu pai está na prisão. A cada uma de suas visitas, Sofia leva seus desenhos que contêm o essencial das mensagens que endereça a seu pai. Na entrada, seus desenhos são submetidos a um exame sistemático. Um dia a mulher que efetua esse controle risca com tinta preta as andorinhas que anunciam a chegada da primavera. “É proibido desenhar pombas”, diz-lhe em um tom severo. Desde então, não se encontram mais pássaros nos desenhos de Sofia, mas ela desenha numerosos pares de pequenos círculos sobre os galhos das árvores. São os olhos dos pássaros escondidos.

Em relação à tortura, os autores afirmam que esta é uma experiência limite, capaz de deixar marcas profundas nos seres humanos. O objeto principal dessa violência, além de obter informações, é desestabilizar e aniquilar as concepções e valores de suas vítimas. Assim, as situações extremas – fome, sede, cansaço, solidão, dor, medo, angústia, perda da noção de tempo, entre outros –, a que os indivíduos são submetidos, servem para provocar descontrole físico e psicológico. Marcelo Viñar utiliza o termo *demolição*¹⁵ para designar esse processo em que o sujeito é induzido metodicamente a se desestruturar. Entretanto, as reações diante da tortura são distintas e variam de acordo com a estrutura individual e com o contexto em que o indivíduo está inserido. Dora e Tito são exemplos de vítimas que não conseguiram superar os traumas

¹⁵ Para Marcelo Viñar (1992, p. 47) *demolição* pode ser definida como “a experiência do desmoronamento e da loucura – metódica e cientificamente induzida – que desloca o indivíduo de seu mundo amado e investido para o colocar diante de um buraco sinistro, repleto de vergonha, de humilhação, de urina, de horror, de dor, de excrementos, de corpos e órgãos mutilados. O mundo próprio do sujeito, seu universo de investimento objetal se transforma, sob ação dos torturadores, em objeto de temor e de rejeição. Tudo isso se inscreve num espaço vivido como incomensurável e num tempo eterno, que tem as características do pesadelo e do espaço onírico.”

causados pelas sessões de tortura. A angústia e a depressão sentida pelo frei e pela estudante de medicina eram maiores do que as novas possibilidades que lhes foram oferecidas durante o exílio.

Ademais, Marcelo Viñar (1992) chama a atenção para a *psicopatologia do exílio*, propensões significativas que os desterrados apresentam para adoecer. A realidade vivenciada durante o exílio é nova; pessoas que em seus países de origem eram sujeitos reconhecidos e atuantes tornam-se anônimas. Há ainda a necessidade de aprender a se comunicar em um novo idioma, encontrar novos meios de sobrevivência, definir local de moradia e conseguir meios de dar continuidade aos estudos. Todas essas necessidades, somadas a um estado emocional abalado, no qual impera o sentimento de luto – principalmente se o exilado tenha sido submetido a tortura – faz que o processo de adaptação seja experimentado, muitas vezes, como uma agressão. Nesse contexto, é comum que problemas de saúde surjam ou se agravem.

A Anistia Internacional, a Imprensa e os Exilados Contra a Repressão

A tortura, assim como o exílio, é um tema que atravessa várias áreas do saber. Leila Maria Bittencourt da Silva (2009, p. 134) ressalta o caráter multidisciplinar desse tema, afirmando que ele poder ser analisado sob a luz da “Psicologia, Medicina, Psiquiatria, Sociologia, Estatística, Direito e Ciências Políticas”. Ademais, a autora relembra que a tortura é um aspecto presente na sociedade desde a Antiguidade, passando pela Idade Média, e é uma prática comum ainda nos dias atuais. Ela enfatiza que após a Primeira Guerra Mundial a tortura passou a ser utilizada como “método de interrogatório policial e militar em vários países, depois praticada por nazistas aos prisioneiros na Segunda Guerra Mundial, até que finalmente foi repudiada de maneira formal e expressa na *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, em 1948” (SILVA, 2009, p. 134).

O fato de uma prática execrável como a tortura ser proibida nos tratados internacionais não impede que ela seja praticada. Ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que a teoria e a prática no que diz respeito aos direitos humanos sigam juntas. No Brasil, por exemplo, a tortura remonta ao Período Colonial, quando os escravos eram submetidos aos mais diversos tipos de castigos. Silva (2009, p. 137) também destaca a forte presença da tortura durante o Estado Novo, “época da

truculência do chefe da polícia política, as práticas de tortura eram constantes, dentre elas a de introduzir agulhas e tesourinhas embaixo das unhas e uso de alicates”.

Durante a ditadura militar, inaugurada em 1964, os oponentes do regime voltaram a ser alvo de prisões e de violências físicas e psicológicas. Nesse período, houve o aprimoramento de técnicas de tortura. Os policiais brasileiros recebiam cursos de capacitação nessa área, em que presos políticos eram utilizados diante de plateia como cobaias¹⁶. Até mesmo mulheres, inclusive as gestantes, e crianças foram atingidas por esse tipo de violência. Além disso, profissionais da saúde, como médicos e enfermeiros, colaboraram com os militares, seja providenciando laudos falsos, ou fazendo avaliações dos torturados para informar se eles suportariam mais sevícias ou se já era momento de fazer uma pausa.

A autora menciona duas classificações para a tortura praticada pelo Estado¹⁷, a *policialesca ou inquisitorial* e a *institucional e sistêmica*. A primeira é a tortura praticada, na maioria das vezes, em “suspeitos de crimes comuns contra o patrimônio, contra a liberdade sexual ou contra a pessoa” (SILVA, 2009, p. 135). Sua ocorrência se dá por razões funcionais, e seus praticantes são geralmente funcionários subalternos de presídios e cadeias. Os atingidos são, geralmente, pessoas marginalizadas, que não dispõem de meios para realizar denúncias contra tal violação. Silva (2009, p. 135) afirma que “esta prática foi abolida formalmente nos Estados Contemporâneos, em seus sistemas jurídicos”, que prevêm a punição dos autores de tais atos. Contudo, vale a pena enfatizar que no Brasil apesar de a Constituição Federal ter vedado essa prática ela ainda é corrente.

A tortura *institucional ou sistêmica* é aquela praticada contra presos políticos, “seus autores cumprem um serviço que pensam ser ordem legítima, com vistas a obter informações ou para aniquilar o inimigo do sistema”. Esse tipo de prática foi comum entre as décadas de 1960 e 1980 em países da América Latina que tiveram seus

¹⁶ Sobre essa questão, Silva (2009, p. 138) menciona os depoimentos de presos políticos contidos em *Um relato para a História – Brasil Nunca Mais*: “As torturas, além de atrozes, passaram a aulas dos futuros torturadores, que assistiam, de 80 a 100 pessoas, conforme depoimentos diversos, dentre eles: Júlio Antônio Bittencourt de Almeida, 24 anos, estudante, torturado na prisão, em Belo Horizonte, em curso de tortura por professores e platéia composta de elementos das forças armadas; Ângelo Pezzuti da Silva, 28 anos, torturado no Rio de Janeiro, confirmou que serviu como demonstração em aula prática para 100 sargentos e um professor, oficial do exército, cuja denominação consta em outro processo, que projetava slides sobre tortura, narradas no Conselho de Justiça Militar de Juiz de Fora, em 1970.”

¹⁷ Essas duas classificações têm como referência os estudos realizados por João José Leal, professor de Direito no Vale do Itajaí, especialista pela Université Libre de Bruxelles, mestre pela Université de Nice e doutor em direito pela Universidade Gama Filho. Informações retiradas do *Curriculum Lattes* do autor.

governos democráticos substituídos por ditaduras militares, como é caso do Brasil, da Argentina, do Chile e do Uruguai. Ademais, ressalta a autora que quando a tortura é praticada pelo Estado, de forma não oficial, sua erradicação se torna ainda mais difícil, em primeiro lugar porque é difícil comprová-la, “encorajada pela ausência de controle estatal que propicia ampliar a rede de tolerância aos abusos acobertados pela própria instituição. É um ciclo vicioso, que precisa de uma vontade política persistente, insistente, reta e consciente para desmantelar os costumes arraigados” (SILVA, 2009, p. 136).

Há de se ressaltar a importância que a autora confere às instituições não governamentais internacionais que militam pelos direitos humanos, uma vez que esses grupos fazem denúncias de abusos, procuram resolver situações de conflito e libertar prisioneiros, além de se dirigirem a autoridades cobrando transformações. A Anistia Internacional é um exemplo de organismo não governamental que teve importante atuação na defesa de presos políticos brasileiros, na ditadura militar, adotando-os como “presos de consciência”. Trata-se de uma organização civil, fundada em 1961 pelo advogado inglês Peter Benenson. A adoção de uma postura imparcial é uma de suas características, uma vez que se dedica à defesa dos direitos humanos, colocando-se acima das ideologias políticas e credos religiosos. Além disso, seu estatuto prevê que não deve haver intromissão nas questões políticas dos países.

A Anistia Internacional é contra a tortura e a pena de morte, assim como se opõe às prisões motivadas por razões políticas, religiosas e étnicas. É sustentada por doações de filiados residentes em todo o globo, porém não aceita ajuda financeira de governos. Suas posições não baseadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos e “nos demais diplomas internacionais de proteção de direito” (SILVA, 2009, p. 113). Atualmente, possui mais de um milhão de membros em cento e cinquenta países. Esses integrantes estão distribuídos em mais de quatro mil grupos, e cada membro é responsável por, pelo menos, dois presos de consciência, provenientes de países que não sejam o seu. Sua estrutura está baseada em um Conselho Internacional, que se ocupa de traçar diretrizes, além de ter um Secretário Internacional, baseado em Londres; uma de suas funções é emitir informações sobre presos e desrespeito aos direitos humanos. A Anistia Internacional já recebeu o Prêmio Nobel da Paz e o Prêmio de Direitos Humanos da OEA.

No que diz respeito à atuação da Anistia Internacional em relação aos presos políticos das décadas de 1960 e 1970, o historiador norte-americano James N. Green

(2009, p. 208) menciona que “essa entidade manteve silêncio sobre os abusos contra dos direitos humanos no Brasil nos primeiros anos do governo militar, em parte porque se tratava de uma organização nova”. Nos anos iniciais de sua existência, a Anistia Internacional concentrou suas atividades em três regiões principais: países capitalistas, comunistas e países recém-independentes da África e da Ásia. Nesses primeiros anos, o único país da América Latina que esteve incluído nas atividades desse grupo foi Cuba. Foi a partir de 1966 que a Anistia Internacional começou a desenvolver atividades em defesa de presos políticos brasileiros.

O autor menciona um relatório publicado pela organização, correspondente às atividades desenvolvidas entre junho de 1966 e maio de 1967, que anuncia que quase uma centena de presos políticos brasileiros havia sido adotada como “prisioneiros de consciência”. Ademais, o relatório enfatiza que ocorriam no Brasil inúmeras formas de desrespeito aos direitos humanos. Como exemplo, menciona a perseguição a sindicalistas e membros do Partido Comunista que haviam sido condenados por tribunais militares. A entidade internacional informa que alguns perseguidos haviam conseguido esconder-se, passando a viver na clandestinidade ou partindo para o exílio. Contudo, muitos estavam presos. Sobre a forma de trabalho adotada pela Anistia Internacional, GREEN (2009, p. 208) detalha:

A atitude da Anistia Internacional quanto à libertação de prisioneiros políticos aos poucos se tornou o modelo do movimento em prol dos direitos humanos. Desde que foi fundada, a principal forma de ação da organização era o envio de cartas aos presos políticos e às autoridades governamentais que os mantinham em detenção: “Mesmo que a carta seja confiscada e nunca chegue às mãos dele [sic], será aberta pelo governo ou pelos responsáveis pela prisão. Saber que o homem ou mulher em questão não foi esquecido muitas vezes resultou em melhor tratamento para o prisioneiro e melhoria de sua situação”.

Não são apenas as organizações não governamentais que podem contribuir para a defesa dos direitos humanos. Silva (2009, p. 116) também destaca a “importância do papel da imprensa para o aprimoramento da democracia e dos direitos humanos”. A imprensa livre é um instrumento que pode propiciar transformações na sociedade. Por meio dela, é possível denunciar todas as formas de abusos de poder e violações de direitos. Ainda de acordo com Silva (2009, p. 118) “algumas vezes o jornalismo chega aos fatos antes das próprias autoridades incumbidas de investigar e denunciar. Razão

pela qual há nítida relação entre a liberdade de trabalho jornalístico e o pleno exercício dos direitos humanos”.

Não se pode olvidar que diante da censura instituída pelos militares aos meios de comunicação no Brasil, os exilados desempenharam um importante papel na denúncia na mídia internacional do caráter repressivo da ditadura. Denise Rollemberg Cruz, em sua pesquisa, elenca a existência de cinquenta periódicos publicados pelos exilados brasileiros, em vários países. A autora adverte que esta lista provavelmente não é definitiva. Na América Latina esses periódicos apareceram na Argentina, na Costa Rica, no México e no Chile. Na Europa, a historiadora encontrou exemplos desse tipo de publicação na França, Suécia, Itália, Dinamarca, Noruega, Holanda, Alemanha Ocidental, Alemanha Oriental, em Portugal e na Inglaterra. A Argélia é o único país africano que aparece na lista de Cruz.

É importante enfatizar que a imprensa produzida pelos desterrados brasileiros concentrou-se em dois países: o Chile e a França. De acordo com Cruz, (1999, p. 198) foi em Santiago e em Paris que, “apareceram não só o maior número de periódicos, mas também os mais expressivos e os de maior duração”. A imprensa do exílio é marcada pela diversidade. Havia publicações voltadas para questões artísticas e literárias; outras, apresentavam orientação político-partidária fechada – concentrado-se na divulgação de documentos e artigos circunscritos aos limites de sua orientação política. Outros periódicos se dedicavam à divulgação de matérias publicadas originalmente em jornais e revistas brasileiras, provenientes, inclusive, da imprensa clandestina. Esses últimos alcançaram significativa adesão entre os exilados, uma vez que era difícil encontrar jornais brasileiros no exterior, e as revistas brasileiras disponíveis eram caras.

Como exemplo do primeiro tipo de publicação, a autora menciona a revista *Reflexo*. Sua primeira e única edição ocorreu em setembro de 1978, em Estocolmo. Nesse exemplar, houve a publicação de “contos, poesia, fotografia, artigos sobre temas ligados à arte, notícias de livros lançados por brasileiros no exílio e informações sobre acontecimentos e atividades no campo artístico” (CRUZ, 1999, p. 196). Sua brevíssima existência deveu-se às divergências no interior do grupo idealizador do projeto. A cisão deu origem a uma outra revista chamada *Fragmento*. A *Reflexo* demonstra uma das principais características da imprensa do exílio: a efemeridade. Como exemplo de publicação político partidária, tradicional e fechada, a historiadora menciona a revista *Brasil Socialista*, publicada em Paris. Sobre esse periódico, esclarece:

A *Brasil Socialista* foi criada em janeiro de 1975, por três organizações políticas que se autodenominavam “esquerda proletária”, com o objetivo declarado de “organizar a resistência dos trabalhadores e construir o partido revolucionário do proletariado”, pretendendo ainda “combater as concepções equivocadas existentes no seio da esquerda e das forças antiditatoriais”. Além de um editorial, divulgava seus próprios documentos políticos e os de organizações próximas, assim como artigos temáticos, voltados para questões como construção partidária, programa, estratégia e tática. A *Brasil Socialista* é representativa de um certo tipo de imprensa no exílio, apegada a posições fechadas, formalmente pesada, onde as discussões se faziam nos estreitos limites de sua orientação política (CRUZ, 1999, p. 195).

A revista *Debate* é um exemplo de periódico produzido por exilados que sobreviveu por mais tempo. Criada por João Quartim de Moraes, ex-professor de filosofia da USP e ex-dirigente do grupo Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), sua primeira edição data de fevereiro de 1970, tendo circulado até julho de 1982. De acordo com Cruz (1999), um traço marcante de *Debate* era seu interesse em publicar artigos relacionados a temas que até então não recebiam muita atenção, como feminismo e democracia. Apesar de possuir uma orientação partidária, a revista publicava artigos de várias tendências, inclusive aquelas que iam contra suas concepções. Por sua vez, *Conjuntura Brasileira*, fundado em Paris em outubro de 1974 e que sobreviveu até a abertura política, fez bastante sucesso entre a comunidade de exilados, por ter como foco a publicação de reportagens de jornais e revistas brasileiros.

Apesar das propostas de cada periódico, é possível traçar características comuns à imprensa publicada pelos exilados, a maioria com periodicidade efêmera. Algumas eram publicadas em português, mas também havia aquelas que utilizavam o idioma do país onde eram editadas. Cruz (1999, p. 198) afirma que “muitas apresentavam-se sob um formato artesanal e, à medida em que se afirmavam, tornavam-se mais bem acabadas”. A maioria das publicações pertence a década de 1970. Da lista elaborada por Cruz (1999), somente três periódicos são dos anos 1960. Diferenças à parte, todos os periódicos convergem em um ponto: a ênfase concedida às denúncias acerca da repressão e da tortura¹⁸, e a assuntos relacionados aos problemas econômicos e sociais brasileiros – exploração dos trabalhadores, concentração de renda,

¹⁸ Sobre essa questão Cruz (1999, p. 200) enfatiza: “A denúncia da ditadura, da tortura, dos assassinatos e da prisão política foi uma temática constante, ganhando mais espaço ao longo dos anos 1970, quando se intensificou a campanha pela anistia.”

miséria, desemprego, precariedade das políticas relativas a moradia e educação – também eram abordados nas publicações produzidas por exilados brasileiros.

Outro ponto que não pode deixar de ser mencionado diz respeito às transformações pelas quais a imprensa em questão passou ao longo do período assinalado. Segundo Cruz (1999), até 1973 o retorno ao Brasil era mencionado nesses periódicos sob a perspectiva da revolução. A partir da derrubada de Allende e do fato de outros países latino-americanos terem se recusado a receber exilados brasileiros, estes começaram a perceber que o retorno não ocorreria tão logo, como esperavam. Desde então, a ideia de um retorno por meio de uma anistia e da defesa da democracia ganhou espaço entre os exilados, e isso se fez presente nos jornais e nas revistas editados por eles. A adoção de uma postura de defesa dos ideais democráticos também está relacionada com a oportunidade que os exilados tiveram de conhecer outros processos políticos e outros movimentos sociais nos países pelos quais passaram. Sobre as mudanças nas concepções da esquerda brasileira no exílio, Cruz (1999, p. 199) afirma:

A esquerda recebeu, no exílio, a influência de processos políticos e movimentos sociais que contribuíram na revisão de seus valores e referências. O próprio deslocamento em direção a vários e diferenciados países enriquecia e multiplicava as experiências pessoais, políticas e intelectuais. Viam outras sociedades, conviviam com outras culturas, falavam e ouviam outros idiomas, participavam de outros processos sociais. Assim, as temáticas e abordagens que vão surgindo, ao longo dos anos, eram também fruto da vivência do exílio e ganharam, de certa forma, autonomia em relação as discussões sobre assuntos brasileiros.

Não foi apenas mediante a produção de publicações independentes que os exilados procuraram meios de denunciar as violações dos direitos humanos praticadas pelos militares brasileiros. A imprensa dos países que os receberam também era um meio importante para divulgar as arbitrariedades levadas a cabo no Brasil.

Além das revistas editadas por exilados, em cada país, procurou-se aproveitar espaços na grande imprensa local, inclusive em rádios. A imprensa de países socialistas, por exemplo, mostrava-se, muitas vezes, disponível a colaboração dos brasileiros. Em países capitalistas, instituições e pessoas ligadas à defesa dos direitos humanos atuaram junto a jornais e revistas para divulgar as denúncias da ditadura, segundo informações fornecidas por

brasileiros. Em alguns momentos, a inserção na imprensa internacional ficou mais explícita, como na chegada dos banidos no exterior – fato que por si mesmo ganhava manchete de jornal –, na divulgação do Tribunal Bertrand Russell II, que julgou a ditadura brasileira, com a participação de jurados, personalidades e intelectuais estrangeiros, e na Conferência Internacional pela Anistia, em Roma (CRUZ, 1999, p. 199).

A pesquisa desenvolvida por Cruz (1999) teve como foco, o exílio na América Latina, Europa e África, embora essa última região seja a que tenha tido menos ênfase na pesquisa da historiadora. Nas páginas seguintes será enfocado, tendo como suporte a obra de Cruz, os principais locais de desterro dos exilados brasileiros para, em seguida, adentrar-se nas discussões relativas ao papel desempenhado por exilados brasileiros, e religiosos e intelectuais norte-americanos nas denúncias contra a ditadura brasileira nos Estados Unidos. Será também discutido o suporte econômico, militar e logístico concedido pelo governo dos EUA aos militares brasileiros e a contestação, promovida por parte da sociedade norte-americana em fins da década de 1960, da política externa posta em prática pelo governo do seu país, que apoiava a derrubada de governos democraticamente eleitos e a ascensão de ditaduras militares, desde que fossem anticomunistas.

CAPÍTULO II

O GOLPE DE 1964 E OS ESTADOS UNIDOS: ENTRE O SUPORTE E AS CRÍTICAS

Os Brasileiros e seus Locais de Exílio

Como já se afirmou, o exílio durante a ditadura militar no Brasil foi vivenciado por indivíduos que se opunham ao regime. Diante da violência e repressão dos militares em relação aos grupos de oposição, essas pessoas se viram na contingência de partir para outros países. Segundo Cruz (1999), essa foi uma das formas pela qual os militares procuravam afastar e anular indivíduos e grupos que questionavam o modelo social, econômico e político estabelecido. Segundo a autora, o exílio no Brasil não pode ser caracterizado como um fenômeno que atingiu uma grande parcela da sociedade, como é o caso do Chile; entretanto, mesmo assim não é possível saber ao certo o número de brasileiros exilados:

Até o momento tem sido impossível quantificar as pessoas que estiveram no exílio, sobretudo partindo do conceito amplo de exilado. Os números que surgem aqui e ali, não indicam nenhuma referência ou fonte. São apenas suposições: 10.000? 15.000? No exílio e no momento de volta ao Brasil, esses números seriam simplesmente falados e repetidos. Quem estaria incluído e excluído dos cálculos? Como se chegou a eles? Como os números variam no tempo? As repostas não existem (CRUZ, 1999, p. 53).

Ao se referir a um “conceito amplo de exilado”, a autora faz menção ao fato de que muitos cônjuges, principalmente esposas, mesmo sem ter um envolvimento político direto, acompanharam seus pares durante o exílio. Além disso, não se pode esquecer dos filhos que seguiram junto com seus pais e que acabaram também se tornando desterrados. A inclusão dos companheiros e filhos fez que o número de exilados se tornasse muito maior. Como exemplo de esposa que acompanhou o marido, pode-se

mencionar Elza Freire, esposa de Paulo Freire, que afirma que não tinha problemas políticos, e que foi com os filhos para o exílio apenas para acompanhar o marido e manter a família unida.

É importante mencionar a periodização do exílio estabelecida por Cruz (1999). Para a autora, os exilados do regime militar podem ser divididos em duas gerações. A primeira corresponde aos indivíduos que foram para o exílio logo após o golpe em 1964, e a segunda, aos que partiram depois de 1968. A primeira geração era composta principalmente por indivíduos maduros e definidos profissionalmente. Tratava-se principalmente de sindicalistas e políticos pertencentes a partidos legais e ilegais, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Como exemplo desse grupo, pode-se mencionar João Goulart, Leonel Brizola, Francisco Julião, Miguel Arraes, Darcy Ribeiro, Neiva Monteiro e Paulo Schilling.

A maioria dos políticos pertencentes a esse grupo defendia reformas dentro da legalidade, e o lugar de concentração dessa primeira geração de exilados foi Montevidéu. Sobre as atividades desenvolvidas no Uruguai, Cruz (1999, p. 91) salienta: “lá, lideranças perseguidas se encontravam, discutiam, planejavam, conspiravam, sem poder avaliar os desdobramentos do golpe; sem imaginar o quanto a realidade mudara – e ainda mudaria. O Uruguai acabou se transformando, no imaginário político da época, numa espécie de sinônimo de ‘lugar de liberdade’”.

A geração de 1968 era formada principalmente por indivíduos mais jovens; a maioria provinha do movimento estudantil e era defensora da luta armada e da revolução. Durante o exílio, vivenciaram momentos importantes para sua formação como indivíduos e profissionais, uma vez que, quando partiram, muitos ainda não tinham uma profissão definida. Essa geração é caracterizada particularmente pela dedicação ao treinamento guerrilheiro em Cuba e na Coreia, pela preocupação com o preparo físico e pelos estudos teóricos da revolução, ou seja, estavam se preparando para o retorno ao Brasil e para a continuidade da luta. Os principais locais de concentração dessa segunda geração foram o Chile – até a queda de Salvador Allende, em 1973 – e a França.

Além de identificar duas gerações de exilados, Cruz (1999), afirma que o exílio durante o regime militar pode ser dividido em três fases. A primeira, teve início em 1964 e perdurou até o golpe militar no Chile, em 1973. Pode-se considerar que durante esse período ambas as gerações viviam um momento de maior otimismo, e acreditava que o retorno ao Brasil não tardaria. Muitos militantes viam o exílio como

um momento de reorganização das suas atividades, de estudo e de treinamento guerrilheiro. Assim, os exilados preferiam permanecer em países da América Latina, devido à proximidade geográfica e cultural com o Brasil. Diversos exilados não se sentiam como tal, diante da expectativa de retorno à pátria. Ademais, em certos países, como Cuba e Chile, eles eram respeitados e valorizados pela população e pelas autoridades.

A deposição de Allende e a sucessão de golpes militares em outros países latino-americanos inauguraram a segunda fase do exílio, marcada pela dispersão dos exilados brasileiros, que foram obrigados a abandonar o Chile e se dirigir principalmente para países europeus. Nesse momento, o choque foi maior, pois a partir de então os exilados perceberam que o retorno ao país não seria breve. Para muitos, nesse momento começou o exílio de fato. Foram maiores as dificuldades de adaptação a culturas distintas, línguas estranhas e clima frio, hostil aos brasileiros acostumados ao calor dos trópicos. Durante esse período, a militância se foi transformando; a ideia de revolução e guerrilha foi perdendo força, enquanto a defesa dos direitos humanos e o ideal de democracia foi ganhando espaço entre os exilados. Foi nesse momento que surgiram as campanhas de denúncia da ditadura na imprensa internacional, que, inicialmente foram vistas com descaso pelos exilados mais radicais, mas gradualmente foram ganhando relevância. Nessa conjuntura, o retorno ao Brasil deixou de ser visto sob a perspectiva da luta revolucionária, para ser proposto por meio de uma anistia.

De acordo com Cruz (1999), essa segunda fase foi um momento de redefinição da identidade dos exilados. Se durante a primeira fase não se interessaram em se integrar à sociedade do país que os recebeu, nesse segundo momento, essa atitude precisou ser repensada; a possibilidade de retorno ficava cada vez mais distante e, além do mais, havia a necessidade de encontrar trabalho para sobreviver. A capital do exílio nesse período foi Paris. Entretanto, outros países como Suécia, Espanha, Itália, Alemanha, Rússia e Estados Unidos também receberam exilados brasileiros.

A realidade vivenciada na Europa era distinta da experiência na América Latina. Em muitos países europeus, a acolhida não foi calorosa como em Cuba ou no Chile de Allende. Muitos exilados foram vítimas de discriminação e tiveram de trabalhar em atividades pouco valorizadas, uma vez que não conseguiam exercer sua profissão.

A terceira fase do exílio, sugerida por Cruz, não foi marcada por um acontecimento específico, mas por um desgaste da segunda fase, diante das dificuldades

de adaptação nos países europeus e da marginalização social. Dessa forma, o processo de independência dos países africanos atraiu muitos exilados brasileiros por motivos ideológicos e pela possibilidade de inserção profissional qualificada, já que muitos exilados provinham da classe média intelectualizada. Muitos desterrados vieram na independência de países africanos o ressurgimento das esperanças revolucionárias no Brasil.

Os países africanos recém-libertados de Portugal da Revolução dos Cravos abriam outros horizontes e reacendiam esperanças revolucionárias, mesmo que em novo contexto. Dos processos, surgia a possibilidade de inserção social e profissional qualificadas para os brasileiros, muitas vezes, em função até da formação que haviam adquirido nos anos anteriores na Europa. Muitos encontraram aí a revalorização como pessoas de esquerda e como profissionais, um espaço para exercerem atividades criativas e enriquecedoras (CRUZ, 1999, p. 58).

Os países que se destacaram pelo recebimento de exilados do regime militar brasileiro foram o Uruguai, por ter acolhido a maioria dos exilados da primeira geração; Santiago foi considerada a capital da segunda geração de desterrados; Cuba, pelo treinamento guerrilheiro oferecido, e a França e a Suécia, por terem recebido uma grande quantidade de emigrados políticos no período que Cruz (1999) denomina como segunda fase do exílio. Ademais, a autora lista uma série de outros países que também receberam exilados em menor escala. Entre eles figuram os Estados Unidos, país que ofereceu apoio aos militares que derrubaram o governo de João Goulart.

A autora faz referência a um relatório produzido em 1973, pelo Acnur e menciona que “em janeiro de 1974 [...] a França havia acolhido mil refugiados, enquanto os EUA, a Alemanha Federal, a Grã-Bretanha e os países do Leste, juntos, quatrocentos” (CRUZ, 1999, p. 115). Antes de se adentrar na questão do exílio nos Estados Unidos, é importante compreender o respaldo oferecido pelo governo norte-americano à ascensão dos militares no Brasil, bem como observar também a contestação da política externa dos Estados Unidos, promovida por uma parcela de sua sociedade.

Os EUA e os Militares Brasileiros: Entre Aproximações e Distanciamentos

Carlos Fico, em *O Grande Irmão: Da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo*, aborda a questão do apoio oferecido pelos EUA aos golpistas brasileiros de 1964 (FICO, 2008). O autor empreendeu uma pesquisa pelos arquivos norte-americanos, que resultou numa obra de referência. Apesar de alguns pesquisadores, como Phillys Parker (1977), Marcos Sá Correa (1977) e Moniz Bandeira (1978) terem escrito sobre esse assunto, a pesquisa de Fico destacou-se, uma vez que o autor conseguiu acesso a documentos que anteriormente eram catalogados como total ou parcialmente secretos ou ultra-secretos. Dessa forma, novas informações puderam ser apresentadas ao público.

Para se compreender a aliança estabelecida entre os militares brasileiros e os Estados Unidos, é necessário reportar-se às questões relativas ao contexto mundial anteriores ao período do golpe¹⁹. De acordo com Fico, assim que a Segunda Guerra Mundial terminou, a importância estratégica do Brasil começou a reduzir, uma vez que as bases aéreas do Nordeste brasileiro, que os norte-americanos utilizaram durante a guerra, não eram mais essenciais. A partir dessa época, as atenções dos EUA estiveram voltadas para a reconstrução da Europa (Plano Marshall), que havia sido arrasada pela guerra, enquanto a América Latina ficou em segundo plano.

Segundo Lars Schoultz (2000), o Plano Marshall representou uma ajuda econômica oferecida pelo governo dos EUA para a reconstrução da Europa. Temia-se que a destruição e a miséria advindas da Segunda Guerra Mundial pudessem fornecer um campo fértil para o avanço do comunismo no velho continente. Em 1947, os Estados Unidos e os países latino-americanos reuniram-se, no Rio de Janeiro, para assinar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca; Harry Truman declarou que os recursos do Plano Marshall não iriam englobar a América Latina, visto que na sua concepção os problemas latino-americanos eram de natureza distinta dos da Europa e, portanto, necessitavam de formas diferentes de investimento. O então presidente acreditava que os países europeus deveriam receber ajuda econômica proveniente dos cofres do governo norte-americano, enquanto a América Latina deveria receber auxílio vindo do capital privado.

¹⁹ Fico (2008) enfatiza que a proximidade entre militares brasileiros e norte-americanos surgiu durante a Segunda Guerra Mundial, quando a Força Expedicionária Brasileira lutou ao lado das tropas dos EUA, no Norte da Itália. Além de promover proximidade entre os militares dos dois países, foi a partir de então que os Estados Unidos se tornaram o mais importante vendedor de armas para o Brasil.

O autor afirma que, nessa época, os EUA não viam a América Latina como um local onde houvesse significativa ameaça comunista. Contudo, o Departamento de Estado não descartava por completo a possibilidade de o comunismo crescer nos países da região, situação que poderia acontecer principalmente se a URSS conseguisse mais territórios no continente europeu. Por volta de 1952, a preocupação com a possibilidade de uma ameaça comunista na América Latina intensificou-se e, para mapear esse assunto, Dwight David Eisenhower, presidente que sucedeu Truman, enviou seu irmão Milton Eisenhower a uma viagem pelo continente americano. O relatório derivado da viagem “ênfatizava a demanda explosiva por desenvolvimento econômico e o perigo colocado pela subversão comunista” (SCHOULTZ, 2000, p. 373).

Carlos Fico (2008) reitera que foi a partir da opção de Cuba pelo socialismo, em 1961, que a política externa norte-americana tornou-se mais ofensiva em relação a América Latina²⁰. Essa situação decorreu do temor de que a Revolução Cubana pudesse servir como modelo para os demais países da região, o que faria que os EUA perdessem áreas de influência. O autor menciona que a administração Eisenhower desenvolveu duas formas de ação, que foram colocadas em prática paralelamente. Uma consistia em oferecer treinamento para as forças-armadas locais, a fim de prepará-las para combater guerrilhas e atuar também na segurança pública.

A outra ação baseava-se no envio de recursos para as áreas econômica e social, pois nesse período estava em vigor a teoria de que a pobreza seria fomentadora de revoluções esquerdistas²¹. Fico (2008, p. 26) afirma que foram criadas então, ainda no governo de Eisenhower, as “*civic actions*, que consistiam no uso de forças militares em projetos não estritamente relacionados à segurança, como obras de engenharia, serviços

²⁰ Para Schoultz (2000), a ofensividade da política externa dos EUA na América Latina fez-se mais cedo. O autor menciona o caso da Guatemala, e que os Estados Unidos apoiaram a derrubada do governo de Juan José Arévalo, em junho de 1954, afirmando que o então governo guatemalteco estabeleceu alianças com a URSS. É importante ressaltar que os norte-americanos possuíam grandes interesses econômicos nesse país, principalmente no setor de produção de frutas e de estradas de ferro. Sobre a situação da Guatemala em meados da década de cinquenta, ressalta: “Em 1954, os funcionários dos EUA tinham poucas provas de que o comunismo estava ganhando terreno na Guatemala. Eles corretamente percebiam que a Guatemala estava implementando reformas substanciais, que claramente ameaçavam alterar a estrutura de privilégios no país, mas essas propostas não eram mais “comunistas” do que aquelas propostas pela Aliança para o Progresso de John Kennedy, menos de uma década mais tarde” (SCHULTZ, 2000, p. 377-378). Entretanto, o autor reconhece, assim como Fico (2008), que a revolução em Cuba teve como “efeito principal em Washington dinamitar o impasse sobre a política dos EUA em relação à América Latina” (SCHULTZ, 2000, p. 393).

²¹ De acordo com Fico (2008), essa questão foi contemplada pelo secretário assistente para assuntos interamericanos, Roy Richard Rubottom Jr., que afirmava que os Estados Unidos deveriam defender seus interesses na América Latina através da oferta de assistência na área social e econômica, combatendo, dessa forma, o comunismo.

públicos, transportes, comunicação, saúde, saneamento, etc.”. A política de assistência econômica e social para a América Latina ganhou maior destaque durante o governo de John Fitzgerald Kennedy, com a formulação da *Aliança para o Progresso*. Esse programa foi lançado em 13 de março de 1961 e entre os seus propósitos estava a erradicação da fome, a universalização do acesso à educação básica, a elevação do padrão de vida das famílias, a independência econômica e a autossustentabilidade dos países do continente.

De acordo com o autor, a atuação da Aliança para o Progresso no Brasil começou ainda no governo de Jânio Quadros, antes mesmo de seu lançamento oficial pela Casa Branca, e se caracterizou pela execução de obras de fachada, com o objetivo de chamar a atenção da opinião pública, buscando melhorar a imagem dos Estados Unidos. Como exemplo das obras de fachada, o autor menciona a construção de chafarizes em cidades do Nordeste brasileiro. Além disso, houve a proposta de a Aliança para o Progresso atuar em conjunto com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), na época dirigida por Celso Furtado. Inicialmente, o economista brasileiro viu com otimismo essa aproximação, mas acabou percebendo que os projetos das duas instituições eram totalmente distintos²². Sobre a questão da presença da Aliança para o Progresso no nordeste Fico (2008, p. 29) ressalta:

Todas as benfeitorias deveriam ser identificadas visualmente com a marca “Aliança para o Progresso”. Um dos primeiros programas de assistência técnica oferecidos ao Nordeste foi o de modernização e reequipamento das polícias civis. Celso Furtado frustrou-se ao perceber que as iniciativas, superficiais, buscavam, sobretudo manipular a opinião pública e contrapor-se ao que o governo norte-americano considerava um temível movimento camponês, as Ligas Camponesas, na “verdade um proto-sindicalismo de reivindicações sobremodo modestas”, segundo Furtado.

Outro programa de assistência social colocado em prática por Kennedy foram os *Peace Corps*, que consistia no envio de jovens norte-americanos para o exterior, com o intuito de realizar trabalho voluntário. Fico (2008) registra a presença desse grupo no

²² Fico (2008, p. 29) ressalta que, a partir de 1964 a “Aliança para o Progresso entraria em um período de maior operacionalidade”; entretanto, não aprofunda nessa questão. Se limita a mencionar que nesse período Celso Furtado foi convidado para integrar o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP).

Brasil, entre 1967 e 1975, e afirma que as principais atividades desenvolvidas estavam relacionadas a cooperativas agrícolas, controle da esquistossomose, projetos escolares, habitacionais e de assistência social; ou seja, a maior parte das atividades concentrava-se nas áreas sociais, embora houvesse carência por profissionais técnicos especializados²³. O trabalho desenvolvido no Brasil pelos *Peace Corps* não era muito divulgado, pois o governo norte-americano não queria correr o risco de que essa atividade fosse vista como interferência nos assuntos internos do país.

O autor enfatiza que, com o assassinato de Kennedy, em novembro de 1963, houve o início de uma nova fase na política externa norte-americana em relação à América Latina, que acabou tornando-se mais ofensiva. O novo presidente, Lyndon Johnson, apresentava um perfil muito diferente do de seu antecessor. Johnson era uma pessoa de origem humilde, com formação cultural limitada no que se referia a viagens e leituras. O então presidente não tinha afinidade com questões de política externa, assim como não se sentia à vontade na presença de intelectuais e estrangeiros; preferia cuidar de assuntos relativos à política interna dos EUA. Mesmo com essas diferenças, Johnson não se dissociou por completo da política de Kennedy, tendo preservado parte dos assessores do ex-presidente e dado continuidade à Aliança para o Progresso, particularmente seu caráter antinsurreccional.

Entretanto, a continuidade desse programa ocorreu em moldes distintos dos pretendidos por Kennedy. Como exemplo disso, Fico (2008) menciona o fato de Johnson ter permitido que empresários norte-americanos participassem do planejamento da Aliança para o Progresso, numa atitude de favorecimento aos interesses das multinacionais dos Estados Unidos. No governo de Johnson houve a elaboração de uma nova política para a América Latina, que envolvia uma aparente continuidade da Aliança para o Progresso – projeto que havia conquistado popularidade e despertado muitas esperanças na época em que foi lançado – e a adoção de uma postura ofensiva, pautada no amplo apoio aos regimes autoritários, desde que fossem anticomunistas²⁴.

²³ O autor ressalta que isso decorria do fato de a maioria dos jovens norte-americanos que vinham para o Brasil serem graduados na área de humanidades.

²⁴ Não se pode idealizar o governo de Kennedy como um período em que o comunismo foi combatido com propostas de desenvolvimento econômico e social na América Latina, que seriam até vantajosas; acreditar nisso seria adotar uma postura ingênua. É importante ressaltar que, mesmo durante a administração de Kennedy, países que sofreram golpes militares, como a Argentina, Honduras e a República Dominicana, tiveram seus governos autoritários reconhecidos pelos Estados Unidos. Tanto

O responsável por essa nova política foi Thomas C. Mann, um experiente diplomata que exercera o cargo de embaixador no México e que, na administração Johnson, acumulou os cargos de coordenador da Aliança para o Progresso, secretário assistente para assuntos interamericanos e assistente especial do presidente para a América Latina. De acordo com Fico (2008), apesar de Mann ter permanecido pouco tempo nessas funções – entre janeiro de 1964 e março de 1965 –, sua atuação na formulação de nova política para a América Latina foi decisiva. De acordo com suas diretrizes, que ficaram conhecidas como Doutrina Mann, “os Estados Unidos deixariam de questionar a natureza dos regimes que estavam recebendo sua assistência militar e econômica, desde que se mantivessem anticomunistas, mesmo que fossem autoritários ou ditatoriais” (FICO, 2008, p. 35).

A renúncia de Jânio Quadros e a ascensão de João Goulart à presidência da república inaugurou um período conturbado na história do Brasil. Medidas adotadas por Jango desagradaram aos Estados Unidos e aos setores conservadores da sociedade brasileira. Como exemplo dessas medidas, pode-se mencionar a adoção da Política Externa Independente (PEI)²⁵ e o projeto das Reformas de Base, que, de acordo com as concepções do historiador Daniel Arão Reis (2002), prometia mexer nas estruturas da sociedade brasileira. Devido a essa possibilidade de transformação, as elites tradicionais e a classe média temiam perder privilégios, enquanto os movimentos sociais – trabalhadores urbanos e rurais, estudantes e alguns graduados das forças armadas –, que apoiavam Jango, tendiam à radicalização. Nesse período, a situação econômica do Brasil agravou-se: havia recessão, a inflação estava em alta, consequentemente, houve aumento nos preços e no custo de vida; faltavam investimentos e estava difícil pagar as parcelas da dívida externa.

A campanha anticomunista comandada pela direita, que englobava militares, políticos, parte do clero, grande imprensa e os organismos financiados pelos Estados

Fico (2008) quanto Schoultz (2000) enfatizam o apoio de JFK a instauração de ditaduras na América Latina.

²⁵ Vizentine (2003) menciona que Jânio Quadros foi o responsável pelo lançamento da Política Externa Independente. Entre os princípios dessa política, estava determinado que não seria aceita a intervenção de outros países nos assuntos internos do Brasil, que, por sua vez, não interferiria na soberania dos outros países. Também estava previsto que os produtos brasileiros seriam exportados para todos os países, inclusive os socialistas. De acordo com o autor, foi durante o governo de João Goulart que a PEI foi posta realmente em prática. Essa iniciativa desagradou aos Estados Unidos, pois prejudicava seus interesses políticos e econômicos. Nesse período, o Brasil passou a ser visto pela potência capitalista como uma possível “nova Cuba”, uma vez que Jango era visto como um político de esquerda, que buscava estabelecer alianças com comunistas.

Unidos²⁶, acabou ganhando o apoio da maior parte da classe média, além de setores representativos dos trabalhadores urbanos e rurais. Grande parte da população acreditou no discurso de que a democracia e o cristianismo estavam ameaçados no Brasil. Assim, os militares lideraram em 31 de março um golpe de Estado, que deu início a uma era de repressão, tortura, censura, expurgos, arbitrariedades, perseguições, prisões, sequestros, cassações de cargos e de direitos políticos, aposentadorias compulsórias, endividamento do país, concentração de renda, entre outras coisas (ARQUIDIOCESE..., 1985).

Fico (2008) ressalta que foram diversas as formas de suporte concedido pelo governo dos Estados Unidos aos militares brasileiros, inclusive no período anterior à deflagração do golpe²⁷ e perdurou principalmente durante o governo Castelo Branco. As formas de auxílio abrangiam apoio logístico e bélico – disponibilização de combustíveis, aviões, alimentos, armas e munições –, realização de exercícios navais no litoral do Brasil, com o intuito de intimidação; ajuda econômica ao governo militar e viagens oferecidas a políticos, líderes estudantis, jornalistas, intelectuais e cientistas brasileiros de destaque, com a finalidade de exercer influência sobre esse importante segmento da sociedade²⁸.

O apoio logístico providenciado pela potência capitalista e arquitetado principalmente por Lincoln Gordon, embaixador norte-americano no Brasil, entre outubro de 1961 e janeiro de 1966, configurou-se numa força tarefa naval, nomeada como *Operação Brother Sam*. Existe uma polêmica sobre se essa força tarefa envolvia a pretensão de enviar tropas dos Estados Unidos para o território brasileiro. Segundo Fico, essa possibilidade era cogitada em caso de envolvimento soviético na luta, ou se a resistência das forças a favor de Goulart se prolongasse. Como nenhuma das possibilidades se efetivou, não houve necessidade de intervenção direta, o que para os EUA foi positivo, pois assim o golpe adquiriu maior aparência de legitimidade.

Um dado novo, mostrado pela obra de Fico (2008), é o fato de brasileiros, como o general José Pinheiro Ulhoa Cintra e Castelo Branco terem tido conhecimento

²⁶ Como exemplo desses organismos, pode-se mencionar o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)

²⁷ Em relação ao suporte oferecido pelo governo norte-americano no período anterior ao golpe, Fico (2008) ressalta que essa medida foi iniciada em 1962, com a campanha de desestabilização econômica, e continuou em 1963, com o início do apoio ao planejamento de um possível golpe.

²⁸ Outra forma de suporte oferecido aos militares é mencionado por Schoultz (2000, p. 397): “A administração Johnson enviou vinte e três consultores de polícia para o Brasil depois do golpe de 1964 [...], e seu trabalho suplementou o treinamento de centenas de policiais brasileiros (641 entre 1963 e 1971) que estudaram na Academia Policial Internacional da ADI, no velho galpão dos bondes de Georgetown, em M. Street, em Washington.

da *Operação Brother Sam*. O autor também ressalta a proximidade existente entre o primeiro general presidente, Lincoln Gordon e Vernon Walters²⁹. Essa proximidade resultou, mais tarde, na acusação, inclusive por parte de funcionários do governo norte-americano, de que Gordon estava se envolvendo em assuntos internos brasileiros e fazendo vista grossa para as arbitrariedades cometidas pelos militares. De acordo com Fico, (2008, p. 137):

A atuação do embaixador Lincoln Gordon e do adido militar, Vernon Walters, iniciaria uma fase jamais vista de interferência dos Estados Unidos na política interna brasileira, que teria como contrapartida a atitude subserviente do Brasil de Castelo Branco em relação à superpotência, involução diplomática que vinha se construindo, sobretudo durante o governo de Jânio Quadros: tanto os sucessores de Castelo quanto os de Gordon não deixaram de reconhecer esse momento como um retrocesso.

Ademais, Fico (2008) enfatiza que as medidas arbitrárias, como os atos institucionais, não foram vistas com bons olhos por parte de funcionários do governo norte-americano, como é o caso de Dean Rusk, secretário de Estado durante os governos de John Kennedy e Lyndon Johnson. Afinal, nenhum governo é monolítico. Seria um engano acreditar que os Estados Unidos apoiaram os militares em todas as arbitrariedades, pois havia uma relativa preocupação com a questão dos direitos humanos e com a repercussão das medidas repressivas adotadas pelos militares brasileiros na imprensa e no Congresso norte-americano.

Ainda de acordo com o autor, a partir do governo de Costa e Silva ocorreu um distanciamento entre o governo norte-americano e o brasileiro, no que se refere aos meios diplomáticos³⁰. A própria candidatura de Costa e Silva não foi vista com simpatia não só pelo Departamento de Estado, mas também pelo governo dos EUA de forma geral. John Tuthill, embaixador que substituiu Lincoln Gordon e permaneceu no Brasil entre junho de 1966 e janeiro de 1969, manteve contato meramente formal com o governo de Costa e Silva e, no decorrer de 1967, houve uma redução significativa do

²⁹ De acordo com Fico (2008), Vernon Walters foi adido militar da embaixada norte-americana durante a missão diplomática de Gordon. Era amigo de Castelo Branco; os dois se conheceram durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil atuou junto às tropas dos EUA na Itália.

³⁰ Fico (2008) ressalta a importância de não se realizar leituras ingênuas acerca da relação entre Brasil e Estados Unidos durante o regime militar; não se pode pautá-la em um apoio incondicional e nem em um distanciamento total, afinal muitos interesses econômicos e políticos estavam em jogo. O autor aborda o posicionamento do Departamento de Estado em relação ao regime militar, afirmando que outros órgãos do governo norte-americano – o Departamento de Defesa, o Conselho de Segurança Nacional, e o Departamento do Tesouro – manifestavam posicionamentos diferentes.

número de funcionários norte-americanos no Brasil. Outra decisão desse embaixador foi não aceitar irrestritamente as decisões do governo brasileiro, sem proferir críticas.

Em relação à sua política externa, o governo de Costa e Silva adotou um posicionamento mais nacionalista e independente, evidenciado na não assinatura do Tratado sobre Não Proliferação Nuclear e na oposição à criação de uma força de paz interamericana permanente. Outro fator desse período, que provocou afastamento maior ainda entre Brasil e EUA, foi a decretação do Ato Institucional n. 5, em fins de 1968. O governo norte-americano viu nesse ato uma expressão da arbitrariedade e da repressão do regime militar brasileiro; na concepção de Dean Rusk, o principal responsável pelo AI-5 era Costa e Silva. Dessa forma, o governo norte-americano decidiu reduzir a ajuda militar, restringindo-a à venda de armamentos e suspendendo temporariamente a ajuda econômica ao Brasil.

Ao contrário de Johnson, que não mostrava afinidade por política externa, seu sucessor, Richard Nixon, sentia-se à vontade nessa área. Nixon e Henry Kissinger, influente assessor presidencial de Segurança Nacional, procuraram intervir e controlar de forma direta os assuntos de política externa, sobrepujando o Departamento de Estado, órgão visto com desconfiança pelo então presidente norte-americano. Apesar de o AI-5 não ter sido visto com bons olhos pelo governo e pela sociedade dos Estados Unidos, a administração Nixon não se pautou pelo afastamento total do regime militar brasileiro, mas por um “apoio seletivo”, que previa a manutenção da ajuda econômica, embora reduzida. Segundo Fico (2008), isso se deu em razão dos interesses econômicos e políticos norte-americanos no Brasil. Como exemplo desses interesses, pode-se mencionar os negócios das multinacionais norte-americanas e a ameaça que o governo socialista de Salvador Allende, no Chile, representava para os EUA.

Segundo Thomas Skidmore (1988), em 28 de agosto de 1969, Costa e Silva sofreu um derrame cerebral que deixou o lado direito de seu corpo paralisado. Diante disso, o presidente ficou impossibilitado de permanecer no cargo. Neste caso, quem deveria assumir a presidência do Brasil seria o vice, Pedro Aleixo. Entretanto, os militares não aceitavam o fato de um civil voltar a comandar o país e deflagraram o que ficou conhecido como “golpe branco” ou “golpe dentro do golpe”; ou seja, os ministros militares impediram que o vice assumisse seu cargo de direito, e uma junta militar assumiu o comando do governo enquanto era escolhido um sucessor.

Após uma série de divergências, os militares chegaram a um consenso e, em 25 de outubro de 1969, escolheram o general Emílio Garrastazu Médici para ocupar a

presidência da república. O governo Médici alcançou alto nível de popularidade, algo conquistado pela melhora no desempenho da economia – o milagre econômico – e pela propaganda política eficiente. Outro fator que marcou essa administração foi o recrudescimento vertiginoso da repressão em todo o país, que recebia o respaldo da continuidade do AI-5. Nesse período, qualquer crítica ao governo poderia ser considerada um ato de subversão e uma ameaça à segurança nacional. Os sequestros, assassinatos, prisões e tortura por motivos políticos tornaram-se ações rotineiras.

Fico (2008) afirma que as diretrizes da política externa de Médici foram pautadas por maior independência em relação aos EUA, mas sem um rompimento total; havia o interesse dos militares em fazer que o Brasil recebesse um tratamento especial por parte dos Estados Unidos e de que fosse reconhecido como potência mundial. Durante uma visita que Médici realizou aos EUA, em 1971, Nixon apresentou a proposta de uma comunicação mais direta com o presidente brasileiro, reconhecendo o país como uma grande potência. Entretanto, Fico (2008, p. 248) argumenta que “o relacionamento especial não passou da troca de algumas poucas cartas, que tinham efeito meramente simbólico”. Nesse passo, assim que Allende deixou de ser uma ameaça para os EUA, a relevância política do Brasil diminuiu, e o país passou a ser reconhecido mais pela importância econômica.

Em relação à divulgação da repressão nos Estados Unidos, Fico (2008, p. 260) afirma que “as denúncias sobre a prática de tortura chegaram ao auge entre 1968 e 1969, persistindo durante 1970 e a primeira metade de 1971”. Em sua avaliação, as demonstrações de preocupação da Casa Branca com esse assunto eram meramente políticas e não de cunho moral, ou seja, não havia interesse efetivo em relação ao respeito pelos direitos humanos e a situação dos presos políticos no Brasil. O que preocupava a Casa Branca era a reação da opinião pública e do Congresso dos EUA diante das denúncias de cumplicidade entre os Estados Unidos e os militares no Brasil.

A Sociedade Norte-Americana ante a Política Externa de seu País

Enquanto a Casa Branca se mostrava praticamente indiferente em relação à repressão do regime militar brasileiro, demonstrando apenas preocupações formais no que diz respeito ao assunto e procurando tratar a questão como um problema interno do Brasil; James N. Green (2003) ressalta que, em fins da década de 1960, parte da

sociedade civil norte-americana começou a questionar a política externa de seu país³¹. De acordo com o autor, essa crítica partiu principalmente de estudantes politizados, intelectuais e ativistas que criticavam o posicionamento do governo dos EUA, que, baseado no discurso da Guerra Fria, rotulava os acontecimentos latino-americanos como pró-comunistas ou anticomunistas e apoiava a ascensão de regimes autoritários no continente.

Entre as primeiras demonstrações que contestavam o intervencionismo dos Estados Unidos na América Latina, o autor destaca as manifestações contra a invasão da República Dominicana, em 1965, ação que contou com a participação de tropas brasileiras disponibilizadas por Castelo Branco. Como exemplo de manifestação contra essa invasão, destaca-se o grupo formado por acadêmicos norte-americanos, o *University Committee on the Dominican Republic*, responsável pela publicação de uma carta aberta, no *New York Times*, em 23 de maio de 1965, que contava com a assinatura de mais de uma centena de importantes intelectuais que se dedicavam ao estudo de assuntos latino-americanos. Essa publicação recebeu o título de *Carta dos Especialistas em América Latina para o Presidente Johnson sobre a Crise Dominicana*. A respeito das reivindicações desse grupo, GREEN (2003, p. 92. Traduzimos) enfatiza:

A carta aberta, citando o princípio de não intervenção exposto nos artigos quinze e dezessete do estatuto da Organização dos Estados Americanos e implorando às “boas intenções” da política de boa vizinhança de Franklin D. Roosevelt e à Aliança para o Progresso e aos Corpos da Paz de John F. Kennedy, alegavam que Johnson estava retornando à “política estéril” da “Diplomacia Gunboat” e ao *Big Stick*. A declaração pedia para que o presidente evitasse caracterizar as “revoluções” latino-americanas como meramente pró-comunista ou anticomunista. Mais adiante a declaração argumenta que a intervenção norte-americana na República Dominicana desencorajava e antagonizava as forças democráticas na América Latina e minava os elementos progressivos que estavam se esforçando pelas reformas.

Não foi apenas a invasão da República Dominicana que ensejou protestos nos EUA. Os relatos acerca da repressão praticada pelo regime militar no Brasil também fizeram que parte da sociedade norte-americana se manifestasse contra esse tipo de

³¹ Green (2003) caracteriza a década de 1960 nos Estados Unidos como um período marcado pela ênfase nos direitos humanos, pela defesa dos direitos civis e pelas manifestações contra a Guerra do Vietnã. O autor ressalta 1968 como um ano em que houve a formação de movimentos feministas radicais, o surgimento de grupos homossexuais politizados e de ampliação dos protestos estudantis.

arbitrariedade. Contudo, Green (2003) enfatiza que a ação golpista no Brasil em 1964 não teve repercussão significativa na imprensa dos EUA. Não houve protestos, e a imprensa, na maioria das vezes, publicou reportagens que defendiam a ação dos militares e desabonavam o governo Goulart. Segundo o autor, o *The New York Times* e o *The Washington Post* foram os jornais que mais se preocuparam em publicar reportagens menos unilaterais. Isso se devia, em parte, ao maior número de jornalistas que atuavam nesses jornais. Outro ponto relevante é o fato de determinados funcionários norte-americanos, da Casa Branca e do Departamento de Estado, terem exercido controle sobre as notícias acerca do regime militar no Brasil que poderiam ser publicadas na mídia dos EUA. Lincoln Gordon foi uma das pessoas que desempenhavam essa tarefa.

Dessa forma, foi somente a partir do final da década de 1960 que houve uma divulgação mais ampla das atrocidades que os militares praticavam no Brasil. Essas denúncias preocuparam tanto o governo norte-americano, que não queria ser acusado de oferecer suporte a regimes que violavam os direitos humanos, quanto o governo militar, que não queria ver seus crimes expostos e a imagem do Brasil perspectivada negativamente no exterior; uma vez que havia todo um esforço para vender a imagem do Brasil como um país de grandes potencialidades e riquezas. Assim, os militares afirmavam que essas denúncias eram obra de comunistas infiltrados na imprensa internacional.

O *Jornal do Brasil* publicou uma reportagem, em 14 de maio de 1970, na qual reproduzia uma nota oficial do regime militar, afirmando a existência de uma campanha internacional para desmoralizar o Brasil frente aos demais países democráticos. A nota afirmava não existir tortura no Brasil e nem presos políticos, mas sim terroristas encarcerados devido à prática de assassinatos, assaltos e sequestros de diplomatas. O documento oficial afirmava que sequer esses pretensos presos políticos foram submetidos a qualquer tipo de tortura e que ninguém, no Brasil, sofria alguma forma de represália por discordar do governo militar, uma vez que este possuía uma orientação democrática (GOVERNO..., 1970)³². Acerca das denúncias contra o regime no exterior a nota oficial declarava:

³² Outro assunto que a nota aborda é a questão das denúncias na imprensa internacional acerca do genocídio de povos indígenas, que estaria sendo promovido com a concordância do regime militar. Segundo Green (2009), esse foi um tema complementar às denúncias sobre a repressão no Brasil, e periódicos nos Estados Unidos, como *Brazilian Information Bulletin* e o *San Francisco Chronicle*, publicaram reportagens denunciando o genocídio de tribos indígenas devido à construção da rodovia

Noticiário freqüente, inspirado por agentes internacionais da subversão e apreciado por uma parte mórbida e sensacionalista da imprensa estrangeira vem com insistência acusando o Brasil de práticas criminosas, como o genocídio de nossos indígenas e a tortura a pretensos presos políticos. Tudo isso faz parte, indubitavelmente, de uma campanha difamatória montada e organizada por aqueles que não se conformam com o crescimento brasileiro dentro da liberdade. Paradoxalmente, mas revelando o intento dos inimigos do Brasil, quanto mais acelera o país sua taxa de crescimento, aumentando exportações, equilibrando a balança comercial, abrindo estradas que rasgam as selvas, construindo escolas e hospitais, observa-se que mais se acentua a atividade soez de denegrimento do Governo e do povo brasileiro (GOVERNO..., 1970).

Outra reportagem também publicada pelo *Jornal do Brasil*, em 23 de maio de 1970, relata a entrevista coletiva que o então ministro do planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, concedeu a jornalistas em Washington, negando a prática de tortura a presos políticos. A reportagem indica que o ministro estava nos Estados Unidos para participar das sessões que o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP) estava promovendo e afirma que Veloso não se dispôs a aprofundar no debate sobre questões políticas (VELOSO..., 1970)³³. Sobre as denúncias de tortura na imprensa internacional a reportagem enfatiza:

Washington (UPI-JB) – O Ministro do Planejamento do Brasil, Sr. João Paulo dos Reis Veloso, negou ontem as acusações de supostas torturas de presos políticos em seu país, acrescentando que em breve o Govêrno divulgará em Brasília uma declaração sobre o assunto.

Durante a entrevista coletiva, o Sr. João Paulo dos Reis Veloso afirmou que “as informações da imprensa sobre torturas e repressão no Brasil carecem de fundamento”, e negou que o

Transamazônica. Na nota expedida pelo governo, é feita a seguinte declaração acerca do tratamento que os índios recebiam no Brasil: “O Governo da República, por intermédio do Ministério da Justiça, lança formal e categórico desmentido contra tal noticiário. Não há nem houve genocídio contra o índio brasileiro. O Governo sempre prestou a melhor assistência aos silvícolas, integrando-os na sociedade mediante a sua educação. A tentativa de eliminação dos silvícolas e as torturas de presos políticos são avessos à índole de nosso povo” (GOVERNO..., 1970).

³³ Não apenas membros do governo se pronunciaram contra essa suposta campanha contra o regime militar na imprensa internacional. Alguns religiosos também se posicionaram a favor do regime. Esse é o exemplo do Cardeal Dom Agnelo Rossi. A revista *Veja* de 8 de abril de 1970 publicou uma reportagem contendo algumas declarações do cardeal: “Durante a missa da Páscoa realizada na Praça da Sé, em São Paulo, o Cardeal Agnelo Rossi condenou com duras palavras “a maledicência organizada internacionalmente” contra a situação política no Brasil. Como o cardeal, o govêrno brasileiro está preocupado com o noticiário da imprensa estrangeira, que projeta uma imagem deformada de nosso país, baseado principalmente na denúncia de massacres de índios e torturas contra presos políticos” (MISSÃO..., 1970, p. 30).

Govêrno brasileiro seja reacionário, “como parece ser a impressão de alguns setores da imprensa nos Estados Unidos” (VELOSO..., 1970).

Green (2009) revela detalhes a respeito da articulação entre exilados brasileiros, religiosos e intelectuais norte-americanos para divulgar na imprensa norte-americana as arbitrariedades cometidas pelos militares brasileiros. O autor enfatiza o ano de 1968 e a promulgação do AI-5 como marcos na forma como o regime militar era visto nos Estados Unidos. Até então, não se considerava que o Brasil era governado por uma ditadura e não se dava importância ao fato de um governo eleito democraticamente ter sido derrubado. Pelo contrário, a queda de Goulart era vista de forma positiva, pois, de acordo com a concepção predominante, o Brasil havia se salvado do comunismo. Sobre essa questão o autor ressalta:

A imprensa norte-americana apoiou quase unanimemente o rapidíssimo reconhecimento dado por Johnson ao governo militar e à agenda anticomunista dos líderes do golpe. Os relatos da imprensa deixaram de lado em grande parte as maciças detenções de adversários do regime, considerando a mudança no poder como um “golpe incruento” que evitara uma greve civil. As notícias vindas do Brasil deram ao público desinformado a impressão de que o novo governo defendera a democracia contra um ataque comunista. Essa noção nada mais fez do que reforçar o arraigado sentimento público de 80% dos cidadãos norte-americanos, que temiam a ameaça comunista em 1964, recorde histórico na pesquisa de opinião sobre temas de política externa. Praticamente ninguém nos Estados Unidos protestou contra o golpe militar. Até mesmo senadores que costumavam expressar abertamente suas posições, como Wayne Morse, do Oregon, que já questionara a política de Lyndon Johnson, na Guerra do Vietnã, elogiou a mudança de regime, descartou acusações de intervenção de parte dos Estados Unidos e negou que os militares tivessem instaurado uma ditadura. A cobertura de imprensa sobre os acontecimentos políticos no Brasil em breve desapareceu das primeiras páginas de jornais e revistas nos Estados Unidos (GREEN, 2009, p. 26).

Apesar de as denúncias sobre a repressão no Brasil terem se tornado mais frequentes apenas no final da década de 1960, há de se mencionar uma carta que Hélio Jaguaribe enviou ao editor do *The New York Times* e que foi publicada em 28 de outubro de 1965, ou seja, bem antes de as denúncias contra o regime militar no Brasil se ampliarem na imprensa norte-americana. Nessa publicação, o intelectual brasileiro afirmava que a situação política no Brasil vivenciava um momento em que Castelo

Branco assumia poderes ditatoriais e procurava enfraquecer as instituições democráticas, como o Congresso e o Supremo Tribunal. Jaguaribe temia que essas medidas, que contribuíam para o afastamento dos ideais democráticos, fortalecessem as ações da esquerda radical, o que poderia conduzir o país a uma luta sangrenta (JAGUARIBE, 1965).

O cientista político conclamava os brasileiros que estavam vivendo no exterior, em países democráticos, para “formar comitês de resistência democrática, juntado esforços e recursos para ajudar a formar dentro do Brasil uma luta multipartidária contra a ditadura militar” (JAGUARIBE, 1965. Traduzimos). No final da carta, reafirmava que em sua concepção o governo de Castelo Branco era ilegítimo e que o Brasil deveria se concentrar no cumprimento de quatro metas: democracia, desenvolvimento econômico, reforma social e nacionalismo construtivo. Dessas, a democracia se configurava como a mais urgente. Hélio Jaguaribe deixou o Brasil em 1964, por problemas com o regime militar, e partiu para os Estados Unidos, a fim de lecionar em universidades norte-americanas. De 1964 a 1966 lecionou em Harvard; de 1966 a 1967 exerceu o magistério em Stanford e de 1968 a 1969 trabalhou no Massachusetts Institute of Technology (MIT). Jaguaribe retornou ao Brasil em 1969.

Como já foi ressaltado, a promulgação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, inaugurou um novo período na forma como o regime militar era descrito nas páginas dos jornais norte-americanos. Essa medida repressiva motivou críticas tanto no meio jornalístico norte-americano quanto no diplomático. Até mesmo Lincoln Gordon considerou o quinto ato institucional uma medida desnecessária. Green (2009, p. 146) chama atenção para o fato de que: “até o final de dezembro de 1968, os principais órgãos de imprensa dos Estados Unidos raramente caracterizavam o governo do Brasil como ditadura militar e tampouco dirigiam comentários editoriais desfavoráveis ao regime”.

Outra questão que merece ser enfatizada é o fato de que antes da Revolução Cubana havia poucos pesquisadores nos Estados Unidos que se dedicavam ao estudo da América Latina, bem como havia poucos centros de pesquisa importantes que estudavam essa região. A revolução em Cuba inverteu essa situação, uma vez que a partir de então o governo norte-americano passou a investir na formação de especialistas em América Latina, para auxiliar na formulação de sua política externa. Dessa forma, foram criados programas de pós-graduação especializados na pesquisa do continente latino-americano em importantes universidades norte-americanas, como

Stanford e Columbia. Além disso, havia a oferta de bolsas de estudo para os interessados em aprender português e espanhol³⁴.

De acordo com Green (2009), os incentivos para formar especialistas em América Latina resultaram na formação de pesquisadores que se tornaram críticos da política externa norte-americana. O autor aponta que a censura imposta a artistas e as aposentadorias compulsórias de professores universitários reconhecidos foram as primeiras questões que chamaram a atenção nos Estados Unidos para o caráter repressivo do regime militar. Em abril de 1969, 68 professores foram aposentados nas universidades brasileiras. Nos últimos dias de maio desse ano, 78 especialistas norte-americanos em América Latina enviaram ao presidente Costa e Silva um telegrama, com protestos contra a aposentadoria compulsória de professores brasileiros. Os professores responsáveis por essa iniciativa foram John Johnson (Stanford) e Charles Wagley (Columbia). Nessa mesma época, 283 estudiosos norte-americanos assinaram outro telegrama, também dirigido a Costa e Silva, solicitando que os professores aposentados pudessem retornar aos seus cargos e realizar suas atividades em um ambiente de liberdade³⁵.

Green (2009) afirma que, de acordo com informações contidas em documentos do Departamento de Estado, Charles Burke Elbrick, que servia como embaixador no Brasil, havia obtido informações dando conta de que novas cassações haviam sido momentaneamente suspensas devido, entre outros motivos, à repercussão desse ato no Brasil e em outros países. Outro ponto que o autor ressalta é o auxílio disponibilizado pela Fundação Ford aos professores aposentados pelo regime militar. O representante local dessa instituição enviou uma solicitação para a sede em Nova Iorque, pedindo que os professores brasileiros, destituídos de seus cargos, fossem convidados a participar de

³⁴ Thomas Skidmore é um exemplo de pesquisador que se envolveu com pesquisas relacionadas ao Brasil devido a esses incentivos. Em 1960 o historiador havia concluído seu doutorado em Harvard e estava começando a lecionar, quando recebeu um convite para mudar de campo de estudo. Skidmore dava início à sua carreira como professor de história da Alemanha. Contudo, segundo Green (2009, p. 109) “Harvard, assim como outras universidades de prestígio, estava interessada em treinar peritos capazes de obter rapidamente conhecimentos especializados sobre a América Latina, a fim de ensinar alunos de cursos de pré e pós-graduação interessados em conhecer melhor as mudanças que estavam ocorrendo ao sul do rio Grande. Skidmore aceitou a proposta de três anos de licença remunerada e embarcou para o Brasil, com o objetivo de realizar pesquisas.”

³⁵ Além dos protestos dos acadêmicos, 9 dos 23 artistas norte-americanos que iriam participar da Bienal de São Paulo de 1969 optaram por boicotar o evento, o que inviabilizou a participação dos EUA na exposição. Esse boicote representava um protesto contra a censura a que os artistas brasileiros eram submetidos. Além disso, os artistas norte-americanos criticavam o apoio do governo de seu país ao regime militar. Green (2009) relata que artistas europeus também aderiram a essa forma de protesto, sugerida por artistas brasileiros.

projetos de pesquisa tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Essa iniciativa levou à criação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), um centro de pesquisa financiado pela Fundação Ford, com sede em São Paulo, que reunia uma série de intelectuais aposentados pelo regime militar.

Caio Prado Júnior é mencionado nesse estudo como um intelectual brasileiro que recebeu apoio de seus colegas de profissão norte-americanos. O eminente historiador brasileiro foi acusado pelo Superior Tribunal Militar de incitar atos subversivos. Essa acusação se baseou numa entrevista que Prado concedeu a alunos da Universidade de São Paulo, em 1967, posteriormente publicada em um jornal universitário³⁶. Em 1969, os militares utilizaram essa publicação para processar o intelectual brasileiro. No início de 1970, Yolanda, filha de Caio Prado, esteve em Nova Iorque, buscando apoio para a causa de seu pai. Lá, ela entrou em contato com Ralph Della Cava³⁷ e com Ivan Morris, professor da Universidade de Columbia, especialista em literatura japonesa. Este último, através de seus contatos, levou a situação de Caio Prado ao conhecimento da Anistia Internacional.

Em 8 de março de 1970 Richard Morse, Thomas Skidmore, Stanley Stein e Charles Wagley, renomados intelectuais norte-americanos das universidades de Yale, Wisconsin, Princeton e Columbia, respectivamente, escreveram para o editor do *The New York Times*, chamando a atenção para a situação das liberdades civis no Brasil, destacando, particularmente, a situação a que Caio Prado Júnior era submetido (MORSE et al., 1970). Na carta, afirmavam que ficaram estarecidos com a censura estabelecida aos meios de comunicação, as prisões e os exílios que ocorriam no Brasil. Além disso, demonstraram indignação em relação ao processo que Caio Prado Júnior respondia por ter expressado suas opiniões políticas: “em respeito à decência e em defesa do direito natural de todos os homens expressarem suas opiniões sem temer o encarceramento, nós, membros da comunidade internacional de intelectuais, protestamos contra esse ato do tribunal militar ao mesmo tempo lamentamos o tratamento desumano dos dissidentes políticos” (MORSE et al., 1970. Traduzimos).

³⁶ Sobre o conteúdo dessa entrevista Green (2009, p. 185) esclarece: “Fizeram perguntas sobre teoria marxista, a situação política existente e pediram uma avaliação da luta armada como estratégia válida para a classe operária. Caio Prado deu respostas cautelosas e moderadas aos estudantes, embora não tivesse descartado a possibilidade teórica de que o proletariado pudesse vir a pegar em armas em algum momento no futuro, caso as condições fossem favoráveis.”

³⁷ De acordo com Green (2009), nessa época Della Cava lecionava história do Brasil na City University de Nova Iorque, em Queens.

Pouco depois da publicação dessa carta, Caio Prado Júnior foi condenado a quatro anos e meio de prisão. Nessa época, o intelectual brasileiro estava com mais de 60 anos de idade. Em 14 de junho de 1970, dois intelectuais norte-americanos enviaram outra carta ao editorial do *The New York Times*, demonstrando sua indignação com a condenação de Caio Prado Júnior. Dessa vez, os autores da denúncia eram Henry J. Steiner e David M. Trubek; ambos lecionavam Direito em universidades renomadas dos Estados Unidos. Steiner trabalhava em Harvard e Trubek em Yale. Na carta, os dois professores demonstravam preocupação com a possibilidade de ampliação da repressão no Brasil, principalmente em relação aos intelectuais. Relatavam que o advogado de Prado, Heleno Claudio Frago, iria apelar ao Superior Tribunal Militar (STM) e que isso significava uma possibilidade de a sentença ser revogada (STEINER; TRUBEK, 1970).

Arthur Miller, renomado dramaturgo norte-americano, escreveu uma reportagem, intitulada *Homens e Palavras na Prisão*, publicada pelo *The New York Times* em 16 de outubro de 1971, na qual chama atenção para o número de intelectuais presos devido aos seus escritos. Miller afirma que “minha grande surpresa quando me tornei presidente da PEN Internacional³⁸ foi saber a quantidade de escritores presos no ‘mundo livre’” (MILLER, 1971. Traduzimos). Segundo o dramaturgo, em algumas ocasiões a quantidade de escritores encarcerados nos países do bloco capitalista era praticamente a mesma dos países socialistas. Miller (1971) enfatiza a falta de liberdade em relação ao ato de escrever, questão extremamente prejudicial para a atividade intelectual, e afirma que a maioria das prisões de escritores era efetuada sem acusações formais e sem a indicação da data de julgamento.

O dramaturgo ressalta que as campanhas empreendidas pela PEN Internacional, em conjunto com a Anistia Internacional e com a Liga dos Autores, haviam contribuído para a libertação de escritores que poderiam ter tido suas vidas destruídas. Como exemplo de países que mantinham intelectuais presos, Arthur Miller menciona o México, a Turquia, a Espanha, a Tchecoslováquia, o Brasil e a União Soviética. Nem mesmo os Estados Unidos ficavam fora da lista. Miller cita o

³⁸ A PEN Internacional é uma organização, fundada em 1921 em Londres, que tem como missão lutar contra a censura e atuar na defesa dos escritores. Na concepção da entidade, a liberdade de expressão é um dos componentes mais importantes para qualquer sociedade que pretenda se desenvolver de maneira salutar. Em 1922 foi inaugurada uma filial nos Estados Unidos, a *PEN American Center*. Esta se localiza na cidade de Nova Iorque, é a maior de todas as unidades do grupo, que estão espalhadas por cento e um países. Nos Estados Unidos a instituição é composta por 3.400 membros, que são escritores, tradutores e editores (ABOUT..., [s. d.]).

encarceramento de um vendedor de livros norte-americano, chamado Martin Sostre, por manter em seu estoque livros considerados impróprios. Segundo Miller, o livreiro estava confinado em uma cela solitária, onde até mesmo papel e caneta eram racionados. Em relação ao Brasil, o dramaturgo faz referência às prisões de Augusto Boal e Caio Prado Júnior:

Augusto Boal, dramaturgo e diretor brasileiro, está livre na Argentina devido a protestos contra sua prisão. Mas outros continuam nas prisões brasileiras, entre eles está Caio Prado, historiador e economista, cujos livros são uma leitura exigida nas universidades brasileiras. Março último, ele foi condenado a uma pena de quatro anos e meio por incitar à subversão, uma acusação baseada em uma entrevista concedida aos estudantes de filosofia da Universidade de São Paulo. No caso dele os protestos ficaram sem resposta (MILLER, 1971. Traduzimos).

Conforme Green (2009), o dramaturgo brasileiro Augusto Boal ficou conhecido mundialmente devido ao seu trabalho realizado no teatro experimental. Engenheiro químico por formação, em 1953 foi para Nova Iorque para fazer estudos na área de Química Industrial, na Universidade de Columbia. Nessa época, já havia descoberto sua paixão pelo teatro e aproveitou a oportunidade para estudar artes cênicas na mesma universidade. Permaneceu por dois anos em Nova Iorque, o que lhe possibilitou entrar em contato com o teatro internacional. Em 1969 foi convidado para apresentar uma peça em coautoria, *Arena conta Zumbi*, nos Estados Unidos. A peça foi encenada em Washington e Nova Iorque, e as apresentações foram elogiadas pelo público e pela imprensa norte-americana.

Boal foi preso em fevereiro de 1971, sob a acusação de difamar o Brasil no exterior, ser informante de grupos subversivos, atuar como intermediário no fornecimento de armas para grupos de guerrilha e ser membro da Ação Libertadora Nacional (ALN). Foi submetido a torturas durante os interrogatórios e ficou detido em uma cela solitária durante dez dias. Em seguida, foi transferido para uma prisão estadual, onde os presos políticos esperavam por julgamento. Boal foi libertado em 26 de abril de 1971. De acordo com Green (2009), sua libertação estava diretamente relacionada com a campanha empreendida na imprensa internacional, principalmente por artistas e intelectuais norte-americanos.

Conforme demonstram as reportagens do *The New York Times*, Caio Prado Júnior também teve sua prisão divulgada na imprensa internacional. Contudo, sua

libertação não foi tão rápida. Green (2009) esclarece que inicialmente o intelectual foi condenado a uma pena de quatro anos e meio de prisão. Em setembro de 1970, a pena foi reduzida para um ano e meio pelo Superior Tribunal Militar. Um ano mais tarde, a condenação foi invalidada pelo Supremo Tribunal Federal. Prado foi libertado após permanecer um ano e meio na prisão. Sua libertação é creditada a uma combinação de fatores: “a reputação de Caio Prado Júnior como intelectual eminente, a pressão internacional e a argumentação do advogado Heleno Cláudio Fragoso de que as declarações dele em uma publicação estudantil dificilmente poderiam constituir incitação à subversão parecem ter convencido o tribunal civil” (GREEN, 2009, p. 197).

As campanhas nos EUA contra o caráter repressivo do regime militar brasileiro tiveram início com protestos contra o tratamento impróprio e antidemocrático destinado a artistas e professores universitários. Green (2009) afirma que desde o final da década de 1960 essa oposição nos Estados Unidos foi crescendo de forma lenta e um tanto descoordenada. Dessa forma, outro fator que chamava a atenção de alguns cidadãos norte-americanos era a tortura infligida a presos políticos brasileiros de forma geral.

Desde meados de 1969 os opositores brasileiros haviam conseguido levar clandestinamente para fora do Brasil cada vez mais relatos de que os encarcerados pelo regime militar vinham sofrendo tortura sistemática como parte dos interrogatórios. No final de 1969, ativistas nos Estados Unidos se organizaram para informar o público norte-americano sobre essa bárbara violência física que se tornara tão generalizada nos distritos policiais, cadeias clandestinas e prisões oficiais no Brasil (GREEN, 2009, p. 197).

A carta escrita por Richard Shaull, professor do Seminário Teológico de Princeton, destinada ao Editorial do *The New York Times* e publicada em 16 de setembro de 1969, é um exemplo de manifestação que tece críticas à ditadura militar brasileira, não mencionando apenas a repressão em relação a intelectuais e artistas, mas enfatizando o tratamento inadequado destinado aos dissidentes do regime, de forma geral. Shaull (1969) inicia sua carta chamando a atenção para o fato de que, por mais que os norte-americanos lamentassem, o sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick não podia ser interpretado apenas como um crime comum, cometido contra um alto funcionário dos Estados Unidos.

Na concepção do professor de Princeton, o sequestro foi um *ato político simbólico* e por isso merecia atenção maior, uma vez que havia sido realizado com o propósito de libertar presos políticos. O professor afirma que o rapto do embaixador estava recebendo grande espaço na mídia norte-americana (SHAULL, 1969). Contudo, falava-se pouco sobre a tortura e a repressão praticada pelos militares brasileiros. Logo no início da carta, destaca a diferença de tratamento que Elbrick recebeu enquanto esteve no cativeiro e o tratamento destinado aos presos políticos nos porões da ditadura. Como exemplo do tratamento desumano praticado pelos militares, Shaull menciona o caso de Gregório Bezerra, um dos quinze prisioneiros políticos trocados pelo embaixador norte-americano, perseguido por pertencer ao Partido Comunista, que, no momento em que foi detido, foi obrigado a despir-se de suas roupas e caminhar pelas ruas de Recife com uma corda em volta do pescoço (SHAULL, 1969).

O intelectual norte-americano aponta o livro de Márcio Moreira Alves, *Tortura e Torturados*, como exemplo de obra que documenta e comprova a ocorrência de “atos de humilhação de tortura por todo o país” (SHAULL, 1969. Traduzimos). Ademais, afirma que os sequestradores de Elbrick não podiam ser considerados terroristas, mas guerrilheiros. Em seu ponto de vista, os terroristas “colocam em perigo a vida da população em geral e criam uma atmosfera de terror”. Já os membros de guerrilha atacam alvos específicos e lutam contra instituições opressoras. Por fim, o lente ressalta que o governo norte-americano havia apoiado a ascensão de regimes autoritários na América Latina e que isso fazia que grande parte da população dessa região vissem os EUA como “uma das maiores forças que mantinham um *status quo* intolerável” (SHAULL, 1969. Traduzimos).

Entre Amigos: A Divulgação da Repressão no Exterior

Um dado novo apresentado por Green (2009) são os detalhes acerca de como funcionavam algumas redes que se dedicavam ao envio dos relatos sobre a tortura para exterior. O historiador norte-americano identificou dois grupos que realizavam esse trabalho. Um era composto por protestantes e o outro, por funcionários do Ministério das Relações Exteriores e intelectuais. O primeiro se reuniu em Nova Iorque, em dezembro de 1969, e um de seus membros era Jether Pereira Ramalho, líder leigo da Igreja Congregacionista Brasileira, que estava viajando de férias para os EUA, acompanhado de sua esposa. O casal foi recebido por Jovelino Ramos, pastor

presbiteriano que, em 1968, foi obrigado a deixar o Brasil³⁹. Rubem César Fernandes⁴⁰ e Domício Pereira também eram integrantes desse grupo. Rubem César encontrava-se exilado e estava terminando um curso de doutorado em História do Pensamento Ocidental, na Universidade de Columbia. Domício Pereira era ministro presbiteriano no Rio de Janeiro e estava em Nova Iorque para participar de um curso no Seminário Teológico Union.

Jether e Domício levaram para os EUA, escondidos na bagagem e junto ao corpo, documentos que denunciavam o tratamento desumano infligido aos presos políticos no Brasil. Nos Estados Unidos, o grupo entregou esses papéis a Willian Wipfler, diretor assistente do Departamento Latino-Americano do National Council of Churches⁴¹. Wipfler disponibilizou uma sala no NCC para os brasileiros trabalharem na divulgação da repressão e os apresentou a Ralph Della Cava, um ativista ítalo-americano que apoiou o grupo de forma significativa.

³⁹ Jovelino Ramos vive, atualmente, na cidade de Cranston, terceiro maior centro urbano do estado norte-americano de Rhode Island. Na década de 1960, era um pastor atuante no meio ecumênico, responsável pelo estabelecimento de conexões entre a Igreja protestante progressista e a Ação Popular. Além disso, sua congregação era bastante procurada por jovens esquerdistas. Essas atividades não eram vistas com bons olhos pelos militares, que passaram persegui-lo. Jovelino, aconselhado por amigos, decidiu mudar-se para os Estados Unidos, onde havia feito um mestrado na Escola de Religião da Universidade de Yale, de 1958 a 1962.

⁴⁰ Rubem César Fernandes desempenhou nos EUA um papel importante nas atividades que denunciavam a repressão do governo militar. Segundo informações proferidas por Pedro Celso Uchôa Cavalcanti ao historiador norte-americano, foi Rubem Cesar quem teve a ideia de documentar as experiências de exílio vividas por brasileiros e quem conseguiu financiamento da Fundação Ford para o trabalho. Essa proposta se configurou no projeto *Memórias do Exílio* (GREEN, 2009). Rubem Cesar Fernandes voltou do exílio em 1976 e em 1993 fundou a ONG Viva Rio, uma instituição sem fins lucrativos e apartidária que desenvolve projetos nas áreas de direitos humanos, segurança pública, desenvolvimento comunitário, educação e meio ambiente. Segundo Rubem Cesar, essa instituição oferece um diferencial ao conciliar ativismo com pesquisa acadêmica, o que possibilita à Viva Rio atuar na formulação de políticas públicas. Além de atuar no Brasil, a ONG presta consultoria em países da América Latina e da África Portuguesa. Um caso emblemático é a atuação da Viva Rio no Haiti, onde está presente desde 2004, prestando consultoria ao programa de *Desarmamento, Desmobilização e Reintegração* (DDR) nas Nações Unidas. Essa proposta de trabalho foi realizada devido ao trabalho de desarmamento e incentivo à não violência promovido pela ONG nas favelas cariocas. Após o terremoto no Haiti, em janeiro de 2010, os esforços da ONG no país foram intensificados. Sua sede em Porto Príncipe foi transformada em um complexo de atendimento às vítimas, em que 8 mil pessoas receberam socorro. Além disso, outras 100 mil pessoas foram atendidas em 70 acampamentos e abrigos (BITTENCOURT, 2010).

⁴¹ O *National Council of Churches* é uma instituição de cunho ecumênico, fundada em 1950 nos EUA. Trabalha pela paz e justiça, com questões que vão desde pobreza, racismo até meio ambiente. Atualmente, é formado por igrejas protestantes e ortodoxas, e desenvolve atividades com a Igreja católica. O NCC possui mais de 100 mil congregações espalhadas pelos Estados Unidos, que reúnem mais de 45 milhões de pessoas. Entre as atividades promovidas por essa instituição, ressalta-se o suporte oferecido a refugiados. O NCC desenvolve trabalho humanitário em mais de oitenta países e já acolheu cerca de 400 mil refugiados nos EUA (NCC..., [s. d.]).

Segundo Gaspari (2002), nessa ocasião os exilados brasileiros entregaram a Della Cava onze documentos que continham relatos das torturas praticadas pelos militares e a descrição dos assassinatos de Chael Charles Schreier, um estudante de medicina de 23 anos, que pertencia ao grupo guerrilheiro VAR-Palmares e do padre Antônio Henrique de Souza, de 28 anos, assistente da Arquidiocese para Assuntos da Juventude em Recife e assessor de Dom Helder Câmara. Della Cava, foi um dos intelectuais norte-americanos mais atuantes nas denúncias contra o regime militar brasileiro nos Estados Unidos.

William Wipfler também desempenhou um papel importante nesse processo. De acordo com Green (2009), o padre episcopal atuava para estabelecer conexões entre exilados brasileiros e ativistas norte-americanos. Também se posicionava contra a repressão exercida pelos militares brasileiros, apoiando grupos que criticavam a ditadura, publicando artigos ou coletando assinaturas para abaixo-assinados que protestavam contra a repressão no Brasil. De acordo com Green (2009), Wipfler mantinha contato com eminentes líderes religiosos, e Della Cava buscava apoio entre os especialistas em América Latina.

Além do grupo ligado às igrejas protestantes, havia o grupo de funcionários do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e intelectuais que também enviava notícias sobre a repressão no Brasil para o exterior. Sobre a atuação desses grupos, Green (2009, p. 217) afirma: “sem o conhecimento dos progressistas protestantes que visitaram o National Council of Churches no final de 1969, outros grupos no Brasil articulavam métodos discretos de disseminar informações sobre tortura em âmbito internacional”. Como exemplo de funcionários do MRE, que se dedicavam a tal atividade, destacam-se Maria Teresa Porciúncula Moraes e Miguel Darcy de Oliveira.

Maria Teresa Porciúncula formou-se em Direito, em 1966. Nesse mesmo ano, foi aprovada no concurso para o Ministério das Relações Exteriores. Logo percebeu que se identificava com o meio jornalístico e passou a conciliar o trabalho no MRE com atividades em jornais e revistas. Começou escrevendo para um jornal chamado *O Sol*, uma publicação alternativa, que teve uma existência efêmera e que deixou de ser publicado em 1968. Posteriormente, foi trabalhar na revista *Visão* e em seguida no jornal *Correio da Manhã* (GREEN, 2009).

Devido a sua atividade jornalística, Maria Teresa teve a oportunidade de conhecer de perto o quanto a censura afetava os meios de comunicação no Brasil. Como jornalista e ex-militante do movimento estudantil, tomava conhecimento de diversos

relatos de tortura. Como não era possível publicá-los na imprensa nacional, ela e um grupo de amigos que sempre se reuniam para conversar sobre política, resolveram encaminhar essas informações para jornais nos Estados Unidos, na Europa, e para instituições que atuavam na defesa dos direitos humanos, como a Anistia Internacional. Sobre a composição e atuação desse grupo, Green (2009, p. 217) informa:

Entre os que integravam o grupo estavam Mario Pedrosa, eminente crítico de arte e ex-líder trotskista, a sobrinha Maria Regina Pedrosa e seu marido, Carlos Eduardo de Senna Figueiredo. “Nós reuníamos e checávamos as informações e preparávamos relatórios. Dois membros do grupo, Angela Xavier de Brito e Jader Cunha Neves, eram sociólogos ligados a uma organização clandestina. Também faziam parte Rosiska Darcy de Oliveira, amiga minha de infância, e seu marido, Miguel Darcy de Oliveira, diplomata. Outro integrante era Sergio Rocha, namorado de Tetê [Maria Teresa] na época e jornalista fotográfico. Ela relembra a maneira como o grupo operava: “A gente mandava informações pelo correio, pelo telex das agências de notícias estrangeiras, por correspondentes estrangeiros. Pessoas que viajavam para fora do país levavam relatórios endereçados ao *Washington Post* e ao *New York Times*.”

Em 1969, Carlos Eduardo de Senna Figueiredo foi estudar na London School of Economics. Nesse mesmo ano, Miguel Darcy de Oliveira foi designado para desempenhar funções diplomáticas em Genebra, para onde partiu acompanhado de sua esposa. Assim, os relatos sobre a tortura começaram a ser enviados para os membros do grupo que passaram a viver no exterior. Ao recebê-los, traduziam-nos e os enviavam a jornalistas, entidades de defesa dos direitos humanos e políticos sensíveis à causa. Maria Teresa menciona que Edward Kennedy foi um dos políticos com quem o grupo entrou em contato. A jornalista afirma que em uma das vezes enviou relatórios sobre a repressão para o escritório do senador por meio do correio, simplesmente sem escrever quem era o remetente. Edward Kennedy foi um dos políticos norte-americanos que se posicionaram contra a política externa de apoio à ascensão de regimes autoritários não só no Brasil, mas em toda a América Latina empreendida por seu país.

As atividades do grupo de Maria Teresa foram descobertas com a prisão de Angela Xavier de Brito e Jader Cunha Neves, em janeiro de 1970. Os policiais tiveram acesso a um dos relatórios sobre tortura produzidos pelo grupo. Em seguida, Sergio e

Maria Teresa foram presos. A jornalista foi levada para o DOI-CODI⁴², sofreu espancamento e passou por sessões de choques elétricos. Enquanto isso, Miguel Darcy de Oliveira recebeu um chamado do Itamaraty para que retornasse ao Brasil. O diplomata foi preso no aeroporto e destituído do cargo. Após o desmantelamento do grupo, o exílio foi o caminho procurado pela maioria de seus membros. Sobre essa questão Green (2009, p. 219) pontua:

O Serviço Nacional de Informação (SNI), agência federal de inteligência organizada pelo regime militar, interveio diretamente no caso e duas investigações foram iniciadas. Uma dizia respeito à violação da Lei de Segurança Nacional e era conduzida pela Marinha. A outra era um inquérito interno do Ministério das Relações Exteriores que alegava o uso da mala diplomática por Tetê e Miguel para mandar ao exterior os relatos sobre o Brasil. Angela e Jader permaneceram presos porque havia outras acusações contra eles, mas Sergio, Tetê e Miguel foram libertados depois de três meses de cárcere, em grande parte devido à considerável pressão. Miguel exilou-se imediatamente fora do país. As autoridades expediram nova ordem de prisão contra membros do grupo e Mario Pedrosa procurou abrigo na embaixada do Chile, solicitando asilo diplomático. Tetê e Miguel conseguiram documentos falsos e escaparam do país para o Chile, onde colaboraram com o governo da Unidade Popular de Salvador Allende.

A prisão do grupo formado por funcionários do MRE e por intelectuais foi noticiada pelo *Jornal do Brasil*, em 5 de março de 1970. Sob o título “Exército Prende Grupo que Enviava Artigos ao Exterior sobre Torturas no Brasil”, a reportagem reproduz uma nota que o exército enviou para a imprensa, descrevendo as atividades do grupo. De acordo com esse informe, o “aparelho” fora encontrado e nele estavam Artur Jader Cunha Neves, Angela Cunha Neves, Maria Dalva Leite de Castro, Adriana e Francisca Abigail Barreto Paranhos (EXÉRCITO..., 1970). De acordo com a nota, Angela e Jader eram casados, militavam na Ação Popular e mantinham ligações com o

⁴² Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna. De acordo com Gaspari (2002), o DOI foi uma instituição criada pelos militares, com o intuito de realizar trabalhos de investigação, carceragem e serviços jurídicos. Foi criado em 1970, em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Brasília. Em 1971 passou a existir em Belo Horizonte, Belém e Fortaleza. Funcionava como centro de tortura, que dispunha de grande autonomia em suas atividades, ou seja, não dependia de outras instituições públicas para ratificar suas decisões. Sobre os DOIs, Gaspari (2002, p. 175) destaca: “Seria muita ingenuidade acreditar que os generais Emilio Medici e Orlando Geisel criaram os DOIs [...] sem terem percebido que a sigla se confundia com a terceira pessoa do singular do presente do indicativo de verbo *doer*. Por mais de dez anos essas letras foram símbolo da truculência, criminalidade e anarquia”.

Partido Comunista Brasileiro (PCB) e com o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). As outras três mulheres foram identificadas como membros do PCBR. Maria Teresa era mencionada como responsável por enviar os relatórios sobre a tortura a Miguel Darcy de Oliveira, em Genebra, que por sua vez os distribuía à imprensa europeia e norte-americana (EXÉRCITO..., 1970).

Green (2009) destaca também as ações de Márcio Moreira Alves e do grupo denominado Frente Brasileira de Informação (FBI), na divulgação no exterior das arbitrariedades cometidas pelos militares brasileiros. Alves nasceu no Rio de Janeiro, em uma família que pertencia à elite (ALVES, 1978). Formou-se em Direito, mas destacou-se como jornalista e depois como deputado federal. Foi um dos primeiros jornalistas a denunciar a tortura. Em sua concepção, tortura no regime militar era algo rotineiro e institucionalizado (ALVES, 1978). Reuniu depoimentos de pessoas que haviam sido seviciadas, na obra *Tortura e Torturados* (ALVES, 1967). Seu discurso pronunciado em 3 de setembro de 1968 foi considerado o estopim para a promulgação do AI 5⁴³.

A instauração do Ato Institucional n. 5 foi divulgada no *The New York Times*, em 22 de dezembro de 1968 numa reportagem de Paul Montgomery intitulada “Generais Brasileiros Colocam um Fim às Críticas” (MONTGOMERY, 1968. Traduzimos). Nela, o jornalista afirma que a sociedade brasileira estava vivendo sob forte repressão, o Congresso Nacional havia sido colocado em recesso, os meios de comunicação estavam sob forte censura e o *habeas corpus* fora suspenso. Além disso, prisões poderiam ser efetuadas em nome da segurança nacional. Governadores e prefeitos corriam o risco de perderem seus cargos e serem substituídos por pessoas nomeadas pelo regime. A reportagem anuncia que artistas, políticos e jornalistas tinham sido presos por terem se pronunciado contra tais medidas.

Montgomery (1968) ressalta que Castelo Branco havia assumido a presidência prometendo que devolveria, gradualmente, o governo do país aos civis. Ademais, relata

⁴³ Em entrevista concedida à *Folha de São Paulo*, em 12 de setembro de 1993, 25 anos após a instituição do AI 5, o jornalista e político relembrou a importância e os efeitos do seu discurso: **Folha – O que você acha desse discurso?** Moreira Alves – Foi provavelmente o discurso menos importante que fiz na vida e com o qual aprendi que não se deve brincar em matéria de política. Eu propunha nesse discurso o seguinte: passava em São Paulo uma peça chamada “Lisístrata”, relatando a história das mulheres de Atenas, que fecham as portas aos maridos que voltam de uma batalha. Propus uma “operação Lisístrata”, sugerindo às mulheres dos oficiais que também se fechassem para eles. Era um discurso sem nenhuma base, mas ele tinha duas vantagens para os conspiradores. Primeira: foi pronunciado na tribuna da Câmara. Segunda: tinha uma conotação sexual que tornava fácil para os tenentes entenderem e apoiarem as atitudes de seus chefes (‘FOI..., 1993, p. 15).

que o primeiro presidente militar preocupou-se em dotar seu governo de um aparente caráter democrático. Já Costa e Silva havia prometido humanizar a revolução. Contudo, a promulgação do AI 5 representou uma resposta às críticas que o regime estava recebendo e mostrou a face mais dura da ditadura. Como exemplo dessas críticas, o jornalista enfatiza os protestos dos estudantes brasileiros contra a política educacional do regime. Além disso, destaca que a instauração do novo ato institucional fora apoiada por um grupo de militares linha dura, adeptos de um nacionalismo exacerbado (MONTGOMERY, 1968).

O discurso de Márcio Moreira Alves é citado por Montgomery como o pretexto de que os militares se valeram para a instauração do AI 5. Na concepção dos militares, que apoiavam essa medida arbitrária, a atitude do deputado representava uma ofensa à segurança nacional. Assim, instaurou-se a polêmica se Alves deveria perder sua imunidade parlamentar. O jornalista do *Times* informa que, em 12 de dezembro, o governo havia perdido, no Congresso, a votação que decidiria a situação de Márcio Moreira Alves. O governo não só perdeu, como membros do seu partido votaram contra a medida que isentaria Alves desse privilégio político. No dia seguinte, o quinto ato institucional foi instaurado.

Após ter sua imunidade parlamentar suspensa, Márcio Moreira Alves entrou para a clandestinidade e partiu para o exílio. Chegou ao Chile em 31 de dezembro de 1968, onde pretendia permanecer entre quinze e trinta dias. Contudo, resolveu ficar por mais tempo, para conhecer melhor a América Latina. Em julho de 1969, após ter participado de um congresso na Finlândia, aproveitou a viagem de retorno e visitou a Venezuela, a Colômbia, o Equador e o Peru. Em outras oportunidades, esteve no México, na Argentina e na Bolívia. Após ter permanecido por um ano e meio em diversos países da América Latina, o jornalista e político partiu para a França, acompanhado de sua família. Isso ocorreu mais especificamente em junho de 1970. Durante o período em que viveu em Paris, Moreira Alves fez doutorado na Sorbonne e visitou Cuba duas vezes. Por fim, mudou-se para Lisboa (ALVES, 1978).

Segundo Elio Gaspari (2002), a Frente Brasileira de Informações (FBI) foi criada em 1969, com a colaboração de Miguel Arraes, exilado na Argélia, e de sua irmã Violeta, que nessa época residia em Paris. Gaspari afirma que surgiram núcleos da Frente Brasileira de Informações em diversos países, como o Chile, a Holanda, o Canadá, a Suíça e a Itália. Numa entrevista concedida a Green em, 30 de outubro de 2002, Alves falou sobre as dificuldades enfrentadas para realizar denúncias no exterior.

Segundo ele, a Frente apresentava uma estrutura muito rudimentar; os textos eram reproduzidos em mimeógrafo, os relatos chegavam até Santiago através de correio ou eram levados por padres (GREEN, 2009). Alves destaca a atuação de sua mãe, Branca Moreira Alves⁴⁴, que entregava aos padres os relatos sobre tortura que deveriam ser levados ao Chile. Foi durante o período em que viveu como exilado no Chile que o jornalista e político decidiu ir até aos Estados Unidos para divulgar o caráter repressivo da ditadura militar brasileira, junto ao meio acadêmico e político norte-americano.

Márcio viajou aos Estados Unidos em junho de 1969, para grande perplexidade do pessoal do consulado brasileiro em Nova York e Washington, sem entender como ele havia conseguido um visto norte-americano em um passaporte diplomático que havia sido cancelado pelo governo brasileiro. A convite do professor Brady Tyson, da American University, esteve na capital do país, onde se reuniu com o líder da maioria no Senado, Mike Mansfield, e com o senador Edward Kennedy, para falar da situação política no Brasil e obter o apoio de ambos para uma campanha que visava isolar internacionalmente o regime militar (GREEN, 2009, p. 212).

Brady Tyson era um pastor metodista do Texas, que foi obrigado a deixar o Brasil em março de 1966, a pedido do regime militar, que via em suas atividades religiosas e acadêmicas uma ameaça à segurança nacional⁴⁵. Segundo Green (2009), Tyson graduou-se em Teologia e trabalhou em diversas igrejas no Texas. Após terminar um curso de doutorado na Escola de Serviço Internacional da American University, foi designado pela igreja metodista para desempenhar atividades missionárias no Brasil. Tyson pertencia à ala progressista do protestantismo; era um militante de esquerda que apoiava ações pacíficas e participava do movimento pelos direitos civis nos EUA. Em terras brasileiras, desempenhou as funções de pastor em congregações e participou de

⁴⁴ Green (2009) informa que Branca Moreira Alves era uma líder leiga da Igreja católica, membro do Conselho Mundial de Leigos do Vaticano. Sobre a atuação de sua mãe, Alves (1978, p. 226) relata: “Mamãe nasceu em Paris, onde o pai era adido naval, e foi criada por duas tias ricas e solteironas, porque minha avó morreu no parto. [...] Educada pelas freiras de Notre Dame de Sion, foi católica praticante a vida inteira mas, a partir do pontificado de João XXIII, tornou-se uma militante engajada a tempo integral. Ascendeu rapidamente na hierarquia da Ação Católica, foi a primeira mulher casada a integrar um conselho da Cúria Romana e acompanhou bem a abertura à esquerda de parte do catolicismo brasileiro”.

⁴⁵ Segundo Green (2009), a única informação existente sobre Tyson no arquivo da polícia política – Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) –relaciona-se a uma palestra proferida pelo missionário, em agosto de 1965, na Escola de Filosofia, Ciências Sociais e Literatura de São José do Rio Preto. O tema era a política externa dos EUA em relação a América Latina, com enfoque na invasão da República Dominicana e nas relações entre Estados Unidos e Cuba. Nessa palestra, Tyson se identificou como esquerdista, mas não adotou postura nem argumentos radicais.

um movimento ecumênico que pretendia estabelecer conexões entre organizações católicas e protestantes. Ministrou aulas na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. De acordo com Green (2009, p. 107), a residência de Tyson, no Brasil “se tornou ponto de encontro de jovens acadêmicos norte-americanos que vinham estudar no Brasil, assim como para jovens ativistas e religiosos progressistas”.

Em 29 de dezembro de 1965, Tyson foi convocado pelo Ministério da Justiça, sob a determinação de deixar o Brasil imediatamente. Obteve autorização, permitindo que ele permanecesse mais três meses em território nacional, para resolver questões pessoais. Assim, em março de 1966, o pastor metodista partiu para os Estados Unidos, acompanhado de sua esposa e seus cinco filhos. Chegando aos EUA, foi lecionar ciência política no Colégio Southampton, da Universidade de Long Island. A partir de 1967 passou a exercer a docência na American University, em Washington. É importante destacar que após ter sido expulso do Brasil, o missionário norte-americano participou do movimento que denunciava a repressão do regime militar brasileiro na imprensa dos EUA⁴⁶. Foi nesse período que Tyson recebeu Márcio Moreira Alves na capital norte-americana.

Em uma entrevista em 26 de novembro de 1999, Della Cava informou a Green (2009) que Alves foi levado para os Estados Unidos numa situação financeira um tanto quanto precária: “nós literalmente o trouxemos [do exílio no Chile] com o dinheiro de uma passagem que tínhamos comprado com um cartão de crédito ou coisa assim. Eu ajudei a organizar as palestras em todas as universidades onde ele se apresentou” (Della Cava apud GREEN, 2009, p. 251-252). Chegando ao território norte-americano, Alves, além de procurar estabelecer contato com o meio político, também procurou o círculo acadêmico. Assim, Ralph Della Cava, Brady Tyson e outros participantes do American Committee for Information on Brazil aproveitaram a conferência da Latin American Studies Association (LASA),⁴⁷ em 1970, para fazer uma ampla divulgação sobre os

⁴⁶ Green destaca a importância de Tyson ao conseguir o apoio de eminentes líderes do movimento pelos direitos civis, como Ralph Abernathy e Andrew Young, para a causa brasileira. Abernathy e Young eram herdeiros do legado de Martin Luther King e concederam suas assinaturas a abaixo-assinados que protestavam contra a repressão no Brasil. Além disso, Tyson colocou Abernathy em contato com dom Helder Câmara no final de 1969.

⁴⁷ A LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos) se configura como uma organização criada em 1966, com o intuito de ser um local no qual os latino-americanistas pudessem se reunir para debater e trocar experiências. Apesar de receber verbas do governo norte-americano e de instituições privadas, a LASA faz questão de se manter uma instituição independente e neutra, em que os interesses da política externa dos Estados Unidos não podem indicar quais pesquisas devem ter prioridade. Green (2009, p. 29) afirma que a ideia de escrever esse livro surgiu durante um encontro da LASA: “*Apesar de Vocês* surgiu de uma conversa numa conferência da [...] LASA, em 1998. Entre uma sessão e outra, um

crimes contra os direitos humanos que estavam sendo cometidos pelos militares no Brasil.

Márcio Moreira Alves proferiu palestra nesse encontro da LASA, em um auditório da Universidade de Columbia. Nessa ocasião, os ativistas norte-americanos distribuíram centenas de pacotes que continham o dossiê *Brazil: A report on Torture* e reportagens sobre a repressão no Brasil, publicadas pelas revistas católicas *Commonweal*, *Christianity and Crisis*, e *Chirstian Century*. De acordo com Green (2009), os dotes oratórios de Alves, aliados ao inglês impecável do exilado brasileiro, contribuíram para o sucesso de suas conferências. Alves se apresentou nas principais universidades da costa leste dos Estados Unidos⁴⁸, inclusive na Universidade Johns Hopkins, nessa época presidida por Linlcon Gordon. Gordon foi convidado para debater com Alves; contudo, o ex-embaixador não compareceu ao evento, e o jornalista brasileiro se apresentou sozinho. Sobre a importância do trabalho de divulgação empreendido por Alves nos EUA, Green (2009, p. 260) enfatiza:

Embora Crahan, Della Cava e outros organizadores da viagem na primavera de 1970 estejam de acordo em que a iniciativa fora bem sucedida para apresentar a situação no Brasil aos estudantes em todo o país, é difícil medir os resultados concretos desse esforço. Aparentemente, a iniciativa ajudou a consolidar uma rede nacional de estudantes, professores, religiosos, e ativistas interessados na solidariedade com as lutas progressistas na América Latina. Ainda era um começo modesto, embora possa ter lançado as bases para as novas atividades relativas ao Brasil e campanhas posteriores à tomada do poder pelos militares no Chile, em 11 de setembro de 1973.

Segundo Green (2009), a campanha nos Estados Unidos contra a repressão no Brasil foi um evento pioneiro, que serviu de base para os demais movimentos de protesto que surgiram em decorrência de golpes militares em outros países da América Latina, como Uruguai, Argentina e Chile. Na concepção desse autor, as campanhas em favor dos artistas, intelectuais e presos políticos brasileiros “também lançaram parte do

jovem historiador brasileiro de esquerda falou de sua frustração com o conhecimento bastante superficial dos brasilianistas [...] sobre a história e a cultura de seu país. Além disso, acrescentou ele, pouco tinham feito para opor-se à ditadura militar. Eu sabia que isso não era verdade e durante uma hora conversamos sobre algumas das muitas atividades que este livro documenta”.

⁴⁸ Além do suporte de Brady Tyson e Ralph Della Cava, Márcio Moreira Alves contou com o apoio de Meg Crahan, uma estudante de pós-graduação da Universidade de Columbia, que terminou sua tese de doutorado sobre o Peru em 1967. Crahan acompanhou Alves durante seus dois meses de viagens pelos *campi* norte-americanos.

fundamento da política de direitos humanos do presidente Carter no final dos anos 1970. As modestas medidas iniciais acabaram por produzir resultados colossais” (GREEN, 2009, p. 281).

O Governo Carter e os Direitos Humanos

Arthur M. Schlesinger Jr. (1992) ressalta que a questão dos direitos humanos não deve ser uma preocupação restrita ao governo. Pelo contrário, toda a sociedade deve exigir que os direitos humanos sejam efetivamente cumpridos. Nesse passo, Schlesinger destaca a importância de organizações não governamentais que atuam nessa área, como a Anistia Internacional, a Liga Internacional dos Direitos Humanos, a Comissão Internacional dos Juristas, a Helsinki Watch e a American Watch. Ademais, o historiador destaca o importante papel que outras instituições, como Igrejas, universidades, sindicatos, grupos empresariais e associações profissionais podem desempenhar nessa luta.

Na concepção desse professor de Harvard, essas instituições, ao contrário do governo, não sofrem restrições em relação aos seus posicionamentos e, portanto, podem agir e falar de forma mais aberta. Na obra *Os Ciclos da História Americana*, o autor reconhece que essas campanhas internacionais foram importantes, pois, devido a elas, presos políticos receberam melhor tratamento nas prisões e foram até mesmo libertados (SCHLESINGER, 1990). O autor não faz referência à campanha empreendida por religiosos e intelectuais norte-americanos contra as arbitrariedades cometidas pelo regime militar no Brasil ou em outro país da América Latina. Suas observações são restritas aos movimentos que ocorreram em defesa de cientistas da União Soviética, que foram presos, internados em hospícios ou enviados para campos de trabalho forçado e mais tarde reconheceram a relevância das campanhas internacionais a seu favor. Green (2009, p. 32) afirma que são poucos os pesquisadores que fazem referência à importância do movimento empreendido por ativistas norte-americanos e exilados brasileiros na luta contra a ditadura militar no Brasil:

A maioria dos estudiosos norte-americanos que escreveram sobre a importância das posições do governo Carter sobre direitos humanos no final da década de 1970 menciona brevemente os esforços pioneiros dos ativistas contra a tortura no Brasil no início da década, mas dá ênfase à atividade de organização dos relatos sobre tortura e repressão no Chile após a

tomada do poder pelos militares em 1973. Assim, o cientista político Lars Schoultz acertadamente argumenta que “a situação dos direitos humanos nesses países [da América Latina], particularmente no Brasil e mais tarde no Chile, foi a primeira a atrair a atenção dos ativistas de direitos humanos nos Estados Unidos”. O especialista em direitos humanos David P. Forsythe concorda, acentuando que “indivíduos ligados ao National Council of Churches [Conselho Nacional de Igrejas] afirmavam que sua preocupação com a tortura no Brasil e o financiamento norte-americano para treinamento policial foi o que realmente provocou, com o apoio dos senadores Church, Abourezk e outros, a renovação do interesse pelos direitos humanos nos Estados Unidos entre 1969 e 1971.

Segundo Schlesinger (1992), os direitos humanos podem ser definidos, de forma geral, como uma concepção de que todos os seres humanos possuem direito à vida, à liberdade e à busca de felicidade. De acordo com o intelectual, a preocupação com os direitos humanos existe nos EUA desde o século XVIII, e a Declaração de Independência Americana é considerada um dos documentos básicos para a formulação dos preceitos dos direitos humanos. Na concepção de Schlesinger (1992, p. 100), “os americanos concordam desde 1776 que os Estados Unidos têm de servir como fanal dos direitos humanos para um mundo impenitente”. Contudo, essa ideia acabou conduzindo-os a um dilema: essa defesa dos direitos humanos deveria ser feita por meio do exemplo – combatendo a corrupção e a violência no território norte-americano – ou através de intervenções diretas?

No princípio, a primeira era predominante; entretanto, no século XX, com a Guerra Fria, a ideia de promoção dos direitos humanos a partir da intervenção em outros países ganhou força. Entretanto, essa política intervencionista implicou o seguinte dilema: como não confundi-la como uma intromissão nos assuntos internos de um determinado país? Segundo o historiador, a Guerra no Vietnã arrefeceu “a defesa por Washington dos direitos humanos como tema principal da política externa. Já não tinha credibilidade para um Estado empenhado numa indiscriminada matança, ficando adormecido mesmo depois que as forças americanas retiravam-se do Vietnã” (SCHLESINGER, 1992, p. 106).

O tema dos direitos humanos ressurgiu como parte da política externa norte-americana no governo de Jimmy Carter. Apesar dos equívocos cometidos em relação a essa política, Schlesinger (1992) reconhece que ela apresentou resultados reais. Um dos erros foi a questão de funcionar como uma política de “dois pesos, duas medidas”, ou

seja, os Estados Unidos condenavam veementemente os abusos cometidos por países pouco influentes (Paraguai, Camboja, Uganda, entre outros) e se intimidava diante dos países mais poderosos no cenário mundial. Como exemplo desses últimos pode-se mencionar a antiga União Soviética, a Coréia do Sul, a Arábia Saudita e a China. Agregam-se ao processo os questionamentos acerca da legitimidade dos Estados Unidos como portadores da bandeira dos direitos humanos no mundo⁴⁹. Havia uma política interna que garantia aos cidadãos norte-americanos acesso a liberdade, igualdade, educação, saúde e moradia digna? Os Estados Unidos não estariam elaborando um conceito de direitos humanos etnocêntrico, sem levar em consideração os valores e princípios dos demais povos?

Não obstante uma série de críticas em relação à política de direitos humanos de Carter, Schlesinger (1992) reconhece que ela não se configurou como algo meramente teórico e sem resultados. Pelo contrário, países que violavam preceitos dos direitos humanos tiveram ajuda militar e econômica reduzida ou cancelada. Como exemplo desses países pode-se mencionar, o Vietnã, o Camboja, o Chile, a Argentina, Uganda, Moçambique, a Etiópia, o Paraguai, entre outros. Outro ponto levantado pelo autor é o fato de que embaixadas norte-americanas estiveram realmente engajadas na defesa dos direitos humanos. Assim, Schlesinger (1992, p. 118) argumenta que o governo Carter *tinha* “menos inibições quanto a esnoabar déspotas e ajudar seus opositores democráticos. Quando os regimes autoritários desapareceram no Brasil, na Argentina e no Uruguai, as novas lideranças democráticas lembraram o governo Carter com gratidão e mostraram-se simpáticas aos Estados Unidos”.

Green (2009) menciona um exemplo em que Carter teve a oportunidade de conversar com lideranças democráticas brasileiras. Em março de 1978, o então presidente norte-americano realizou uma rápida visita oficial ao Brasil. Além dos encontros com o general Geisel e com outros membros do governo, Carter encontrou-se com o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e outros líderes da oposição nacional. Como exemplo desses líderes, são mencionados “o cardeal Eugênio Sales, do Rio de Janeiro, Raimundo Faoro, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Julio Mesquita,

⁴⁹ Sobre esses questionamentos, Schlesinger (1992, p. 112) enfatiza: “os novos críticos perguntavam se os Estados Unidos não deveriam antes de reformar o mundo, garantir direitos humanos aos seus próprios cidadãos de pele negra, vermelha ou parda. Como poderia o governo americano condenar a União Soviética por violar a Basket Three de Helsinki quando negava visto a intelectuais e líderes sindicais de esquerda? Como tinha o topete de fazer sermões a Castro depois de passar anos e anos tentando assassiná-lo?”

proprietário do jornal O Estado de S. Paulo, José Mindlin conhecido empresário paulista, e Marcos Viana, presidente de um banco estatal”. O assunto central desse encontro foi, obviamente, a situação dos direitos humanos no Brasil. Durante a reunião, Carter convidou Dom Evaristo para que o acompanhasse até o aeroporto, onde os dois tiveram a oportunidade de conversar durante quarenta minutos a sós.

Green (2009) desvela a atuação de Ralph Della Cava nos bastidores para promover o encontro entre o então presidente norte-americano e o cardeal brasileiro. O brasilianista enviou uma carta, em outubro de 1977, ao presidente, sugerindo que, durante sua visita ao Brasil, fosse ao encontro de Dom Paulo Evaristo, um líder religioso brasileiro ligado à causa dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, Della Cava entrou em contato com Jaime Wright, pastor presbiteriano que havia trabalhado com o cardeal em projetos relativos aos direitos humanos. Este, por sua vez, sugeriu a Dom Paulo Evaristo que convidasse Carter para um encontro. Wright, em sua proposta, enfatizou que tanto o cardeal quanto o presidente foram agraciados com doutorados honorários da Universidade de Notre Dame, na primavera de 1976. Diante dessas informações, não restam dúvidas de que a atuação do brasilianista contribuiu para a aproximação entre Carter e Dom Paulo Evaristo Arns.

A ampliação da preocupação com os direitos humanos nos Estados Unidos coincidiu com o momento, no Brasil, em que o debate acerca da anistia ganhou força, quando o regime militar começou a fazer algumas concessões, embora atos repressivos continuassem acontecendo. Dessa forma, em 24 de novembro de 1978, o *The New York Times* publicou uma reportagem intitulada “Exilados Latinos Animados com a Redução da Repressão Política Começam a Retornar para Casa” (VIDAL, 1978. Traduzimos), na qual o jornalista, David Vidal mencionava os avanços e as limitações das propostas de anistia em países da América Latina. O articulista afirmava que os governos militares estavam enfrentando pressões externas e internas para que a anistia fosse concedida, e os exilados pudessem voltar para seus respectivos países legalmente.

O artigo informava que países como a Bolívia, o Peru e o Chile, dentro de certas limitações, avançavam em medidas que promoviam a anistia, enquanto outras nações, como a Argentina e o Uruguai, não haviam feito concessões nesse sentido. Ademais, divulgava que exilados brasileiros estavam retornando para o Brasil e testando o clima de diminuição da tensão política no país. Contudo, outros ainda temiam retornar: “‘é claro que há aqueles que não podem retornar porque enfrentam a possibilidade de ter de passar um tempo na cadeia’, disse um antigo soldado brasileiro. Outros que partiram

para o exílio voluntariamente não estão retornando porque reconhecem que houve uma pequena mudança no país. Mas essas mudanças ainda são poucas” (VIDAL, 1978. Traduzimos).

O jornalista do *Times* reiterava que o Brasil era palco do surgimento de várias mobilizações em prol da anistia, mas que o regime militar apesar de afirmar que essa seria uma questão avaliada pelo governo do general João Batista Figueiredo, certamente não iria contemplar os indivíduos que haviam participado de ações armadas⁵⁰: “no Brasil, o regime militar, que está no poder há 14 anos, tem rejeitado os apelos para uma anistia “ampla, geral e irrestrita” (VIDAL, 1978. Traduzimos). Mas em nenhum outro país o assunto cresceu com tanta força como cresceu aqui, onde comitês partidários da anistia têm brotado em todas as grandes cidades”. Vidal (1978) aponta que a anistia estava sendo apoiada por estudantes, por partidários do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), por militares dissidentes e pela Conferência Nacional dos Bispos (CNBB).

Márcio Moreira Alves é mencionado no artigo como exemplo de exilado que estava envolvido em uma questão delicada. A mãe do jornalista e político brasileiro, Branca Alves, havia falecido no primeiro semestre de 1978. Alves, que nessa época vivia em Lisboa, não compareceu ao enterro de sua mãe, por temer ser perseguido pelos militares e por haver prometido que não voltaria ao Brasil até que uma anistia geral fosse concedida. A matéria mencionava que o ex-deputado havia tido seus direitos políticos suspensos por dez anos e que essa medida estava relacionada com o discurso polêmico que havia proferido no Congresso, em 1968. Sobre a impossibilidade de Alves retornar ao Brasil para acompanhar sua mãe nos momentos finais da vida, reporta-se:

Ainda em maio, um caso mostrou a suscetibilidade que a questão continua a evocar quando pessoas polêmicas estão envolvidas. Branca Alves, uma importante líder católica leiga e mãe do antigo deputado, Márcio Moreira Alves, morreu e foi sepultada em um cemitério do Rio com quatro rosas mandadas por seu filho, que está exilado em Lisboa, através de amigos. Ele não pode vê-la em seu leito de morte (VIDAL, 1978. Traduzimos).

⁵⁰ David Vidal citou no artigo o trecho de um pronunciamento de Figueiredo sobre essa questão: “A anistia virá no tempo devido”. Disse o general Figueiredo recentemente. “Eu não tenho dúvida de que ela virá, mas eu tenho dito que quem cometeu crimes comuns como terrorismo e assaltos a banco, não será beneficiado”.

A difícil situação vivenciada por Márcio Moreira Alves demonstra que apesar de os militares terem promovido algumas concessões, os atos repressivos ainda não haviam sido extintos, e a anistia era um assunto polêmico. Segundo Roberto Ribeiro Martins (2010), a necessidade de uma anistia começou a ser discutida, no Brasil, em 1965. Entretanto, foi apenas em 1972 que surgiram projetos contemplando a importância de uma anistia geral. O ano eleitoral de 1974 é visto pelo autor como um marco no movimento de oposição ao regime militar, que fazia exigências como “as de liberdades democráticas, anistia, revogação dos atos e leis de exceção, defesa dos direitos humanos e do *habeas corpus*, fim das torturas e “desaparecimentos” de cidadãos encarcerados, melhoria das condições de vida e do arrocho salarial” (MARTINS, 2010, p. 159).

Martins (2010) afirma que em 1975 surgiram os primeiros movimentos organizados que lutavam pela anistia, e que a atuação feminina, através do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) merece destaque. Esse movimento surgiu em São Paulo e ganhou apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O autor destaca o surgimento de grupos que apoiavam anistia em vários países europeus, como a Suécia, a França e Portugal. Nesse sentido, os dois primeiros países mencionados foram os que mais receberam exilados brasileiros. Dessa forma, pode-se compreender o motivo de surgirem neles importantes comitês de luta pela anistia no Brasil.

Outra referência importante é o ano de 1977, quando o movimento pela anistia ganhou as ruas. Participaram dessas manifestações estudantes, profissionais liberais, políticos progressistas, religiosos, sindicalistas e artistas. O tema ganhou espaço nos jornais de grande circulação, assim como na imprensa alternativa. No decorrer do ano de 1978, as mobilizações em prol da anistia continuaram avançando. Em fevereiro desse ano, foi criado o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Além disso, surgiram outros grupos nos moldes do CBA nas mais importantes cidades brasileiras. Em abril de 1978, a Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), reunida na Conferência de Itaici, chegou a um consenso e divulgou sua posição oficial de apoio à anistia ampla. Martins (2010, p. 163) também destaca a manifestação dos cientistas brasileiros, na 29ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a favor de uma anistia geral:

Importante acontecimento foi a reafirmação dos cientistas brasileiros reunidos em julho de 1977, em São Paulo, na 29ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. O manifesto final, aprovado no dia 11,

estabeleceu em seu terceiro ponto: “dar ênfase aos reclamos que os cientistas vêm fazendo, há mais de dez anos, no sentido da plena vigência das liberdades democráticas no país. Notadamente, reclamamos a reintegração nas instituições de origem dos cientistas atingidos pelos atos de exceção, bem como pedimos ampla anistia”.

A obra *Anistia Ontem e Hoje* (MARTINS, 2010) foi publicada pela primeira vez em 1978, sob o título *Liberdade para os Brasileiros*, em um momento em que a sociedade brasileira lutava abertamente por essa causa. Nesse livro, Roberto Ribeiro Martins procurou contribuir para o debate, defendendo uma anistia ampla, absoluta e plena, que beneficiasse as pessoas que foram destituídas de seus direitos políticos e de suas funções públicas, assim como os indivíduos que participaram de ações armadas. Na concepção do autor, essa anistia ampla contemplaria os presos e perseguidos políticos, os desaparecidos, os banidos, os exilados, os cassados, os trabalhadores grevistas, os envolvidos em conflitos de terra e os estudantes.

A questão da anistia ainda é um tema que provoca polêmica e está além do assunto que esta dissertação se propôs abordar. Contudo, é importante mencionar que Martins (2010), no posfácio de sua obra, ressalta que em 28 de agosto de 1979 foi aprovada uma lei de anistia restrita, que excluía os envolvidos em ações armadas e deixava brechas para que os policiais e militares que participaram de atos tortura fossem beneficiados. Além disso, a situação dos mortos e dos desaparecidos políticos foi excluída⁵¹. Essa lei, aprovada durante o governo do general Figueiredo, possibilitou a libertação dos presos políticos, bem como o retorno dos exilados e dos clandestinos. De acordo com o autor, foi apenas com a constituição de 1988⁵² que houve o estabelecimento de uma anistia ampla, geral e irrestrita:

⁵¹ Martins (2010 p. 238) transcreve um trecho da lei que permite observar a lacuna em relação aos mortos e desaparecidos políticos e a brecha que permite beneficiar os torturadores: Art. 1º – É concedida a anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º – Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º – Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

⁵² Por mais que a constituição de 1988 tenha assegurado uma anistia nos moldes defendidos pelos movimentos sociais, Martins (2010) afirma que a questão da anistia no Brasil é marcada por avanços e retrocessos. Apesar da formação de grupos de defesa dos direitos humanos, da criação da Comissão Nacional de Anistia e da aprovação de leis que concederam indenizações às vítimas da repressão ou

Em 1988, finalmente, a Constituinte nos dá a Constituição cidadã, sob liderança de Ulisses Guimarães. E seu artigo 8º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT -, contempla, então uma anistia verdadeiramente ampla, geral e irrestrita, como a consagrada nas reivindicações populares. Nenhuma restrição, nenhuma limitação, nenhuma exclusão das vítimas ou injustiçados! A anistia alcança a todos os que “foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política”; nenhum impedimento à reconquista dos direitos e nenhum benefício a torturadores. Agora se tratava de se aplicar a decisão constitucional.

Outros problemas elencados por Martins (2010) referem-se à dificuldade para se localizar e identificar os corpos das vítimas da repressão durante a ditadura militar. Existem também os problemas relativos ao desaparecimento dos arquivos de centros de repressão, que possibilitariam obter mais informações sobre o que aconteceu com os desaparecidos políticos. Apesar de existirem leis federais e estaduais que garantem indenizações para as pessoas afetadas pela repressão ou para os seus familiares, estes enfrentam dificuldades para conquistar efetivamente esse direito. Por mais que a constituição ofereça garantias de uma anistia ampla, geral e irrestrita, ainda permanecem abertas brechas para que os torturadores não respondam pelos seus crimes e para que muitas vítimas não sejam reparadas e devidamente indenizadas.

Embate entre Gordon e Della Cava

A obra *A Ditadura Escancarada*, de Elio Gaspari (2002), mais especificamente no capítulo “O Brasil Difamado”, revela a importância do brasileiro Ralph Della Cava no que se refere às denúncias acerca da repressão e da tortura na imprensa norte-americana. Em março de 1964, quando foi realizada a ação golpista, Della Cava estava no Brasil, pesquisando documentos para sua tese de doutorado sobre a vida de padre Cícero, que mais tarde foi transformada em um livro intitulado *Milagre em Juazeiro*. Sobre a atuação de Della Cava, nos movimentos sociais norte-americanos das décadas de 1960 e 1970, Gaspari (2002, p. 271) afirma: “A figura vivaz de Della

aos seus familiares, questões graves relativas à anistia continuam sem uma solução. Como exemplo dessas questões, Martins (2010, p. 249) ressalta que “é preciso reconhecer que o Brasil é o país mais atrasado na apuração de responsabilidades em toda América Latina. Nenhum torturador brasileiro foi preso ou cumpriu pena até o momento. É verdade que alguns foram até condenados, mas em ações cíveis, impetradas por vítimas, de forma independente”.

Cava era conhecida nos meios da igreja militante em defesa dos direitos civis dos negros americanos e das manifestações contra a guerra do Vietnã. Era um hiperativo numa época de ativistas”.

Kenneth P. Serbin (2001, p. 20) considera Della Cava “um dos mais experientes brasilianistas e um dos primeiros observadores do catolicismo tanto no Brasil como na Europa”. Na entrevista concedida a Green, em 26 de novembro de 1999, Della Cava destaca que começou a realizar pesquisas sobre o Brasil devido ao incentivo de Charles Wagley, professor da Universidade de Columbia. Foi esse eminente antropólogo norte-americano, especialista em Brasil, que sugeriu a Della Cava a elaboração de um estudo sobre Padre Cícero⁵³. Tanto Green (2009) quanto Gaspari (2002) concordam que Ralph Della Cava exerceu um papel importante na divulgação nos Estados Unidos da tortura aos presos políticos brasileiros. Na entrevista que o brasilianista concedeu a Green (2009), relatou que em 1964, enquanto estava fazendo pesquisas para sua tese, já havia estabelecido contato com militantes brasileiros da esquerda e nesse mesmo ano ofereceu apoio às famílias dos militantes que se viram obrigados a viver na clandestinidade:

Os contatos com a esquerda católica nos Estados Unidos levaram Della Cava a fazer conexões semelhantes no Brasil. Em 31 de março de 1964, ao sair de um cinema no centro do Rio com a mulher e amigos, teve de enfrentar o fogo de metralhadora de soldados rebelados. No dia seguinte, acompanhou atentamente as notícias radiofônicas sobre a renúncia de Goulart e durante os meses posteriores recebeu notícias de amigos que haviam passado à clandestinidade após o golpe. “Quando saí do Rio depois de fazer minhas pesquisas no Arquivo Nacional, parei na Bahia, Recife e Fortaleza a fim de visitar famílias de pessoas escondidas no Rio que eram membros da Ação Popular ou da Juventude Universitária Católica, para levar-lhes notícias de seus filhos”. Com profundas ligações entre os oposicionistas brasileiros, Della Cava desempenharia papel crucial durante as duas décadas seguintes na organização da oposição política à ditadura militar nos Estados Unidos (GREEN, 2009, p. 109).

⁵³ Atualmente Della Cava é Pesquisador Sênior do Centro de Estudos sobre a América Latina na Universidade de Columbia (DIRECTORY, [s. d.]) Em 21 de julho de 2004, o brasilianista recebeu o título de professor *Honoris Causa* Universidade Regional do Cariri, em reconhecimento à pesquisa que realizou para sua tese de doutorado e que mais tarde se configurou como uma das obras mais significativas sobre Padre Cícero (LESSA, 2004).

Ralph Della Cava, assim como Willian Wipfler, atuou de distintas formas na campanha contra a repressão, ajudando a organizar manifestações, trabalhando na tradução de relatos de presos políticos brasileiros, escrevendo artigos sobre tortura e sobre a aliança estabelecida entre o governo norte-americano e os militares brasileiros. Ofereceu ainda suporte a exilados e a familiares de desterrados que se encontravam nos Estados Unidos. Mesmo no final da década de 1970, quando a maior parte das atenções estavam voltadas para a ditadura no Chile e quando o regime militar brasileiro já apresentava indícios de liberalização, Della Cava continuou se dedicando à causa dos presos políticos brasileiros. A longa atuação de Della Cava pode ser confirmada na obra de Green (2009, p. 460):

No final do ano de 1977, a lenta e irregular política de liberalização estruturada por Geisel e seu principal assessor, general Golbery, assim como a mudança na Casa Branca, ofereciam novas oportunidades aos ativistas que trabalhavam na Costa Leste. Incansável em sua dedicação à causa, Ralph Della Cava continuava a integrar pessoas em sua rede de indivíduos preocupados com os acontecimentos no Brasil. Bela Feldman-Bianco, por exemplo, recorda que pouco depois de sua chegada a Nova York para a função de correspondente da revista *Veja*, a jornalista Judith Patarra começou discretamente a ajudá-los, transmitindo informações vindas do Brasil sobre as diversas estratégias que a oposição brasileira desenvolvera para acabar com o governo militar.

Bela Feldman-Bianco era uma cientista social que se formou na Universidade de São Paulo, em 1966. Optou por sair do Brasil em 1969, quando seu marido recebeu uma bolsa para estudar nos Estados Unidos; a onda de repressão que atingia o país nesse momento também foi um fator que influenciou na opção de Feldman-Bianco. Florestan Fernandes, que fora seu professor na USP, a incentivou a procurar Charles Wagley na Universidade Columbia, para que a brasileira aprofundasse seus conhecimentos na área da antropologia. Nesse contexto, a cientista social conheceu Ralph Della Cava e passou a atuar de forma discreta na campanha contra a ditadura militar no Brasil.

Como exemplo da parceria entre Della Cava e Feldman-Bianco pode-se mencionar as atividades que desempenharam na divulgação, nos EUA, da morte de Vladimir Herzog. Feldman-Bianco era amiga do jornalista e de sua esposa, Clarice Herzog, e ficou estarecida ao saber, através de uma reportagem do *The New York Times*, as circunstâncias que envolviam a morte de seu amigo. De acordo com Green

(2009, p. 444), o brasilianista e a cientista social conseguiram, com o auxílio de Charles Wagley, obter o apoio de importantes especialistas em Brasil, “que assinaram uma carta ao editor da *New York Review of Books*. ‘Brazil: The sealed coffin’ [Brasil: O caixão lacrado] constituiu um manifesto eficaz contra a ditadura, que apresentava as contradições entranhadas nas alegações das medidas de liberalização do regime”.

James N. Green (2003) menciona que Della Cava foi responsável, nos EUA, por traduzir relatos de presos políticos brasileiros que foram contrabandeados das prisões, durante as visitas de familiares e de clérigos. Segundo Willian Wipfler, esses relatos eram escritos em pedaços de papéis tão pequenos, sujos e amassados, que a tradução se tornava difícil, e era necessária até a utilização de lupa para a leitura de alguns deles. Nesse mesmo artigo, é possível encontrar referências de Della Cava às dificuldades iniciais para se divulgar as denúncias de tortura em jornais de grande alcance, como o *The New York Times*.

Assim, a alternativa encontrada por Della Cava e outros ativistas foi publicar, simultaneamente, uma série de artigos em revistas católicas e progressistas, como a *Commonweal*, *The Christian Century*, *The Nation*, *The Progressive*, entre outras. De acordo com Green (2003), após essa estratégia, outros periódicos de maior relevância na mídia, como *Newsweek*, *Time* e *Look*, começaram a publicar reportagens sobre tortura e repressão praticadas pelo regime militar no Brasil. Uma denúncia feita por Della Cava que teve ampla repercussão foi o artigo publicado na revista católica *Commonweal*, em 24 de abril de 1970, traduzido e publicado pela revista *Ensaio de Opinião* (DELLA CAVA, 1979a)⁵⁴. Trata-se de um texto polêmico, no qual o pesquisador acusa o embaixador Lincoln Gordon de ter participado ativamente na construção da aliança entre o governo dos Estados Unidos e os militares brasileiros e de não se ter manifestado contra a tortura praticada nos porões do regime militar.

Na concepção do brasilianista, a tortura no Brasil se tornara um ato contumaz e um instrumento da política nacional, utilizado para desestabilizar qualquer tipo de oposição ao regime. O aparato repressivo dos militares foi construído com ajuda financeira norte-americana e policiais brasileiros recebiam treinamento em técnicas

⁵⁴ Esse periódico era, inicialmente, um apêndice do jornal *Opinião*. Segundo José Antônio Pinheiro Machado (1978), o *Opinião* foi fundado em 1972 e acabou sendo um dos semanários mais afetados pela censura e pela repressão, pois funcionava como ponto de reunião e debate de intelectuais como Antônio Callado, Antonio Candido de Mello e Souza, Fernando Henrique Cardoso, Millôr Fernandes, Celso Furtado, entre outros. Diante da censura a que o *Opinião* vinha sendo submetido, seu diretor Fernando Gasparian, optou por suspender sua edição e transformar *Ensaio de Opinião* numa publicação mensal.

repressivas de seus colegas norte-americanos⁵⁵. Della Cava menciona que os estudantes eram o principal grupo atingido pela repressão, mas outros setores da sociedade brasileira – camponeses, trabalhadores, intelectuais e membros da igreja – também eram alvo do aparelho repressivo. Dessa forma, o historiador conclamava três segmentos da sociedade norte-americana para se pronunciarem contra as arbitrariedades praticadas pelo regime militar no Brasil: as igrejas, a imprensa e a comunidade acadêmica.

As acusações de Della Cava levaram Lincoln Gordon a escrever uma carta, intitulada “Uma Troca de Pontos de Vista”, direcionada aos editores da *Commonweal*, em que afirma: “Ralph Della Cava acusa-me de ser o “arquiteto” da suposta política de cumplicidade do Governo dos Estados Unidos com a tortura e a militarização fascista do Brasil. Nada existe nos registros históricos, nem na minha atitude pessoal, que justifique essa acusação” (GORDON, 1979b, p. 70). O embaixador declara que realmente apoiou a destituição de Goulart, pois em sua concepção as atitudes do sucessor de Jânio Quadros apontavam para uma intenção de deflagrar um golpe de esquerda. Além disso, Gordon afirma que se Goulart tivesse se tornado um ditador populista, seria facilmente substituído por algum político mais radical, situação que representaria uma ameaça comunista para todo continente sul-americano.

O diplomata menciona também que durante o período que ocupou o cargo de embaixador no Brasil e de secretário de Estado assistente para assuntos interamericanos, não chegou ao seu conhecimento qualquer caso de tortura e que, se houvesse chegado, seria contrário. Afirma que todos os seus posicionamentos durante o período em que ocupou o cargo de embaixador no Brasil se fizeram na defesa dos ideais democráticos, constitucionais e para impedir o crescimento do antiamericanismo em território brasileiro. Na missiva, Gordon (1979b) demonstra simpatia por Castelo Branco, caracterizando-o como “moderado e constitucionalista”; lamenta a guinada

⁵⁵ Essa afirmação de Della Cava foi embasada numa reportagem publicada por Richard S. Wisnlow Jr. no *Washington Post*, em 13 de março de 1970. Wisnlow Jr. ocupava o cargo de oficial da reserva das Relações Exteriores e no início da década de 1970 prestava serviço na Agência para Desenvolvimento Internacional (AID). Della Cava (1970, p. 69) transcreve em seu artigo um trecho da denúncia de Wisnlow Jr.: “durante o ano fiscal de 1970, a agência para o Desenvolvimento Internacional do Departamento de Estado despende de 451.000 dólares em seu programa de “segurança pública” no Brasil; paga 292.000 dólares a 13 especialistas da polícia americana que residem no Brasil e auxiliam o treinamento de milhares de policiais brasileiros em “investigações criminais”, “contra-revolução” e no uso do mais moderno equipamento policial. Gaba-se a AID de que no ano fiscal de 1968, 16.000 policiais brasileiros, número que crescia a cada ano que passava, foram treinados por esse programa. Outros 129.000 dólares estão sendo gastos para trazer 58 oficiais de polícia aos Estados Unidos para serem treinados nas últimas técnicas policiais por um período médio de 4 meses”.

autoritária do regime, a promulgação do AI 5 e encerra desejando que a situação política do Brasil e de outros países latino-americanos, retorne à normalidade:

Desde que me mudei para Baltimore em meados de 1967, eu não acompanhei de perto os acontecimentos no Brasil. E, como escrevi em outra publicação, considero que meu grande fracasso como Embaixador foi minha inabilidade para persuadir o Presidente Castelo Branco, em 1965 e 1966, a empreender um novo tipo de infra-estrutura política, para o que ele tinha em mãos uma oportunidade ímpar. O ciclo recente, deprimente, e crescente de terrorismo urbano e de repressão arbitrária é inteiramente incompatível com a magnífica tradição brasileira pela dignidade humana e pela não violência, mesmo nas crises políticas. Eu posso apenas esperar pela restauração dessa tradição e por sua extensão a outros lugares da América Latina, sem excluir Cuba (GORDON, 1979b, p. 72).

A carta de Lincoln Gordon foi respondida publicamente por Della Cava. O artigo “A Tortura no Brasil” acabou deflagrando um debate entre o embaixador e o brasilianista, que também escreveu uma carta aos editores da *Commonweal*, reafirmando suas acusações e buscando comprovar as denúncias feitas no artigo. Em relação à afirmativa de Gordon de que não tomara conhecimento de casos de tortura durante o período em que ocupou cargos relacionados ao Brasil e à América Latina, Della Cava contesta com exemplos de jornais brasileiros como o *Correio da Manhã*, *Última Hora*, *Jornal do Brasil* – que publicaram reportagens denunciando torturas logo nos primeiros dias após o golpe⁵⁶.

O brasilianista menciona os nomes de Alceu de Amoroso Lima e Márcio Moreira Alves como exemplos de intelectual e jornalista brasileiros responsáveis por algumas dessas reportagens. Também chama atenção para o fato de essa questão também estar presente nos registros públicos: “Nos seis meses imediatamente seguintes ao golpe militar de 1º de abril de 1964, só o registro público documentou integralmente cerca de duas dúzias de casos de tortura. Dentre as vítimas estavam um padre católico, líderes estudantis universitários, militantes camponeses e sindicais. Alguns eram marxistas; outros, comunistas; muitos eram católicos praticantes” (DELLA CAVA,

⁵⁶ Della Cava (1979, p. 72) também chama atenção para as denúncias de tortura realizadas nos registros públicos: “Nos seis meses imediatamente seguintes ao golpe militar de 1º de abril de 1964, só o registro público documentou integralmente cerca de duas dúzias de casos de tortura. Dentre as vítimas estavam um padre católico, líderes estudantis universitários, militantes camponeses e sindicais. Alguns eram marxistas; outros, comunistas; muitos eram católicos praticantes.”

1979b, p. 72). O brasilianista questiona como o embaixador e seus funcionários não teriam tido acesso a essas informações, que eram de domínio público.

Lincoln Gordon, em sua primeira carta, tentou se esquivar das acusações de Della Cava, afirmando que a fase repressiva do regime militar ocorreu num momento, mais especificamente a partir de 1968, em que ele não ocupava cargos relacionados ao Brasil e ao continente latino-americano (GORDON, 1979b). Della Cava, em sua resposta, mostra que durante o período em que Gordon ocupou os cargos de embaixador no Brasil, de secretário de Estado assistente para assuntos interamericanos, ocorreram diversos abusos de poder por parte dos militares brasileiros e que o ex-embaixador não se pronunciou contra tais arbitrariedades. Além da tortura, o brasilianista menciona a abolição dos partidos políticos, decretada pelo AI 2, os expurgos políticos que ocorreram no decorrer de 1966 e 1967, o estabelecimento de eleições indiretas para governadores e o aumento vertiginoso da ajuda econômica norte-americana concedida aos militares. Outro ponto destacado por Della Cava é que Gordon, em seus discursos, enfatizava a ditadura militar no Brasil como algo positivo, se abstendo de fazer críticas ao regime instituído em 1964.

Na segunda e última carta de Lincoln Gordon (1979a, p. 73), o economista declara ao editores da *Commonweal*: “não desejo me envolver em uma polêmica com o Sr. Della Cava. Porém sua violenta ‘resposta’ *ad hominem* publicada concomitantemente com minha carta de 7 de agosto, leva-me, de fato, a tecer alguns comentários”. Assim, o embaixador reafirma não ter sido um colaborador dos militares, enfatizando que os acontecimentos no Brasil eram decididos por brasileiros e que aos estrangeiros era possível uma interferência apenas periférica. Caracteriza o período entre 1964 e 1967 não como uma ditadura plena, mas como uma mistura de elementos ditatoriais e democráticos, afirmando que a ajuda financeira concedida pelos EUA era destinada à recuperação econômica e a programas sociais. No final da carta, enfatiza ser um grande defensor e adepto dos ideais democráticos (GORDON, 1979a).

O debate entre Della Cava e Gordon foi encerrado com uma carta escrita por Edward S. Herman⁵⁷. Nessa carta, Herman apoia as alegações do brasilianista,

⁵⁷ Economista norte-americano, professor emérito de Finanças da Warthon School, escola de negócios da Universidade da Pensilvânia, crítico veemente da política externa dos Estados Unidos. Seus escritos abordam temas como economia política, política externa, direitos humanos e mídia. É autor de vários livros; entre eles está *Banhos de Sangue*, escrito em parceria com o linguista Noam Chomsky. Essa obra foi publicada primeiramente em Paris, em 1973, e no Brasil em 1976. Nela, os autores problematizam a forma como os Estados Unidos promovem banhos de sangue “benignos” e a forma como a potência fabrica banhos de sangue míticos, para justificar a realização de intervenções em

declarando que Gordon fazia uso de eufemismos para disfarçar o suporte que concedeu à destituição de um governante eleito democraticamente. Herman (1979) afirma que Gordon pode ser considerado um fracasso como humanista, cientista social e previsionista, assim como critica a postura da política externa norte-americana, que enxergava ameaças comunistas em diversos países periféricos.

No Terceiro Mundo há sempre uma ameaça populista ou comunista que pode ser reduzida em curto prazo pela ditadura militar e pela repressão. A beleza da ditadura militar não está apenas na sua tentativa de reprimir o populismo. Está também na sua falta de apoio nativo, o que a deixa exposta à influência de um eleitorado externo (os Estados Unidos, por exemplo). Esses governantes não são inclinados ao “antiamericanismo” ou à não hospitalidade ao investimento americano. Por conseguinte, eles têm seus méritos, mesmo que a ameaça de ditadura popular e do comunismo seja bastante remota. O grande aumento e endurecimento das ditaduras militares verificado nas duas últimas décadas na esfera de influência americana é o resultado seguro de uma política consciente de incentivo e aceitação de uma forma de governo preferida para o mundo desenvolvido (HERMAN, 1979, p. 74).

Gordon não respondeu a Herman e dessa forma a troca de cartas foi encerrada. A análise desses documentos evidencia que, durante todo o debate com Della Cava, a preocupação de Gordon foi encontrar meios de provar que não estava envolvido na conspiração do golpe militar; negava que fez vista grossa às denúncias sobre a prática de tortura, afirmando não ter tido conhecimento de tais acusações. Como Fico (2008)

outros países. Um exemplo citado do primeiro caso foi o bombardeio norte-americano que atingiu a população civil do Camboja. Em relação aos banhos de sangue míticos e semíticos Herman e Chomsky afirmam que eles são construídos através da divulgação de notícias falsas e manipuladas na grande imprensa. Assim, o governo norte-americano procurava mostrar para a sociedade a necessidade de “defender” um determinado povo. Foi através desse tipo de atitude que a intervenção no Vietnã foi demonstrada como necessária. Os autores demonstram como a política dos banhos de sangue também foi posta em prática na América Latina: “os banhos de sangue cometidos pelas forças contra-revolucionárias são considerados sob um prisma muito diferente, pois têm um interesse também muito diferente: o de um regresso das populações do Terceiro Mundo àquele estado desejável de passividade e de derrotismo, tal como predominava antes da Segunda Guerra Mundial, estado esse comumente dito de “estabilidade” ou de “equilíbrio político”. As matanças cometidas para reduzir essas populações à passividade são raramente definidas como banho de sangue ou uso da violência – são “reajustamentos” ou “mudanças dramáticas”, tolerados ou encorajados como necessários ou desejáveis. Isto é verdade quer o banho de sangue destrua simultaneamente o aparelho de organização e a base dos movimentos de esquerda no seio da população (tal como na Indonésia), quer mate mais modestamente, para desorganizar e aterrorizar apenas na medida suficiente uma certa população, a fim de instaurar uma dominação totalitária de direita (rightist totalitarian rule), como em certas repúblicas latino-americanas, ou ainda quer se situe algures entre esses dois extremos, tal como no esforço americano no Vietnã do Sul. Informações sobre Edward S. Herman e artigos escritos por ele podem ser encontrados no site <http://www.zcommunications.org/zspace/edwardherman>.

destaca, Gordon ignorou as arbitrariedades cometidas pelos militares brasileiros, pois era um embaixador bem informado; assim é improvável que ele não tenha tido acesso às denúncias de tortura ocorridas pouco tempo após o golpe.

Os documentos analisados acima foram publicados nos EUA em 1971, período em que o Brasil vivia uma das fases mais repressivas da ditadura militar. Em 2002, após trinta e um anos da publicação do artigo de Della Cava, Lincoln Gordon publicou um livro intitulado *A Segunda Chance do Brasil*,⁵⁸ reafirmando ter apoiado a saída de Goulart, pois acreditava que o substituto de Jânio Quadros pretendia dar um golpe de esquerda e que facilmente seria substituído por um líder comunista radical⁵⁹. Como defensor dos interesses do seu país, destaca que o governo norte-americano torcia para que a ordem constitucional fosse mantida, e o calendário eleitoral do Brasil fosse cumprido, mas que “se isso falhasse, um golpe por forças simpáticas aos Estados Unidos era obviamente preferível a um golpe apoiado pela União Soviética e por Cuba” (GORDON, 2002, p. 359).

Gordon (2002) afirma que empreendeu esforços para ter um relacionamento cordial com Goulart e que até meados de 1963 tal relação foi possível⁶⁰. Outro ponto que o autor faz questão de enfatizar são os problemas econômicos, sociais e políticos⁶¹

⁵⁸ É importante ressaltar que o objetivo principal desse livro não são as questões relativas ao golpe militar, mas uma análise da economia brasileira. Na obra, Gordon defende a ideia de que durante o governo de Juscelino Kubitschek o Brasil teve a primeira chance de ascender ao grupo dos países desenvolvidos. Frustrada essa oportunidade, a segunda chance seria durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Atendendo a uma sugestão de Paulo Roberto de Oliveira, o economista inseriu, na edição brasileira da obra, um capítulo suplementar sobre o governo de Goulart e seu relacionamento com os Estados Unidos.

⁵⁹ Entre os possíveis líderes que assumiriam o lugar de Goulart, Gordon menciona Leonel Brizola e Darci Ribeiro. O embaixador norte-americano afirma que, ao assumir seu posto no Brasil, ficou surpreso quando descobriu que diversos setores da sociedade brasileira haviam sido fortemente influenciados pelo comunismo. Entre esses setores, Gordon destaca os professores de Ciências Sociais, o movimento estudantil, os sindicatos e setores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

⁶⁰ Interessante comparar o discurso de Gordon (2002) com os documentos analisados por Green (2009, p. 61): “O governo Kennedy adotara uma atitude de esperar para ver em relação a Goulart, quando este inicialmente assumiu o cargo. Onze meses depois, o embaixador Gordon, o subsecretário assistente do Departamento de Estado para Assuntos Interamericanos Richard Goodwin e o presidente Kennedy já tinham chegado a uma decisão sobre o novo governo. Numa reunião na Casa Branca, em 30 de julho de 1962, Gordon disse: “Creio que uma de nossas tarefas mais importantes é fortalecer a coluna vertebral dos militares. Deixar claro, discretamente, que não somos contrários a nenhum tipo de ação militar, qualquer que seja, caso esteja claro que o motivo dessa ação militar é...” – o presidente completou a frase: “contra a esquerda”. Gordon prosseguiu: “Ele, Goulart, está entregando o diabo do país aos...” – novamente Kennedy completou: “comunistas”. Podemos muito bem desejar que eles [os militares brasileiros] tomem o poder no fim do ano, se puderem”. É importante fazer essa comparação pois, dessa forma fica evidente que antes mesmo de 1963 os Estados Unidos estavam decididos a enfraquecer o governo de João Goulart e apoiar a ascensão dos militares.

⁶¹ Entre esses problemas, enfatiza a diminuição da disciplina fiscal, o aumento da inflação, as greves frequentes, os levantes de trabalhadores rurais, a escassez de alimentos, as ameaças a propriedades

durante o governo de Jango, como se essas questões demonstrassem falta de capacidade, de responsabilidade e de controle do então presidente, acusado de ser um falso reformista⁶². O diplomata formula com essa perspectiva uma justificativa para seu apoio à destituição de João Goulart. Em relação à questão da repressão, faz apenas uma breve referência, para afirmar que o governo do seu país não teve envolvimento com a questão:

Tem-se levantado a acusação de que nossa receptividade ao golpe de 1964 levou inescapavelmente aos abusos repressivos, inclusive às torturas e “desaparecimentos” de 1968-1974. Esse ponto de vista reflete uma forma de determinismo histórico de que discordo totalmente. É certo que Jânio Quadros não precisava ter renunciado. João Goulart poderia ter mantido as linhas centristas da sua política, com as quais começou o governo, e teria recebido ampla assistência financeira e técnica dos Estados Unidos. Em vez disso, sucumbiu as pressões de Brizola e talvez a seus próprios impulsos para tornar-se um segundo Getúlio Vargas, safra de 1937 (GORDON, 2002, p. 369).

Gordon (2002) procura eximir os Estados Unidos de qualquer envolvimento com as questões da repressão militar. Para o diplomata, o golpe foi planejado e executado por brasileiros. Pode-se afirmar que o fato de Goulart não ter oferecido resistência foi algo positivo para os Estados Unidos, pois assim o golpe adquiriu maior aparência de legitimidade. É importante ressaltar que não houve interferência direta dos EUA, justamente porque não houve reação das forças pró-Goulart. Caso houvesse

estrangeiras, a criação da lei que limitava a remessa de lucros para o exterior, a queda na produção, entre outros. Em relação aos problemas políticos, o ponto mais ressaltado por Gordon é a proximidade de Goulart com setores comunistas. Uma situação emblemática foi a expropriação, por Brizola, da companhia telefônica do Rio Grande do Sul, de propriedade da International Telephone and Telegraph Company (IT&T). De acordo com Gordon (2002), Brizola tomou essa medida sem o conhecimento de Goulart. San Tiago Dantas garantiu ao embaixador que os proprietários da IT&T seriam indenizados. A nacionalização dessa empresa foi vista, por Gordon, como uma hostilidade aos EUA. Outro ponto que provocou o aumento da indignação do embaixador foi o fato de Goulart não ter repreendido Brizola publicamente por tal ato.

⁶² Em um telegrama de 17 de agosto de agosto de 1963, publicado em *Segunda Chance do Brasil*, Gordon (2002, p. 348) caracteriza o programa de reformas de Goulart da seguinte forma: “Não tem havido qualquer trabalho sério de preparação para a reforma agrária e nenhuma pressão em favor das reformas bancária, educacional, administrativa, do instituto de seguridade social ou de qualquer outra das muitas necessidades sociais econômicas do Brasil. Na verdade, hoje não há nem reforma nem a gestão efetiva do *status quo*. Goulart várias vezes deu falsas partidas verbais a respeito do planejamento do desenvolvimento, da melhoria do suprimento de alimentos, da expansão educacional, do aumento das exportações, etc., mas o único progresso visível que ele promoveu foi no aumento do empreguismo, na corrupção e na polarização do sentimento político. Fora isso o que existe é um vácuo, com elementos perigosos ansiosos por preenchê-lo.

alguma forma de resistência, os norte-americanos estavam preparados para oferecer suporte através da já conhecida *Operação Brother Sam*⁶³. Não se pode descartar também as outras formas de ajuda oferecida pelos Estados Unidos, principalmente ajuda econômica.

Como já se reiterou, ao se analisar a ditadura militar no Brasil é necessário levar-se em consideração o contexto externo do período, quando as duas potências disputavam áreas de influência. Nesse contexto, a América Latina representava uma área de grande interesse para os Estados Unidos e mesmo medidas reformistas eram vistas por Washington como ameaça aos seus interesses capitalistas; Lincoln Gordon (2002) justifica suas ações como embaixador, sempre declarando as preocupações do seu país com a vigência dos ideais democráticos e constitucionalistas⁶⁴ no Brasil. Na concepção de Gordon, as atitudes de Goulart apontavam para a deflagração de um golpe de esquerda. Assim, era preferível se adiantar e apoiar um golpe de direita.

Dessa forma, assegurados os interesses econômicos e políticos norte-americanos, o restante ficava em segundo plano. Assim, a tortura, as aposentadorias compulsórias, a censura, as prisões, os sequestros e assassinatos por motivos políticos não eram uma questão relevante para a política externa dos EUA⁶⁵. Afinal, tratava-se do aniquilamento de comunistas, ação considerada necessária, de acordo com a cartilha

⁶³ Lincoln Gordon (2002) afirma que nenhum brasileiro teve conhecimento da Operação Brother Sam. Contudo, as pesquisas mais recentes de Carlos Fico (2008) apontam que Castelo Branco e seu braço direito, Ulhoa Cintra, sabiam do suporte preparado pelos Estados Unidos. Isso, ao contrário do que afirma Gordon, aponta um sinal da participação dos Estados Unidos nos preparativos da ação golpista. Seria mesmo o golpe um produto cem por cento brasileiro?

⁶⁴ Lincoln Gordon, além de ressaltar suas preocupações com os ideais democráticos, também enfatiza o interesse dos EUA em promover melhorias sociais através do programa Aliança para o Progresso. Na concepção de Gordon (2002) o insucesso desse programa se deu devido a falta de interesse do governo Goulart. Já o historiador Carlos Fico (2008) afirma que a Aliança para o Progresso não apresentou resultados positivos devido ao fato de suas ações serem baseadas em obras de fachada, cujo objetivo era melhorar a imagem dos Estados Unidos no Brasil.

⁶⁵ A falta de interesse do governo norte-americano por questões relacionadas aos direitos humanos pode ser observada numa reportagem publicada pelo *The New York Times*, em 27 de setembro de 1974, na qual se afirma que o embaixador norte-americano no Chile, David H. Popper, fora repreendido por Kissinger, por ter demonstrado preocupações com a situação dos direitos humanos no Chile. Popper manifestou suas preocupações durante uma reunião com autoridades chilenas, na qual se negociava a concessão de auxílio militar. A reação de Kissinger em relação à atitude de Popper foi descrita pelo jornal nova-iorquino: ao relatarem (*recounting*) o incidente, as fontes afirmam que Mr. Kissinger reagiu com cólera ao saber, por um telegrama do Departamento de Estado, que Mr. Popper tomara a iniciativa de uma discussão sobre os direitos do homem no decurso de uma reunião sobre o auxílio militar, em Santiago, no dia 22 de julho, com Oscar Bonilla, ministro chileno da Defesa. Estava também presente na reunião o *Secretary of the Army* Howard H. Callaway, então em viagem no Chile. “Diga a Popper que pare com as conferências de ciências política”, garantiu Mr. Kissinger no telegrama, segundo as fontes. Este primeiro gesto foi seguido de carta de admoestação, redigida segundo as fórmulas pelo Departamento de Estado, dirigida a Mr. Popper, diplomata de carreira (CHOMSKY; HERMAN, 1976, p. 146).

anticomunista de Washington. Ademais, na concepção da potência capitalista, os latino-americanos não tinham sequer condições de escolher qual opção político-econômica seguir.

Essa questão pode ser observada em uma reportagem de Laurence Stern, no *Boston Sunday Globe*, em 13 de outubro de 1974, publicada também em Chomsky; Herman (STERN, 1976). Nela, o jornalista demonstra como a CIA esteve envolvida no enfraquecimento e na derrubada de governos de países latino-americanos, cujos projetos não agradavam aos EUA. Um caso típico dessa situação, mencionado por Stern, é a destituição de Salvador Allende no Chile:

Por isso, quando novos pormenores sobre a guerra secreta dos Estados Unidos travada contra o governo Allende no Chile vieram à superfície, precisamente um ano depois de o papel da CIA neste país ter vindo pela primeira vez à luz, as condições estavam amadurecidas para o regresso da chama de indignação no público e no Congresso.

O presidente bem pouco fez para apaziguar o clamor crescente da crítica, declarando que as operações políticas camufladas contra Allende eram efetuadas “para o bem e no interesse do povo do Chile”.

“Não vejo por que razão havíamos de ficar de braços cruzados vendo um país tornar-se comunista devido à irresponsabilidade do seu próprio povo”, disse Kissinger, o arquiteto da política americana de desanuviamento, seguindo os minutos classificados e indiscutíveis dos debates (STERN, 1976, p. 151).

Green (2009) demonstra que a sociedade e a imprensa dos EUA não ficaram indiferentes aos posicionamentos do governo norte-americano que apoiava a destituição, na América Latina, de governos eleitos democraticamente. No caso específico da ditadura no Brasil, as demonstrações de reprovação em relação à censura, repressão e tortura foram realizadas através da articulação de exilados brasileiros, e intelectuais e religiosos norte-americanos. Ralph Della Cava, Willian Wipfler, Brady Tyson são exemplos de norte-americanos que desempenharam um papel importante no apoio aos desterrados brasileiros e nas atividades que denunciavam o caráter repressivo da ditadura militar brasileira e sua aliança com o governo dos Estados Unidos.

No capítulo seguinte se aprofundará nas trajetórias de exilados brasileiros que optaram pelos Estados Unidos quando estiveram impossibilitados de permanecer no Brasil. Ao contrário do que se acreditava no início desta pesquisa, os brasileiros exilados nos Estados Unidos não foram apenas intelectuais convidados para lecionar em

universidades norte-americanas. Como se demonstrará, outros brasileiros que participavam ativamente das atividades de oposição ao regime militar também conseguiram se exilar naquele país, obviamente, em quantidade bem menor do que os que seguiram para o Chile, ou para países da Europa. É necessário enfatizar também que nem todos os exilados permaneceram todo seu período de desterro nos EUA. De acordo com Cruz (1999), uma das marcas dessa condição é justamente a estadia em diversos lugares. Os exilados seguem para onde exista a possibilidade de sobrevivência, de trabalho e de estudo. O próximo capítulo é um convite para se compreender a especificidade do exílio nos Estados Unidos.

CAPÍTULO III

TRAJETÓRIAS: EXILADOS BRASILEIROS NOS ESTADOS UNIDOS

O Apoio Informal das Redes de Solidariedade

Segundo Cruz (1999, p. 24), “o exílio é fruto da negação, da dominação, da anulação, da intolerância. Em si, guarda um valor negativo”. Dessa forma, a importância de pesquisas acerca das atividades desempenhadas pelos exilados brasileiros se desvela, tendo em vista que, apesar das tentativas dos militares de anular e excluir indivíduos “indesejáveis”, muitos exilados se organizaram para denunciar as arbitrariedades cometidas pelo regime militar, ou seja, continuaram buscando a transformação de sua sociedade, mesmo estando em outros países.

Mesmo os Estados Unidos tendo recebido um número de exilados muito menor do que países como o Chile, a França e a Suécia, é fundamental enfatizar a trajetória e as atividades de alguns desses indivíduos que escolheram os EUA como local de desterro, uma vez que esse país não pode ser mencionado apenas como a potência que ofereceu suporte econômico, bélico e logístico aos militares brasileiros. É preciso reconhecer que parte da população civil norte-americana se mobilizou e questionou a política externa de seu país a partir do final da década de 1960. Trata-se de um grupo pequeno, porém significativo, formado por intelectuais renomados e líderes religiosos que tinham uma importante atuação na sociedade norte-americana, na luta contra a segregação, a violência e as diversas formas de preconceito. Foram esses grupos que ofereceram suporte aos exilados brasileiros que passaram pelos Estados Unidos, ou que lá permaneceram durante todo período de desterro.

Quando se considera a questão dos exilados brasileiros nos Estados Unidos, o primeiro aspecto que deve ser levado em consideração é o fato de que nenhum desses brasileiros adquiriu naquele país a condição oficial de refugiado. De acordo com Green (2009), apenas indivíduos que fugiam de regimes comunistas ou socialistas conseguiam

adquirir tal *status* legal, ou seja, os EUA concediam esse reconhecimento apenas para indivíduos que fugiam de governos inimigos. A ditadura brasileira se enquadrava na categoria dos aliados. Sobre a forma como os dissidentes políticos brasileiros conseguiram vistos de entrada para os EUA, Green (2009, p. 241) esclarece:

Por isso, os brasileiros que acabaram chegando aos Estados Unidos não entravam como exilados políticos e tinham que depender do apoio informal de redes capazes de proporcionar-lhes trabalho, dinheiro ou lugares de morar. Tinham de usar uma grande quantidade de manobras para driblar as restrições legais, a imigração ou para conseguir vistos de estudante ou permissões especiais de trabalho que lhes permitiriam viajar ao país e nele permanecer.

As dificuldades para se obter vistos de entrada podem ser observadas em alguns relatos de exilados brasileiros que tentaram partir para os Estados Unidos, como o de Betinho (SOUZA, 1978). Como já foi mencionado no primeiro capítulo, o sociólogo partiu para o exílio no Uruguai, logo após a ascensão dos militares, em abril de 1964. Permaneceu em Montevideú por poucos meses e retornou ao Brasil, com o intuito de continuar a militância na clandestinidade. Em 1971, partiu novamente para o exílio, desta vez no Chile, devido ao temor de ser preso e sofrer torturas. A derrubada do governo socialista de Salvador Allende, em 1973, significou a necessidade de Betinho, assim como de muitos outros brasileiros, de procurar um novo local de desterro. Inicialmente Betinho procurou refúgio na embaixada do Panamá, em Santiago.

Diante da impossibilidade de permanecer na embaixada panamenha por muito tempo, Betinho e sua companheira, Maria, acabaram embarcando para esse pequeno país da América Central. Na Cidade do Panamá, os exilados brasileiros foram recebidos como refugiados políticos; contudo, segundo o relato de Betinho, o país não dispunha de condições econômicas nem políticas para receber trezentos refugiados. A solução encontrada pelo governo panamenho foi disponibilizar passagens aéreas e documentos para qualquer país que aceitasse receber os refugiados. Betinho afirma que foi nesse momento que decidiu partir para os Estados Unidos, com o intuito de fazer doutorado em uma universidade norte-americana. Contudo, o sociólogo deixa transparecer em seu relato a impossibilidade de entrar nos Estados Unidos devido a problemas relacionados à documentação e dificuldade de obtenção do visto:

Aí entra outro aspecto que nem sei explicar muito bem, mas eu pus na minha cabeça que eu ia era para os Estados Unidos. Nada mais, nada menos que para os Estados Unidos, sem documento, fodido, refugiado, com um passado incrível, mas querendo ir mesmo para os Estados Unidos. Por que? Porque havia a possibilidade de ir para uma universidade e eu queria estudar o capitalismo internacional [...] Com isso não vou mexendo outras oportunidades. A gente fica por aqui, não vou sair correndo e depois cair como refugiado político em outro lugar qualquer, só para sair.

Até que chegou a oportunidade de se ir para o Canadá e eu ainda pensava: “Bom, é mais fácil ser imigrante no Canadá e então ir aos Estados Unidos”. Começamos a perceber, então, que a barra não era assim e necessitava ter um *status*, porque o mundo internacional está composto de nações, cidadanias, documentos. Resolvemos propor a imigração do Canadá pensando em sair logo. Mas depois de uma batalha imensa chegou-se a conclusão que possivelmente nada sairia (SOUZA, 1978, p. 105-106).

No Canadá, Betinho conseguiu ser reconhecido como refugiado político e fazer o curso de doutorado. As dificuldades e os constrangimentos enfrentados nos consulados norte-americanos, para se obter o visto de entrada também estão presentes nos relatos de intelectuais brasileiros que na década de 1970 já tinham renome internacional. Darcy Ribeiro e Paulo Freire vivenciaram essa situação. Em entrevista concedida a *O Pasquim* (RIBEIRO, 1977), o antropólogo⁶⁶ relata que, em 1968, recebeu um convite do presidente da Universidade de Columbia para lecionar nessa instituição e que passou pelo seguinte constrangimento, no consulado dos EUA, durante a entrevista:

Em 68, quando voltei para passar onze meses. Dos onze, passei nove em cana. Fui ao consulado obter um visa para os EUA e o FDP do cônsul americano queria que eu contasse minhas conversas com Brizola no Uruguai. “Que é isso? Que conversa é essa? Não sou membro do Partido Comunista e nunca fui”. Ele começou a me apertar muito, aí eu falei: “Olha rapaz estou

⁶⁶ Darcy Ribeiro, na obra *Testemunho*, afirma que durante seu exílio optou por permanecer em países latino-americanos, restringindo sua ida a Europa a viagens de trabalho. Em seu livro de memórias, afirma que esteve no Uruguai, Chile, Peru e Venezuela. Assim que chegou a Montevideu foi contratado pela Universidade do Uruguai para lecionar em período integral. Além disso, participou da elaboração da *Enciclopédia Cultural Uruguiaia* e dirigiu seminários sobre reforma universitária não apenas no Uruguai, mas também na Venezuela e Peru. Na Argélia e Costa Rica, Darcy Ribeiro atuou em projetos de novas universidades. Todas essas requisições foram feitas devido à experiência que o intelectual adquiriu, sobretudo, como reitor da Universidade de Brasília. Em Santiago, foi assessor de Allende. No Peru participou da criação do Centro de Estudos de Participação Popular, projeto que pretendia realizar um planejamento das ações necessárias para que no ano 2000 a sociedade peruana tivesse suas necessidades básicas atendidas de forma digna (RIBEIRO, 1990).

sendo convidado pela Universidade de Columbia, o que você jamais será”. Aí ele me disse uma coisa muito engraçada: “Seu dossiê está aqui na embaixada. Data de 1946, quando você era estudante, e é um dos maiores que nós temos”. Eu respondi: “Então guarde-o bem que será muito importante para meus biógrafos. Houve esse tipo de desentendimento e tive que ir para a Venezuela, onde comecei minha segunda etapa do exílio (RIBEIRO, 1977, p. 10).

Paulo Freire enfrentou situação semelhante; contudo, ao contrário de Darcy Ribeiro, apesar dos constrangimentos que sofreu no consulado dos Estados Unidos em Santiago, o pedagogo conseguiu autorização para viajar ao território norte-americano, em 1969. Segundo Ana Maria Araújo Freire (2006), o exílio de Paulo Freire durou quase dezesseis anos e, durante esse período, o intelectual brasileiro passou por diversos países⁶⁷. O primeiro local de exílio foi a Bolívia, onde devido à deflagração do golpe militar contra Paz Estensoro, o educador, assim como os demais exilados brasileiros que estavam nesse país, teve de partir. O próximo destino de Paulo Freire foi o Chile, onde desembarcou em 20 de novembro de 1964 e permaneceu até 1969⁶⁸.

Naquele ano, a Universidade de Harvard propôs ao intelectual brasileiro uma permanência de dois anos em seus quadros⁶⁹. Nessa mesma época, Paulo Freire recebeu convite para trabalhar no Conselho Mundial das Igrejas (CMI), uma instituição

⁶⁷ O educador foi acusado pelo regime militar de exercer atividades subversivas no período em que exerceu o cargo de coordenador do Programa Nacional de Alfabetização de Adultos do governo Goulart. Depois de permanecer por 75 dias em prisões de Recife e Olinda, Paulo Freire, temendo pela sua integridade física, decidiu partir para o exílio. Após sair da prisão, dirigiu-se à embaixada da Bolívia, onde fez o pedido de asilo político e, pelo telefone da embaixada, acertou com o ministro da educação boliviano que prestaria assessoria na área de educação primária e principalmente na de educação de adultos (FREIRE, 2006).

⁶⁸ No Chile, Paulo Freire trabalhou junto a Jacques Chanchol, no Instituto de Desarrollo Agropecuario, na elaboração de projetos de educação popular. Durante o período que viveu nesse país, escreveu obras consideradas importantes, como *Pedagogia do Oprimido*, *Extensão ou Comunicação* e *Educação como Prática da Liberdade* (FREIRE, 2006).

⁶⁹ Paulo Freire já havia estado duas vezes nos Estados Unidos. A primeira vez foi em 1967 e a segunda em 1968, ambas a trabalho. Na entrevista concedida a *O Pasquim*, em 1978, revela que ao chegar pela primeira vez aos EUA, ficou surpreso com a repercussão que seu livro *Pedagogia da Esperança* teve nesse país e com o fato de os norte-americanos terem muitas informações a seu respeito. Sobre essa primeira visita, o educador salienta: “Fui convidado para ir aos Estados Unidos. Veja só, de repente me chamam para os seguintes lugares: Ford University, New York University, Princeton University, Harvard, Columbia e outra que eu não me lembro. Engraçado é que na primeira viagem eu não sabia nem dizer *good morning*. Eu falei em português e em espanhol, ora com tradução, ora sem tradução. Foi interessante, porque essas universidades, além do convite que fizeram, sabendo do meu caso no Brasil, do processo e tudo mais, me escreveram depois, oficialmente, respaldando o meu trabalho e agradecendo a contribuição enorme que eu tinha dado. O advogado me pediu esse trecho todinho e eu mandei. Ele usou esse material e disse ‘olha eu não duvido da polícia brasileira, mas acredito muito na polícia americana, e é interessante como esse homem tão subversivo no Brasil foi fazer conferências nas universidades americanas’” (FREIRE, 1978, p. 14).

protestante de cunho ecumênico, com sede em Genebra. O educador se interessou pelos dois convites e fez uma contraproposta, disponibilizando-se a lecionar em Harvard, em 1969 e no ano seguinte trabalhar no CMI. A proposta de Freire foi aceita por ambas as instituições. Mesmo tendo sido convidado para lecionar em umas das mais importantes universidades dos Estados Unidos, Paulo Freire sofreu constrangimentos no momento de retirar seu visto. Ana Maria Araújo Freire (2006, p. 215), segunda esposa do intelectual, relata esse episódio:

O cônsul norte-americano, zeloso de suas atribuições, começou a fazer algumas perguntas sem dizer onde queria chegar, mas de repente, entre pigarros e “bem... bem... bem...”, começou a querer saber, em detalhes, sobre o passado de Paulo no Brasil, sua atuação “subversiva” no campo da educação, “sua extrema simpatia pelo comunismo”, sua condição de homem sem passaporte, etc. Da conversa sem arrogância, de repente Paulo sentiu-se num verdadeiro inquérito policial militar. Então, recusando-se a se submeter à situação de humilhação e constrangimento, repudiando-a, disse-lhe, levantando-se da cadeira: “Senhor, se eu tivesse preso e o senhor uma autoridade [...] Como não é este o caso recuso-me a submeter a tal inquérito. Vou escrever às universidades do seu país dizendo que não posso ir”. Na verdade o visto de entrada do cônsul já estava pronto e o cônsul o entregou na hora.

Durante sua estadia em Harvard, Paulo Freire trabalhou como assessor no Center for the Study of Development and Social Change e como professor visitante no Center for Study in Education and Development. Visitou outras universidades e se encontrou com setores progressistas da sociedade norte-americana. De acordo com Araújo Freire (2006), quando a temporada do intelectual brasileiro terminou em Harvard, ele recebeu convites para trabalhar em outras universidades dos Estados Unidos. Entretanto, optou por ir trabalhar no Conselho Mundial das Igrejas, para onde partiu em fevereiro de 1970, acompanhado de sua família. Nessa instituição, exerceu o cargo de consultor em educação popular. No decorrer dos seus dezesseis anos de desterro, teve a oportunidade de conhecer países da Ásia, Oceania, África e América. Em entrevista concedida à revista *Veja*, publicada em 20 de junho de 1979, Paulo Freire fez a seguinte avaliação do longo período em que permaneceu no exílio:

Veja – Como foram seus quinze anos de exílio?

Freire – O problema do exilado, já dizia meu amigo Álvaro Vieira Pinto, é que ele vive uma realidade de empréstimo. Procurei colocar uma raiz nessa realidade de empréstimo. Como

fazer algo no exílio, única maneira de não cair no desespero ou no cinismo? Comecei por procurar amar a cada uma das realidades em que vivi. Procurei descobrir em cada uma delas algo que exigisse de mim esse amor. No Chile foi fácil, hoje me sinto um pouco chileno. Foi no Chile que aprendi que não era apenas brasileiro, mas também latino-americano. A partir de minha passagem pelos Estados Unidos e pela Suíça horizontes mais vastos me foram abertos e tive a oportunidade de conhecer outras realidades. Tenho aprendido enormemente com o meu trabalho na Guiné Bissau, em Cabo Verde e em São Tomé, em que tenho participado do debate instaurado em torno da reforma do sistema educativo herdado dos tempos coloniais. Ao mesmo tempo, há a tarefa de lançar as bases de um programa de educação de adultos. Trata-se de um enorme desafio porque as condições são completamente diferentes das que vivi em minhas experiências anteriores. Temos ali de reinventar a educação passo a passo, a partir de experiências concretas. É um trabalho apaixonante e que exige um tempo de maturação muito mais longo, em virtude das dificuldades em que se debatem esses países saídos de 400 anos de exploração colonial (FREIRE, 1979, p. 6).

Elza Freire, primeira esposa de Paulo Freire, também via o período do exílio em que viveu nos Estados Unidos como uma oportunidade de adquirir novos conhecimentos. As experiências vivenciadas naquele país não foram capazes de criar o mesmo elo que se constituiu em relação ao Chile. Em um depoimento, Elza Freire (1980, p. 205) relata que “na época em que chegamos ao Chile, o chileno recebia o brasileiro como um irmão; aquilo emitiu um bem-estar, uma segurança, uma troca de afetividade tão grande que isso suavizou muito a nossa saída do Brasil. Há uma espécie de gratidão que a gente sente por aquele povo que nos acolheu e isso é muito reconfortante”. De acordo com Denise Rollemberg Cruz (2009) o sentimento de proximidade dos exilados brasileiros em relação aos países latino-americanos é explicado pela descoberta das raízes comuns, presentes na língua, na cultura e até mesmo na proximidade geográfica com o Brasil. Nos depoimentos de Elza e Paulo Freire, os Estados Unidos são vistos principalmente como uma oportunidade de adquirir novos conhecimentos.

Fomos para os Estados Unidos [...] Eu preferiria ter ficado no Chile, porque o Chile para mim foi ótimo, teve a facilidade da língua. Eu não falava inglês, era uma língua realmente nova para mim. Acontece que a proposta que fizeram para Paulo, como professor visitante em Harvard, era interessante, e nós sentíamos o Chile caminhando para uma situação difícil,

principalmente para nós estrangeiros. A oportunidade seria vantajosa para Paulo [...] realmente foi. Abriu a porta para a possibilidade de mais conhecimentos e mesmo para ir trabalhar no Conselho Mundial das Igrejas. Nos Estados Unidos, sabendo que era para passar só um ano, eu não trabalhei. Fiquei realmente dona de casa, assisti a cursos na Universidade, classes de inglês [...] Vi logo que não dava para passar muito tempo. Tudo caríssimo. Mesmo assim fizemos bons amigos que ainda conservamos hoje, muito bons [...] e gostei de ver o povo, principalmente o jovem americano, aquilo me encantou. Completamente diferente, aquilo me fez um bem [...] era uma outra juventude que eu podia comparar com a minha. Aquela alegria do jovem americano me fazia tremendamente bem e ainda faz quando chego lá. Senti que lá a mulher talvez se imponha mais. Pelo que vivi no Brasil, acho que a mulher era talvez menos valorada. Não sei se agora será diferente, certos movimentos, uma tomada de consciência maior (FREIRE, 1980, p. 205-206).

Elza Freire partiu para o exílio no Chile em janeiro de 1965, acompanhada por seus cinco filhos. Ela, pessoalmente, não tinha problemas políticos e sua partida foi motivada pelo desejo de acompanhar o marido e manter a família unida. Para isso, abandonou sua carreira de 21 anos no magistério. Inicialmente, pediu uma licença não remunerada, mas, depois do vencimento desta, optou por pedir demissão. Durante o tempo em que trabalhou na área da educação, cerca de dez anos foram dedicados a alfabetização de crianças; o restante do tempo, foi diretora de escola. Atuou também junto com Paulo Freire no programa de alfabetização de adultos no Nordeste.

Celso Furtado é outro exemplo de exilado brasileiro, que viveu parte de seu desterro nos Estados Unidos. Seu caso chama atenção pelo fato de que, segundo Carlos Fico (2008 p. 30), o economista brasileiro “terá sido, provavelmente, o único punido em 1964 a sair legalmente do país durante a divulgação, no dia 10 de abril, da primeira lista de personalidades que tiveram seus direitos políticos suspensos”. Green (2009) aponta a possibilidade de Furtado ter sido o primeiro exilado brasileiro que seguiu para os Estados Unidos⁷⁰.

⁷⁰ Furtado partiu para o exílio em 1964 e retornou em 1985, quando assumiu o cargo de embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia e retomou suas atividades públicas e acadêmicas no Brasil. Durante o desterro, vinculou-se a diversas universidades renomadas: “Yale (EUA, 1964-1965), Sorbonne (França, 1965-1985), American University (EUA, 1972), Cambridge (“Cátedra Simon Bolívar” – Inglaterra, 1973-1974), Columbia (EUA, 1976-1977)” (ACADEMIA..., 2006). Segundo Green (2009), o economista brasileiro ocupou, na França, a cátedra de desenvolvimento econômico na Universidade de Paris.

Celso Furtado, durante o governo de Jango, foi o primeiro titular do Ministério do Planejamento e teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional n. 1. Diante desse cenário partiu, logo em 1964, para o Chile e, em seguida, para os Estados Unidos, onde permaneceu trabalhando na Universidade de Yale durante o ano acadêmico de 1964-1965. O que possibilitou sua partida legal foi um passaporte diplomático que o economista recebeu quando foi convidado para participar do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP). De acordo com Fico (2008, p. 30) o CIAP foi “criado pouco antes da morte de Kennedy com a pretensão de dar um perfil multilateral e alguma agilidade decisória à iniciativa em função da frágil condução da USAID⁷¹”.

O *The New York Times* anunciou, em reportagem publicada em 11 de maio de 1964 pelo correspondente Juan de Onis⁷², que o economista brasileiro tinha sido destituído de suas funções públicas pelo regime militar e que havia comunicado, no dia anterior, sua decisão de morar temporariamente nos Estados Unidos. O jornalista informa que três universidades norte-americanas (Columbia, Yale e Harvard) convidaram Celso Furtado para trabalhar em suas cátedras (ONIS, 1964). O economista optou pelo Centro de Crescimento Econômico da Universidade de Yale. Antes de partir para os EUA participaria de um seminário promovido pelo Instituto de Planejamento da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina, no Chile.

Nessa reportagem, Furtado é descrito como uma das vítimas da política anticomunista do regime militar. Juan de Onis (1964) alerta que novos expurgos estavam ocorrendo em “instituições civis, universidades, organizações políticas e sindicatos” (ONIS, 1964. Traduzimos) e que as pessoas perseguidas eram aquelas sobre as quais eram imputadas acusações de subversão e corrupção. Furtado é descrito não como um extremista de esquerda, mas como um defensor da democracia, que devido a essas características, a suspensão de seus direitos políticos, por dez anos, causaram indignação na sociedade e, particularmente, na imprensa brasileira:

Furtado se descreve como um “homem de esquerda”, que no caso dele incorpora a crença que através do planejamento

⁷¹ USAID é a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional. De acordo com Fico (2008), esse departamento foi criado em novembro de 1961 para cuidar de assuntos referentes a assistência econômica. Quando a Aliança para o Progresso foi criada, durante o governo Kennedy, a USAID foi o órgão responsável por sua administração.

⁷² Juan de Onis, correspondente do New York Times, é apontado por Green (2009) como um dos jornalistas norte-americanos que escreveram reportagens criticando o regime militar no Brasil.

econômico e uma mistura de iniciativa estatal e privada a estrutura social do Brasil pode ser alterada, trazendo melhoria econômica e participação política para milhões de pessoas empobrecidas.

Ele apóia a democracia política e é um crítico do comunismo como um sistema político e econômico autoritário. A inclusão do nome de Furtado na longa lista de políticos, militares, empresários e líderes sindicais ligados a Goulart foi criticado pela imprensa brasileira como “um dos excessos” da revolução (ONIS, 1964. Traduzimos).

Juan de Onis finaliza a reportagem com uma breve descrição da trajetória de Furtado como fundador e diretor da Sudene, relatando, também, um encontro que o economista brasileiro teve com John Kennedy, em Washington, e os programas que a Aliança para o Progresso estava financiando no Nordeste do Brasil, nas áreas de “educação, água, sanitarismo, saúde pública, habitação, eletrificação e indústria” (ONIS, 1964. Traduzimos). Carlos Fico (2008) informa que a aproximação de Furtado com o governo Kennedy se deu após o economista ter recebido, em fevereiro de 1961, na Sudene, a visita de três assessores do então presidente norte-americano. Os três visitantes eram George McGovern, Richard Goodwin e Arthur Schlesinger Jr., que ocupavam, respectivamente, os cargos de diretor do programa *Comida para a Paz*, secretário assistente de Estado para assuntos interamericanos e assistente especial para a América Latina. Fico (2008) menciona que Schlesinger Jr., além dessa função, também escrevia discursos para o então presidente norte-americano.

O que motivou esse encontro foram os alardes na imprensa norte-americana de que as Ligas Camponesas constituíam uma ameaça comunista⁷³, afirmação da qual

⁷³ Green (2009) cita Tad Szulc como exemplo de jornalista norte-americano responsável por escrever reportagens afirmando que as ligas camponesas representavam uma ameaça comunista no Nordeste do Brasil: “Tad Szulc, correspondente do *New York Times* no Rio de Janeiro na época, concordava absolutamente. Na primeira página do jornal, em 23 de outubro de 1960, surgiu um artigo alarmista por ele intitulado ‘A Pobreza no Nordeste do Brasil Cria Ameaças de Revolta’. A frase inicial proclamava: ‘Os ingredientes de uma situação revolucionária são cada vez mais visíveis em toda a vastidão do Nordeste brasileiro, afligida pela pobreza e assolada pela seca’. Na série de dois artigos, o correspondente descrevia a região em termos preocupantes e estabelecia uma relação direta entre pobreza e comunismo. ‘Golpeadas por desnutrição crônica e enfermidades generalizadas’, prosseguia o artigo, ‘as pessoas raramente ultrapassam os trinta anos de idade. A miséria é explorada pela crescente influência esquerdista nas cidades superpopulosas. As Ligas Camponesas, infiltradas por comunistas, que organizam e doutrinam, tornam-se importante fator político na região’. O segundo artigo de Szulc era ainda mais preocupante. Intitulado ‘Marxistas Organizam Camponeses no Brasil’, tinha o seguinte subtítulo: ‘Exército Político de 40 Milhões de Pessoas na Mira de Liga Esquerdista’. Um editorial do *Times*, ‘Os Fidelistas do Brasil’, em seguida às reportagens sensacionalistas e alarmantes de Szulc, reiterava os argumentos do jornalista: a pobreza provoca movimentos de protestos que, por sua vez levavam à infiltração e à influência comunistas” (GREEN, 2009, p. 55).

Furtado discordava veementemente. Segundo Fico (2008, p. 28), esse primeiro encontro deixou uma impressão positiva no economista acerca do “perfil intelectualizado dos assessores do novo governo do Partido Democrático e com a proposta da Aliança para o Progresso, que lhe pareceu a tão sonhada versão latino-americana do Plano Marshall. Essa boa impressão foi reforçada, quando Furtado foi recebido pelo presidente Kennedy”. Entretanto, como se mencionou anteriormente, o economista percebeu que as boas intenções da Aliança para o Progresso não conseguiram se concretizar na prática, restringindo-se à edificação de obras de fachada.

Green (2009) ressalta que Celso Furtado viveu apenas um período limitado de seu desterro nos Estados Unidos, e que sua participação em atividades que divulgavam o caráter repressivo do regime militar pode ser considerada secundária. Apesar disso, concebe que “a presença de Furtado [...] e outros estudiosos circulando entre intelectuais nas universidades mais prestigiosas do mundo simplesmente reafirmava as impressões negativas sobre o regime militar” (GREEN, 2009, p. 242).

Outro ponto relevante enfatizado por Green (2009 p. 242-243) é o fato de não existir “uma contagem exata do número de professores que deixaram o Brasil e acabaram indo para os Estados Unidos, mas pelo menos quatro exilados políticos tiveram presença constante na vida acadêmica desse país e deixaram marcas de várias maneiras”. Esses quatro intelectuais foram Emilia Viotti da Costa, Abdias do Nascimento, Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Pedro Celso Uchôa Cavalcante. Nos parágrafos seguintes serão contemplados alguns aspectos das trajetórias desses quatro intelectuais brasileiros nos Estados Unidos.

Trajetórias Intelectuais Interrompidas

À época do golpe, Eulália Maria Lahmeyer Lobo lecionava na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e foi aposentada compulsoriamente em abril de 1969. Durante o regime militar, juntou-se ao grupo de professores que criticavam o acordo MEC-USAID e, após ser impedida de lecionar no Brasil, a historiadora recebeu um convite para trabalhar na Universidade de South Carolina. Durante a ditadura, Lobo “acabou passando a cada ano um semestre nos Estados Unidos e outro no Brasil, a fim de prosseguir suas pesquisas e trabalhos escritos” (GREEN, 2009, p. 244). Atuou também indiretamente, nas atividades de denúncias contra a ditadura militar no exterior.

Em entrevista concedida à revista *Estudos Históricos*, em 1992, Lobo (1992) revela detalhes acerca de sua carreira como professora e sobre as perseguições que sofreu durante a ditadura militar. Contudo, faz apenas uma breve referência ao período em que optou por viver parte do ano nos Estados Unidos. Segundo ela, isso aconteceu durante doze anos e nessa época esteve em diversas universidades norte-americanas.

Durante o doutorado, Lobo esteve nos Estados Unidos fazendo cursos na Universidade de North Carolina e na Universidade de Columbia. Durante a ditadura militar, ela e vários colegas da IFCS foram considerados subversivos, argumento utilizado como razão para seu afastamento das atividades acadêmicas. Logo após a aposentadoria compulsória, foi presa. A detenção ocorreu na residência da historiadora, durante a madrugada, e foi realizada por policiais que, apesar de estarem uniformizados, não se identificaram e não apresentaram documentos que comprovassem sua autoridade para a ordem de prisão. Através de um contato familiar, Lobo conseguiu descobrir que os policiais pertenciam à 8^a Artilharia da Costa, localizada no Leblon.

Lobo permaneceu apenas por uma semana na prisão. Entretanto, a princípio, não sabia quanto tempo duraria seu encarceramento, situação que gerou na intelectual um sentimento de aflição: “é horrível ficar presa, principalmente numa situação de arbitrariedade total, desconhecendo seu destino. Eu ia ficar uma semana, um mês, um ano, três anos? Era uma insegurança total. Eu perguntava todo dia qual era a acusação contra mim” (LOBO, 1992, p. 93). Ao que tudo indica, Lobo não sofreu maus tratos físicos, mas ela menciona que o comandante da unidade onde estava presa enfatizou que ela poderia estar em um lugar pior e que podia considerar-se uma pessoa de sorte. Sobre os motivos de sua prisão, na mesma entrevista afirma:

quando fui presa já tinha sido expulsa da universidade. Aposentadoria compulsória. Foi uma leva grande de pessoas. Eles tiveram uma tal pressa de aposentar que aposentaram inclusive quem não tinha cargo público, como Caio Prado. Fui presa por ocasião da visita do Rockefeller ao Brasil em 69. Foi uma “operação gaiola”, como eles chamaram. Prenderam todo mundo que não queriam que falasse com o Rockefeller. E contrataram pessoas para fazer manifestação a favor, mediante pagamento. Entre os que reivindicaram minha soltura estavam justamente os adidos cultural e militar dos Estados Unidos, porque eles tinham convidado várias pessoas para ir conversar com o Rockefeller, e eu estava entre os convidados. Fiquei presa uma semana (LOBO, 1992, p. 92).

Por sua vez, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti partiu para o exílio na Polônia em 1964. Em 1965, uma coleção de livros em que havia trabalhado como co-autor foi considerada subversiva pelos militares (CAVALCANTI, [s. d.]). Segundo o autor, essa coleção, intitulada *História Nova do Brasil*, foi publicada inicialmente pelo Ministério da Cultura e da Educação e em seguida pela Editora Brasiliense. Cavalcanti formou-se em história pela Universidade do Brasil, em 1962. Após o término da graduação, assumiu o cargo de professor assistente no Instituto Superior de Assuntos Brasileiros (ISEB) e lecionou em diversas universidades federais.

Exilado na Polônia, Cavalcanti conseguiu uma vaga para o curso de doutorado na Universidade de Varsóvia e permaneceu nesse país de 1964 a 1968. No ano seguinte foi contratado pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Washington em St. Louis. Desde a partida para o desterro, o intelectual obteve experiências de trabalho e de pesquisas em universidades de vários países como, França, Itália, Portugal e Suécia. Segundo Green (2009, p. 245), nos Estados Unidos, Cavalcanti “ficou isolado do grupo de brasileiros, religiosos e outros ativistas em Nova Iorque que no início da década de 1970 desenvolveram várias campanhas contra a ditadura militar”. Contudo, em 1974, juntou-se ao grupo que idealizou o projeto *Memórias do Exílio*.

Cavalcanti considera *Memórias do Exílio* o principal projeto em que esteve envolvido durante a década de 1970. Há de se enfatizar que esse projeto remonta ao esforço, nos Estados Unidos, de três exilados brasileiros – Marcos Arruda, Anivaldo Padilha e Jovelino Ramos – com o propósito de denunciar o caráter repressivo da ditadura militar. O objetivo era produzir atividades mais coordenadas, que gerassem maior impacto. Segundo Green (2009, p. 457) “entre 1974 e 1977, eles organizaram cuidadosamente uma série de reuniões discretas de âmbito nacional para coordenar o trabalho sobre o Brasil”. Numa dessas reuniões, realizada na Universidade de Princeton, compareceram cerca de trinta brasileiros. Entre eles estavam, além dos três exilados mencionados, Rubem Cesar Fernandes, Maria Helena Moreira Alves⁷⁴, Tetê Moraes, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, Abdias do Nascimento, entre outros.

⁷⁴ Irmã de Márcio Moreira Alves. Segundo Green (2009), Maria Helena Moreira Alves foi enviada pelo pai para um convento nos Estados Unidos, por ter se apaixonado por um líder estudantil comunista. Nessa época, a família da cientista política era desfavorável ao governo de João Goulart. Nos Estados Unidos, a brasileira se casou com um norte-americano e passou a viver em Cambridge, Massachusetts. Após o casamento, envolveu-se no movimento feminista e nas manifestações contra a guerra do Vietnã. Na década de 1970, teve uma participação importante nas atividades que denunciavam a repressão praticada pelos militares brasileiros. Seu livro, *State and Opposition in Authoritarian Brazil* é considerado, nos EUA, um clássico.

A partir de outras reuniões como essa, surgiu a ideia de publicar um livro, reunindo depoimentos de exilados; um dos objetivos dessa publicação seria promover a idéia da anistia. Cavalcanti concedeu uma entrevista a Green em 18 de julho de 2003, na qual relatou que foi Rubem Cesar Fernandes quem teve a ideia de publicar uma obra divulgando as vivências dos exilados, e que conseguiu apoio financeiro da Fundação Ford para a realização do projeto. Sobre a organização de *Memórias do Exílio*⁷⁵, Green (2009, p. 458) esclarece:

De Nova York, Rubem Cesar conseguiu dinheiro da Fundação Ford para financiar o projeto, e Pedro Celso e Jovelino Ramos deram seus nomes como editores porque já haviam regularizado seu *status* legal nos Estados Unidos. Clóvis Brigagão, Rubem Cesar Fernandes, Valentina da Rocha Lima e Marcos Arruda colaboraram nos bastidores. Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré, eminente intelectual de esquerda, “patrocinaram” o projeto porque seus nomes eram

⁷⁵ O projeto *Memórias do Exílio* foi responsável pela publicação de duas obras, que tiveram grande importância na produção desta dissertação. Um dos objetivos desse projeto foi oferecer aos exilados uma oportunidade de expressão, de contar suas vivências e as transformações pelas quais passaram durante o desterro. A primeira obra, intitulada *De muitos Caminhos*, foi publicada em Lisboa (1978) e em seguida em São Paulo (1979). Sua organização se deu da seguinte forma: em dezembro de 1974 os coordenadores enviaram cerca de mil e quinhentas cartas convidando exilados brasileiros para escreverem sobre suas experiências. Os questionamentos colocados nos convites foram: “Como é que esta internacionalização de brasileiros afeta sua visão de mundo? Como é que esta experiência modifica a visão de Brasil dos exilados? Que impacto terá sobre a cultura do país?” (CAVALCANTI; RAMOS, 1978, p. 10). Na metade do ano de 1975, houve uma mudança no projeto; devido à demora no envio da maioria das respostas, optou-se pela realização de entrevistas. Dessa forma, o projeto tornou-se mais restrito, uma vez que devido a problemas relacionados à limitação de deslocamentos, de recursos financeiros e de tempo, foi necessário restringir o número de contatados. O método utilizado nas entrevistas fundamentou-se na elaboração de dois grupos de perguntas. O primeiro se refere a situação do indivíduo antes e depois do exílio no âmbito pessoal, social e ideológico. O segundo grupo é referente às perspectivas acerca do futuro, questão geralmente marcada pelo provisório. É nessa parte que, geralmente, aparece a problemática sobre o retorno. A obra final está dividida em três partes: a primeira contém as entrevistas, na segunda parte estão as cartas enviadas em resposta aos convites iniciais, a terceira é um dossiê sobre frei Tito. A segunda obra foi publicada pelo projeto, em 1980, sob o título de *Memórias das Mulheres do Exílio*, e contou com quatro organizadoras: Albertina de Oliveira Costa, Maria Teresa Porciúncula de Moraes, Norma Marzola e Valentina Lima. O segundo volume também foi financiado pela Fundação Ford, tendo recebido ainda verba do *Social Science Research Council*, cedida por Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. As organizadoras apresentam o segundo livro como uma continuação de *De Muitos Caminhos*. Entretanto o propósito é apresentar a experiência do exílio sob a ótica da mulher, não apenas como militantes políticas, até porque nem todas desempenhavam esse papel, mas ir além, e refletir sobre questões relacionadas às transformações íntimas, à relação com filhos, à situação profissional, enfim, sobre o cotidiano. A obra chama a atenção para o caráter heterogêneo do exílio, a forma como essa experiência afeta a subjetividade do indivíduo, os diversos motivos e as várias formas de partida. Para a sua realização, foram enviados dois mil convites, que buscavam as seguintes informações sobre as exiladas: idade, razão e época em que partiu do Brasil, situação familiar, condições da partida e países de exílio. Foram requeridas também informações sobre a vida dessas mulheres antes do desterro. O resultado dessa ação foi a compilação de mais de duas mil páginas de material bruto, que foram catalogadas, e arquivadas no exterior.

mais conhecidos no Brasil e entre os exilados que viviam no exterior.

Emilia Viotti é um exemplo de intelectual brasileira que optou por viver seu período de exílio nos Estados Unidos. Em 1968, foi aposentada compulsoriamente da USP e, diante do impedimento de exercer sua profissão no Brasil, resolveu aceitar os convites para lecionar em universidades norte-americanas. No seu depoimento em *Memória das Mulheres do Exílio* (VIOTT, 1980, p. 86), a intelectual afirma que sua partida para os Estados Unidos foi motivada por duas razões. A primeira se refere ao ambiente repressivo que tomou conta do Brasil, situação que em sua concepção “tornava qualquer atividade intelectual momentaneamente impossível”. A outra razão foi a possibilidade de dar continuidade a sua carreira como professora e pesquisadora: “o processo de ensinar me leva a clarificar as idéias, organizá-las melhor e principalmente, definir prioridades, separar o essencial do não essencial. O trabalho de pesquisa dissociado do ensino foi sempre insatisfatório para mim, por isso procurei no exterior as condições que me faltavam no Brasil” (VIOTT, 1980, p. 86).

Assim, Viotti esteve, em 1970, nos Estados Unidos, como professora visitante. Após esse ano de experiência, voltou ao Brasil, onde permaneceu cerca de um ano. Em 1972, foi convidada novamente a lecionar nos Estados Unidos. Segundo Green (2009), em 1970, a historiadora brasileira foi recebida como professora visitante na Universidade de Tulane. Na vez seguinte, Viotti foi recebida pela Universidade de Illinois. Depois de passar por diversas universidades nos Estados Unidos, Viotti conquistou uma vaga como professora titular na Universidade de Yale. Em seu depoimento, menciona que o departamento de história de Yale era formado por 77 professores e ela era a única mulher que havia conseguido uma vaga como professora titular.

Para mim, naquela época, não estava claro que se tratava de um exílio: era uma tentativa de continuar o meu trabalho onde as condições existissem. Também não estava claro se essa tentativa seria viável. Não tinha uma oferta concreta de trabalho permanente. No espaço de um ano mudei-me do Brasil para Illinois, de Illinois para Massachusetts e de Massachusetts para New Haven, Connecticut, onde finalmente consegui *tenure* em Yale. Tive que adquirir uma experiência nova: ensinar História da América Latina em vez de ensinar História do Brasil, que era a minha especialidade. Foram meses de grande atividade,

buscando uma intimidade maior com esse campo, extremamente intensos em termos de descobertas intelectuais (VIOTTI, 1980, p. 391).

O depoimento de Viotti desvela um tom intimista. Nele, a historiadora menciona suas origens familiares, a formação humanitária que recebeu de seus pais, as dificuldades de conciliar o casamento com as atividades profissionais e o fato de ser vista com maus olhos pelo fato de ter priorizado a carreira profissional. Enfatiza o exílio como uma experiência dolorosa, que exige do indivíduo uma série de novos aprendizados e ajustamentos forçados, assinalando as dificuldades enfrentadas diante da necessidade de aprender a escrever e a lecionar em uma língua diferente da sua.

A essa dificuldade, agregam-se outras, como a necessidade de pesquisar sobre temas que não eram de seu interesse, mas que interessavam ao público norte-americano, situação que levava à interrupção de projetos que haviam sido iniciados ainda no Brasil e que, em 1979 – ano em que Viotti concedeu o depoimento –, ainda não tinham sido concluídos. Menciona o ambiente pouco acolhedor que encontrou após conquistar uma vaga como professora titular em Yale. Para Viotti, a competitividade é um traço forte não só do meio acadêmico norte-americano, mas de toda a sociedade nos EUA. Foi naquele meio acadêmico que pela primeira vez sentiu-se discriminada por ser mulher: “aqui descobri que cérebro tem sexo. Para uma mulher conseguir o respeito dos seus pares é bastante difícil. De fato ela precisa ser melhor do que os homens para ser aceita como igual” (VIOTTI, 1980, p. 393). Além do preconceito de gênero, havia o de origem, ou seja, a discriminação enfrentada por ser latino-americana:

Existe aqui também uma suspeição em relação aos latino-americanos que não aparece claramente quando você vem só por algum tempo. Mas eu vim para ficar, ou pelo menos assim pensava, e o fato de que sou latino-americana era um fator que contava contra mim, mesmo que estivesse sendo contratada para ensinar História da América Latina. Isto porque a reputação das universidades latino-americanas não é boa, nem é boa a reputação dos latino-americanos em geral. Aqui você tem que demonstrar - inclusive aos alunos- que o fato de você ter vindo da América Latina não significa que você não seja tão ou mais competente do que qualquer outra pessoa (VIOTTI, 1980, p. 393).

Nesse depoimento, não há registro de participação de Viotti em atividades que denunciavam o caráter repressivo do regime militar na imprensa norte-americana. Por sua vez, Green (2009) também não faz menção a qualquer participação da historiadora brasileira em alguma dessas atividades. Contudo, ressalta que Emilia Viotti “durante seu tempo como professora em Yale, foi responsável pela educação de várias gerações dentre os mais talentosos e eminentes historiadores da América Latina” (GREEN, 2009, p. 243). O depoimento de Emilia Viotti em *Memórias das Mulheres do Exílio* foi concedido em abril de 1979, período marcado pela proximidade da anistia. Assim, a fala final da historiadora expressa seus dilemas acerca da possibilidade do retorno. Em sua concepção, seria complicado retornar sem garantias de que não seria novamente perseguida; por isso, defendia que o restabelecimento da democracia seria uma garantia importante para que exilados se sentissem mais seguros, enfatizando o fato de ter reconstruído no exílio sua carreira profissional e sua vida afetiva. Dessa forma, o retorno se configuraria, para ela, como uma nova ruptura.

De acordo com Green (2009 p. 243), Abdias do Nascimento foi outro intelectual exilado nos Estados Unidos que deixou uma contribuição importante no meio acadêmico norte-americano e brasileiro. Nascimento (1978), assinala que nasceu em 1914, na cidade de Franca, localizada no interior do estado de São Paulo. Exerceu as atividades de escritor, ator, diretor de teatro, artista plástico e professor. Segundo Nascimento, desde criança sentia algo de protesto dentro de si. Logo na juventude, participou de movimentos contra o racismo e em defesa dos direitos dos negros. Nos anos 1930, na Frente Negra Brasileira (FNB), participou do movimento integralista e se aproximou do comunismo durante o período em que esteve preso – entre dezembro de 1937 e abril de 1938. Em sua concepção, até mesmo os grupos de esquerda adotavam, em diversas situações, uma postura racista e não conseguiam compreender a causa negra em sua totalidade. Em 1944, fundou o Teatro Experimental Negro (TEN) e criou, com Aguinaldo Camargo e Sebastião Rodrigues Alves, o Comitê Democrático Afro-Brasileiro. Em maio de 1968, fundou o Museu de Arte Negra.

Segundo Nascimento, seu exílio não começou em 1968, com a partida para os Estados Unidos, mas logo quando nasceu, uma vez que o povo ao qual pertence foi trazido à força do continente africano para a América. Vendo-se como um indivíduo nascido no exílio, filho de pais exilados, o intelectual afirma que, devido a essa situação, a partida para os Estados Unidos não representou para si um grande

sofrimento⁷⁶. Pelo contrário, em alguns aspectos, a vida no território norte-americano foi melhor, uma vez que nos EUA recebeu convites para lecionar em várias universidades. Recebeu também convites para participar de exposições, seminários e conferências em importantes centros de ensino superior, como Harvard, Howard, UCLA, Columbia, entre outras. Sobre o reconhecimento que obteve nos Estados Unidos destaca:

Chego aos EUA em fins de 68 para ficar um mês. Havia começado a pintar naquele período, no meu apartamento de Copacabana. Um departamento da Columbia University comprou um quadro meu por mil dólares. Uma verdadeira alegria. Não tanto pelo dinheiro em si, que não contava tanto, mas pelo reconhecimento. Em seguida a Yale School of Drama convidou-me como *lecturer* visitante. Nenhuma escola de teatro no Brasil jamais pensou na minha existência. Depois a Wesleyan University (em Middletown, Estado de Connecticut) chamou-me como *visiting fellow*, professor visitante. A seguinte foi a Universidade do Estado de Nova York, em Búfalo, me oferecendo a posição de professor associado, no departamento de estudos portorriquenhos (sic); dentro de dois anos me promoveram a *full professor*, isto é, professor catedrático, com *tenure*, ou seja, vitaliciedade (NASCIMENTO, 1978, p. 48).

Segundo Green (2009, p. 241), o ativista da causa negra “aceitou uma bolsa da Fundação Fairfield para fazer uma série de conferências nos Estados Unidos”. Com a promulgação do AI 5 e o consequente acirramento da repressão, Nascimento optou por permanecer no território norte-americano. Seu retorno ao Brasil aconteceu apenas em 1981. Outro ponto relevante que Green (2009) aponta acerca da trajetória do ativista brasileiro é o encontro de Nascimento com Leonel Brizola, em Nova Iorque. Após a ascensão dos militares em 1964, Brizola, que apoiava Goulart, exilou-se no Uruguai. Entretanto, em 1977, o governo uruguaio revogou o direito de asilo concedido a Brizola, quando o líder do PTB conseguiu um visto de entrada para os Estados Unidos e partiu com destino a Nova Iorque.

De acordo com Green (2009, p. 460), a opção do ex-governador do Rio Grande do Sul por Nova Iorque foi motivada pelo fato de que essa cidade funcionava

⁷⁶ “Já disse e repito, sempre fui um exilado em meu próprio país, não tenho uma “terra natal”. Ou melhor, tenho: África. A sociedade brasileira recusou minhas raízes africanas, quis cortá-las, arrancá-las à força, fazer de mim um desenraizado. Tive de lançar minhas raízes de cima para baixo, pelo esforço consciente, lançando-as no ar como certas plantas fazem. Não foi a vinda para os Estados Unidos que criou meu exílio. Pelo contrário: aqui pude me expressar muito melhor, continuando o que já fazia, noutro contexto (NASCIMENTO, 1978, p. 48).

como “uma encruzilhada internacional que facilitava os contatos de Brizola com os adversários norte-americanos do regime militar, assim como com os que viviam no exílio na Europa”. Nesse período, o político brasileiro havia se aproximado da social-democracia europeia, e encontrava-se absorvido pelas discussões acerca da anistia e desembarcou nos Estados Unidos elogiando a ênfase do governo Carter nos direitos humanos. O encontro de Abdias do Nascimento e Leonel Brizola foi organizado por Clóvis Brigagão, cientista político brasileiro, que nesse período fazia doutorado na Universidade de Chicago⁷⁷.

Brigagão, assim como outros estudantes brasileiros residentes nos EUA, dedicava-se de forma discreta às atividades que denunciavam as arbitrariedades da ditadura militar. Havia esse cuidado para que os estudantes brasileiros não tivessem problemas com o serviço de imigração. O encontro de Nascimento com Brizola ocorreu no apartamento de Brigagão e, durante uma noite inteira, o ativista expôs ao líder do PTB suas convicções sobre a dura realidade que os negros enfrentavam no Brasil. Brigagão concedeu uma entrevista a Green, em 17 de junho de 2003, na qual informou que essa ocasião despertou Brizola para a questão negra (GREEN, 2009). A partir de então, os dois líderes passaram a ter uma convivência mais estreita. Em 1982, Nascimento aliou-se a Brizola, no Rio de Janeiro, e foi eleito deputado, tornando-se o primeiro membro do Congresso a advogar em defesa dos negros.

A obtenção do visto para os Estados Unidos, por Brizola, se explica pelo fato de Jimmy Carter, durante seu mandato presidencial, ter convidado Andrew Young para ser o embaixador dos EUA junto as Nações Unidas. Young era um importante líder afro-americano na luta pelos direitos civis. Fora assessor de Martin Luther King e no final da década de setenta foi eleito, pela segunda vez, deputado pelo estado da Geórgia. De acordo com Green (2009, p. 446), Young ao assumir seu novo posto junto à ONU, “convidou Brady Tyson para servir no governo e trabalhar com direitos humanos na América Latina”. Como já foi referido anteriormente, Tyson era um missionário metodista, que atuava no Brasil na época em que o golpe militar foi deflagrado. Em dezembro de 1965, foi instado pelos militares a deixar o Brasil, sob a

⁷⁷ Green (2009) informa que Clóvis Brigagão foi preso em 1971 pelos militares, sob a acusação de envolvimento em atividades subversivas. Em setembro desse mesmo ano, conseguiu uma bolsa de estudos da Fundação Ford, para estudar no Colégio do México. Em seguida, recebeu apoio financeiro dessa mesma instituição para fazer doutorado em Ciências Políticas na Universidade de Chicago. Nos Estados Unidos, Brigagão participou do Grupo de Ação de Chicago para a Libertação das Américas (CAGLAS) e fundou outro grupo denominado Libertação Brasil (LIBRA), que se atribuía a missão de denunciar as arbitrariedades da ditadura brasileira.

acusação de exercer atividades subversivas. De acordo com o que Clóvis Brigagão informou a Green (2009), foi por meio de contatos com Tyson e Young que Brizola conseguiu obter o visto para os Estados Unidos.

A estadia de Brizola nos Estados Unidos foi anunciada pelo *The New York Times* em 5 de maio de 1978, num artigo intitulado “*Pressões por Mudança no Brasil*”, no qual o jornalista Tom Wicker traça um contraponto entre as atitudes de Brizola no início da década de 1960 e no final da de 1970. O jornalista informa que o político brasileiro encontrava-se em Nova Iorque e estava esperançoso diante da possibilidade da decretação da anistia (WICKER, 1978). Ele afirma que Brizola, nos primeiros anos da década de 1960, era um dos mais destacados líderes populistas do Brasil. O jornalista do *Times* menciona a expropriação de uma empresa norte-americana de telefonia, que Brizola promoveu enquanto era governador no Rio Grande do Sul, como exemplo de política nacionalista. Também é mencionado no artigo uma fala do presidente Kennedy, em uma entrevista coletiva, na qual o ex-presidente afirmou que Brizola “não podia ser identificado como um amigo dos Estados Unidos com frequência” (WICKER, 1978. Traduzimos).

Já em fins da década de 1970, após quatorze anos de exílio, Brizola é descrito pelo articulista como um indivíduo mais maduro no âmbito pessoal e político, defensor de uma transição moderada do regime ditatorial para o democrático e que estava ansioso para retomar sua carreira política e ver a anistia ser decretada (WICKER, 1978). Segundo o jornalista norte-americano, Leonel Brizola “insistia [...] que a oposição não quer anarquia ou vingança – e que o apogeu “da era do radicalismo” no golpe militar de 1964 há muito se foi” (WICKER, 1978. Traduzimos). Apesar das expectativas desse político brasileiro, o artigo do *Times* evidencia que ao mesmo tempo em que os militares davam sinais de liberalização do regime, como a diminuição da censura nos jornais, também sinalizava demonstrações de continuidade da ditadura, como a escolha do general João Baptista Figueiredo, conhecido por sua participação em atos de repressão, para ser sucessor de Geisel. Nessa conjuntura, Tom Wicker (1978) acreditava que provavelmente a anistia não seria concedida com a rapidez que Brizola almejava.

Outros Militantes da Esquerda Brasileira nos Estados Unidos

Não foram apenas intelectuais renomados e políticos que estiveram nos Estados Unidos fugindo da ditadura militar brasileira. Outros indivíduos, apesar da militância em movimentos esquerdistas, muitos ainda estudantes, também conseguiram autorização para entrar naquele país. Para a obtenção do visto, valeram-se de contatos com familiares que lá viviam, com instituições religiosas e funcionários do Departamento de Estado; houve até mesmo casos de uso de dupla nacionalidade, como o de Jean Marc Von der Weid – brasileiro e suíço. Nesse tópico, será focalizada a atuação de três brasileiros que estiveram nos Estados Unidos como exilados políticos após terem saído das prisões do regime militar. Esses estudantes são Anivaldo Padilha, Marcos Arruda e o já mencionado Jean Marc Von der Weid.

Anivaldo Padilha era um protestante progressista, proveniente de uma família mineira metodista, que, na década de 1950 mudou-se para São Paulo. Segundo Green (2009, p. 308), Padilha tornou-se um líder leigo na igreja metodista, atuante junto aos jovens: “era o diretor do Departamento de Juventude da Igreja Metodista do Brasil e representava os metodistas na União Latino-Americana de Juventudes Evangélicas, que era apoiada pelo World Council of Churches”. Participava também de outro movimento protestante, denominado Movimento Estudantil Cristão. Foi após o golpe militar que Padilha começou a se aproximar da esquerda. Em 1967, quando era aluno da USP, filiou-se à Ação Popular. Essa nova opção não significou para ele um abandono das atividades da Igreja Metodista, nem a adoção de uma postura contraditória.

“Meu trabalho estava muito mais voltado a uma ação cultural, lidando principalmente com a juventude para ajudar a Igreja a entender a situação política [...] e participar mais na ação política”. Niva não via muita contradição entre sua militância na esquerda e seu ativismo na Igreja Metodista: “O meu trabalho na AP e a Igreja fazia parte da mesma luta contra a repressão [...]. O trabalho que estava fazendo dentro da Igreja era levá-la a tomar uma atitude firme contra a ditadura e lutar pelas liberdades democráticas e os direitos humanos” (GREEN, 2009, p. 308).

Anivaldo Padilha foi preso em 28 de fevereiro de 1970, durante participação em ato da Ação Popular, na qual fora designado, juntamente com uma colega chamada Eliana, para buscar documentos da organização, que estavam guardados temporariamente na casa do tio de um outro membro da AP. A ação do grupo foi

desmontada devido ao fato de o dono da casa onde os documentos estavam guardados ser informante da polícia. Quando Padilha entrou na residência para pegar o pacote, se deparou com policiais portando metralhadoras. Ele e a colega foram levados para a sede da Operação Bandeirantes. Nesse local, o militante metodista foi submetido a choques elétricos⁷⁸, palmatória e sofreu golpes no estômago e no peito.

Logo após a primeira sessão de tortura, Padilha afirma ter caído em depressão profunda, pois temia não suportar a dor e acabar revelando informações. Outro temor seu foi perder a lucidez. Além disso, enquanto estava na prisão, começou a ter dificuldades para dormir. Marcelo Viñar destaca que um dos objetivos da tortura é provocar descontrole físico e psicológico em suas vítimas; em outras palavras, procura-se induzir o indivíduo ao enlouquecimento, à rejeição de suas crenças e ideais. Esse processo é denominado pelo psiquiatra uruguaio como *demolição*. O psiquiatra menciona o exemplo de um paciente, o qual denomina como Pedro, que durante seu processo de *demolição* começou a sentir admiração pelo policial que o torturava. Entretanto, segundo Viñar (1992, em alguns momentos Pedro conseguia recobrar a consciência e perceber as atrocidades a que estava sendo submetido⁷⁹:

O outro Pedro que nascia, aceitava o oficial e rejeitava os seus e seu mundo. Nos momentos onde, saindo do aniquilamento, podia descolar-se da fascinação, perguntava-se o que fazer com esse traidor, com esse ser novo e desconhecido que tinha nascido nele; o que fazer com a força irresistível que o acoitava e o constrangia a se unir aqueles que reconhecia claramente em seus momentos de lucidez como inimigos torturadores (VIÑAR, Marcelo, 1992, p. 41).

⁷⁸ Padilha foi colocado inclusive na “Cadeira do Dragão”, um dos métodos mais brutais de tortura. Trata-se de uma cadeira pesada, forrada com metal e ligada a uma corrente elétrica. Foi obrigado a sentar-se nesse instrumento de tortura e, devido a intensidade dos choques, sofreu convulsões (GREEN, 2009). Essa técnica de tortura também é mencionada em *Brasil Nunca Mais*, no inquérito de José Milton Ferreira de Almeida: “sentou-se numa cadeira conhecida como cadeira do dragão, que é uma cadeira extremamente pesada, cujo assento é de zinco, e que na parte posterior tem uma proeminência para ser introduzido um dos terminais da máquina de choque, chamado magneto; além disso, a cadeira apresentava uma travessa de madeira que empurrava as suas pernas para trás, de modo que a cada espasmo de descarga as pernas batessem na travessa citada, provocando ferimentos profundos (ARQUIDIOCESE..., 1985, p. 36).

⁷⁹ Pedro era um militante marxista que não apoiava as ações da guerrilha. Suas atividades políticas estavam circunscritas ao plano democrático. Mesmo assim, foi considerado um elemento subversivo pela ditadura uruguaia. Depois de libertado, passou a agir de forma apática e melancólica. Além disso, não conseguiu reatar os laços familiares com sua esposa e filhos. Partiu sozinho para o exílio, onde se refugiou no trabalho (VIÑAR, Marcelo, 1992).

De acordo com Marcelo Viñar (1992), as reações diante da tortura variam de acordo com a estrutura individual e o contexto em que o prisioneiro está inserido. O depoimento de Anivaldo Padilha revela que o militante metodista conseguiu criar um mecanismo psicológico, ao reafirmar seus ideais, o que lhe permitiu manter a lucidez e responsabilizar seus agressores e não a si mesmo, pelas violações que estava sofrendo:

“Pensei: não estou aqui por acaso. Estou aqui porque me comprometi há muitos anos a lutar pela justiça e liberdade neste país.” Durante as sessões de tortura, um dos membros da equipe de “interrogadores” gritava: “Fale tudo, porque a guerra para você acabou”. Naquela noite, entre visões do passado e momentos de introspecção, Niva concluiu que a prisão também era uma das frentes de batalha. “Lembro de ter dito para mim mesmo: ‘A guerra não acabou. Para mim só vai acabar quando eu morrer [...]. Eles que assumam a responsabilidade pela minha morte, não eu’. Pensei que até minha morte podia ser útil para chamar atenção e despertar a consciência de muitas pessoas no Brasil.” Com esses pensamentos ele reverteu a situação psicológica, responsabilizando seus adversários (GREEN, 2009, p., 313).

Anivaldo Padilha conseguiu liberdade condicional e antes de ser obrigado a enfrentar novo julgamento, partiu para o Uruguai, auxiliado por uma rede de religiosos ecumênicos que ofereciam apoio para perseguidos políticos. Após permanecer por alguns dias em Montevideú, partiu para a Argentina e em seguida para o Chile. Por fim, por meio de contatos com o Conselho Nacional das Igrejas, o militante metodista conseguiu visto para os Estados Unidos; também foi-lhe valioso o apoio de uma irmã, que lá vivia. Chegando a Washington, recebeu ajuda de Brady Tyson e conseguiu uma bolsa de estudos para um curso de inglês, o que possibilitou uma prorrogação do visto. Os dois se conheciam desde a época em que Tyson foi missionário no Brasil.

Nos EUA, Padilha atuou de diversas formas nas atividades que denunciavam a repressão praticada pelos militares brasileiros. Viajou por quase todos os cinquenta estados, participando de palestras e debates que ressaltavam a difícil situação política e social que o Brasil enfrentava, colaborando também na produção de artigos que denunciavam a ditadura. Em 1973, quando Salvador Allende foi deposto no Chile, Padilha reverberou as denúncias às perseguições promovidas pelos militares desse país latino-americano, onde se encontrava grande número de exilados brasileiros.

Foi nos Estados Unidos que Anivaldo Padilha teve a oportunidade de conhecer Marcos Arruda, outro exilado político brasileiro, que, após ter permanecido nove meses

na prisão, também partiu para os Estados Unidos. Apesar de ambos pertencerem à Ação Popular, só tiveram a oportunidade de se conhecer no exílio. Padilha, durante o período em que esteve preso, soube dos horrores a que Marcos Arruda fora submetido enquanto estivera na cadeia. Segundo Green (2009, p. 315), os dois brasileiros se conheceram quando “acabaram hospedados em uma casa de propriedade da Igreja Presbiteriana, enquanto Niva estudava inglês. Ambos tinham afinidades políticas e talvez o passado religioso comum tivesse proporcionado perfeitas condições para colaboração imediata”.

Marcos Arruda, por sua vez, era um militante ligado ao meio católico. Durante dois anos e meio estudou em um seminário; todavia, percebeu que não tinha vocação para a carreira religiosa e optou por prestar vestibular para geologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e atuar na Juventude Universitária Católica. Foi presidente da Executiva Nacional dos Estudantes de Geologia. Segundo Green (2009, p. 88), Arruda defendia, em termos profissionais e políticos, que “o Brasil deveria extrair suas jazidas minerais no contexto de um modelo econômico que beneficiasse o desenvolvimento nacional de preferência aos interesses das empresas mineradoras estrangeiras”. No final de 1964, concluiu a graduação e nesse mesmo ano começou a se aproximar da AP. Três anos mais tarde, decidiu mudar-se para São Paulo.

Green (2009) afirma que Arruda partiu para São Paulo em busca de oportunidades de trabalho, uma vez que no Rio era procurado pela polícia política e não conseguia emprego. Em São Paulo, trabalhou como professor de geologia em uma escola secundária e deu continuidade à militância. Em 1968, seguindo as orientações da AP, que estimulava a proletarização de seus quadros, o militante católico passou a trabalhar como operário em uma fundição, onde enfrentava uma rotina extenuante. Em 11 de maio de 1970, Marcos Arruda foi preso sob a acusação de estar envolvido em ações armadas. Seu encarceramento durou nove meses, período em que foi barbaramente torturado.

Lina Penna Sattamini, mãe do geólogo, escreveu um livro retratando os horrores que seu filho sofreu na prisão e a luta da família para conseguir sua libertação. Somente após vinte e quatro dias de prisão é que a família foi avisada por meio de um telefonema. A partir de então, começou a peregrinação para descobrir onde ele estava encarcerado. Após informações desencontradas e descasos, conseguiram descobrir que o local era a Operação Bandeirante (Oban). Quando foi transferido da prisão para o hospital militar, o capelão, vendo seu estado, concedeu-lhe a extrema unção e a absolvição. A gravidade do estado físico de Arruda é atestada pelo depoimento de

Marlene de Sousa Soccas, também presa política, que os militares alegavam de ser amante do geólogo:

Supunham que eu estivesse ligada a Marcos P. Sattamini de Arruda, geólogo, que há mais de um mês vinha sendo torturado. Levaram-me à sala de tortura e um dos torturadores, Capitão do Exército, avisou: ‘Prepare-se para ver entrar o Frankenstein’. Vi entrar aquele cidadão com o passo lento e incerto, apoiando-se na bengala, uma das pálpebras caídas, a boca contorcida, os músculos do abdômen tremendo constantemente, incapaz de articular bem as palavras. Ele havia sido hospitalizado entre a vida e a morte, após o violento traumatismo que sofreu nas torturas. Disseram: ‘Obrigue-o a falar porque a Gestapo não tem mais paciência e se um de vocês não falar, nós o mataremos e a morte dele será sua responsabilidade’. Não falamos, não por heroísmo, mas porque nada tínhamos a falar (Sousa apud SATTAMINI, 2000, p. 21).

No hospital, Marcos Arruda apresentou convulsões frequentes, tremores em todo o corpo, permaneceu alguns dias em estado de amnésia, não conseguia levantar as pálpebras e caminhava com dificuldade devido a um grave ferimento na perna esquerda, que a deixou paralisada; havia ainda hematomas e queimaduras nos ombros feitas com cigarro⁸⁰. Mesmo no hospital, o geólogo continuou sofrendo agressões físicas e ameaças de ser novamente encarcerado e de seus familiares serem submetidos ao mesmo tratamento brutal. Desde a data em que foi preso, 11 de maio de 1970, até agosto do mesmo ano, o militante permaneceu em reclusão e incomunicável. Quando a mãe e a avó finalmente conseguiram autorização para vê-lo, encontraram-no em meio a uma crise convulsiva, completamente só, na enfermaria do hospital.

Após grande mobilização, a família de Marcos Arruda conseguiu sua libertação. Nesse período, Lina Sattamini trabalhava nos Estados Unidos, como interprete *free-lance* e prestava serviço para a Usaid. A tradutora utilizou seus contatos no meio diplomático norte-americano para conseguir localizar e libertar seu filho, e contou com o apoio de seus familiares para estabelecer contato com generais e outras

⁸⁰ Lina Sattamini (2000, p. 166) afirma que as sessões de tortura deixaram marcas no corpo do seu filho: “uma seqüela é a do antebraço esquerdo, que tem um edema crônico do pulso até o cotovelo. Arrebentaram-lhe os vasos linfáticos no pau-de-arara e nas algemas móveis (que apertam com qualquer movimento), tendo os médicos recomendado que evite qualquer infecção ali, pois não há mais defesa do sistema imunológico. O imunologista que consulta com certa regularidade deu-lhe um atestado de que esta lesão foi causada pela tortura.” As outras marcas deixadas foram as cicatrizes do ombro direito provocadas pelas queimaduras feitas com cigarro e outra cicatriz no dedo mínimo do pé deixada pelos choques elétricos. Além disso, Marcos Arruda sofreu traumatismo no ombro esquerdo, provocado pelo pau-de-arara, que fez com que ficasse desigual em relação ao ombro direito.

autoridades brasileiras. Sattamini procurou ajuda também junto a organismos internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Comissão Internacional de Juristas, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Anistia Internacional. Foi essa última instituição que mais conferiu atenção ao caso de Marcos Arruda, adotando-o como prisioneiro de consciência.

O geólogo foi libertado em 1^o de fevereiro de 1971. Sua família mal foi avisada sobre sua libertação; ele apenas teve a autorização para avisar sua avó momentos antes da saída e, mesmo na entrevista que antecedeu a sua libertação, recebeu insultos e ameaças. No livro, Sattamini afirma que o estado físico de Arruda ao ser libertado era bom. Contudo, psicologicamente, estava muito abalado. Sentia-se deprimido, chorava com frequência e apresentava tremores nos músculos da face quando ficava nervoso. No começo de maio de 1971, durante um coquetel organizado por Sattamini, para comemorar a libertação de seu filho e agradecer às pessoas que haviam ajudado, o advogado responsável pelo caso, Técio Lins e Silva, informou que os militares planejavam prender o geólogo novamente, alegando envolvimento em atos terroristas.

Diante dessa nova ameaça de prisão, em 8 de maio de 1971, Marcos Arruda partiu para os Estados Unidos, acompanhado de sua mãe. O visto foi obtido por meio dos contatos que Lina tinha no meio diplomático norte-americano. Na parte dos agradecimentos de seu livro, Sattamini (2000, p. 14) agradece o apoio recebido de “Mr. Reardon, Cônsul Geral dos Estados Unidos – por nos ter acompanhado a uma malsucedida visita, demonstrando grande interesse, e por ter facilitado o visto para quando fomos para os EUA”. Inicialmente, o geólogo obteve um visto de estudante; chegando ao território norte-americano, começou a procurar meios para a obtenção de um visto permanente, que foi concedido em 1977.

Nos Estados Unidos, Arruda voltou a estudar e participou de diversas atividades que denunciavam o regime militar brasileiro. Matriculou-se no mestrado em Economia da American University e fez doutorado em Filosofia. Teve a oportunidade de desenvolver projetos de trabalho na Suíça e em países africanos. Nos Estados Unidos, ajudou a organizar manifestações de protesto contra a repressão no Brasil, proferiu palestras em universidades e igrejas, relatando o que lhe havia acontecido, concedeu entrevistas em programas de televisão e em jornais. Lina Sattamini (2000) descreve uma manifestação em Washington, durante uma visita de Médici aos Estados Unidos, em 8 de dezembro de 1971, na qual seu filho atuou nos preparativos:

Havíamos combinado tudo com antecedência, meu marido Augusto, eu, um casal de americanos do CARIB (Comitê Contra a Repressão no Brasil) e o grupo de teatro EARTH ONION. Marcos ajudou a preparar toda a ação, mas achou melhor não participar. Tirou fotos de como ficou pendurado no pau de arara, encapuçado, etc. As fotos ficaram expostas defronte a Casa Branca.

Escolhemos a Praça Lafayette, bem defronte do Palácio Presidencial do governo dos EUA. Levamos cartazes com informações, diagramas e fotos sobre o Brasil da ditadura, dados sobre outras presas e presos políticos e uma enorme faixa escrita “STOP U. S. DOLAR CUMPLICITY WITH BRAZILIAN TORTURE”. Na época, sabíamos que os EUA não só haviam participado na articulação e financiamento do golpe militar de 1964, mas também que continuavam transferindo milhões de dólares de “ajuda”, sobretudo militar, à ditadura brasileira; e continuavam a gastar dinheiro público treinando policiais e militares latino-americanos no Panamá (SATTAMINI, 2000, p. 126).

De acordo com Green (2009), os motivos que compeliavam os exilados brasileiros a adotarem uma postura mais reservada, de procurar não aparecer nas manifestações, estavam relacionados a temores de sofrer perseguições. Temia-se que o regime militar colocasse agentes infiltrados nos grupos, que os familiares que haviam permanecido no Brasil sofressem alguma forma de retaliação, ou que isso acontecesse com os próprios exilados quando retornassem ao Brasil. Agrega-se à questão, o fato de os exilados temerem ter problemas com o Serviço de Imigração e Naturalização nos Estados Unidos. No entanto, Marcos Arruda nem sempre procurou agir de forma discreta. É o que atesta uma entrevista que ele concedeu a Dan Griffin, jornalista do *The Washington Post*, publicada em 19 de setembro de 1971 (GRIFFIN, 1971).

A reportagem narra com detalhes a trajetória de Marcos Arruda desde a época em foi seminarista jesuíta, no Rio de Janeiro, até a partida para o exílio. Griffin (1971) menciona que Arruda deixou o seminário para cursar geologia, com a esperança de que pudesse contribuir, para que as riquezas minerais do Brasil beneficiassem a toda a população. Contudo, o jovem geólogo sentiu-se desiludido ao perceber que essas riquezas traziam benefícios apenas para as empresas estrangeiras e para uma pequena classe privilegiada brasileira.

O jornalista do *Post* informa ainda que o exilado brasileiro trabalhou em duas fábricas no Rio de Janeiro, experiência que lhe possibilitou conhecer na prática a dura realidade enfrentada pelos operários, que eram submetidos a uma jornada de trabalho

que variava entre doze e quatorze horas diárias, trabalhavam seis dias por semana e recebiam um salário miserável. Essa longa jornada favorecia o aparecimento ou agravamento de problemas de saúde. Arruda foi demitido da primeira fábrica após informar ao seu superior que estava com problemas respiratórios e que o médico havia recomendado que sua carga horária fosse reduzida. Na segunda indústria em que trabalhou, Arruda tentou realizar também um trabalho de conscientização junto aos demais operários, tendo sido convidado a se demitir após solicitar redução da jornada semanal de trabalho na fábrica e alguns horários de dispensas para poder lecionar.

Griffin (1971) destaca que o brasileiro foi preso menos de um mês após ter sido demitido da segunda fábrica, quando ia oferecer ajuda a Marlene Souza Soccas, que pertencia a um grupo considerado subversivo pelos militares. Tratava-se, na verdade, de uma emboscada; Marlene havia sido presa e, durante uma sessão de tortura, mencionou o nome de Marcos Arruda. Os policiais forçaram-na a marcar um encontro com o geólogo, que acabou preso em uma situação totalmente ilegal.

Marcos Arruda relatou ao jornalista que fora submetido a torturas assim que chegou à sede da Operação Bandeirante, localizada no bairro do Ibirapuera em São Paulo. Já a caminho do primeiro interrogatório, foi atingido por pontapés e golpes. Quando chegou a sala onde seria interrogado, continuou sendo espancado. Os policiais queriam saber a qual organização Marcos Arruda pertencia e os nomes dos seus companheiros de militância (GRIFFIN, 1971). Como o geólogo negava pertencer a alguma organização, os policiais obrigaram-no a se despir, suas mãos foram amarradas com uma corda áspera; ele foi colocado no pau-de-arara e recebeu choques em várias partes do corpo. A matéria faz um relato detalhado das torturas a que Arruda fora submetido:

Os choques, os espancamentos e as perguntas persistiam por longas horas. “Quando eu começava a desmaiar, eles derramavam água no meu corpo para aumentar o fluxo de energia. Eles tiravam o fio metálico dos meus testículos e começavam a colocá-lo no meu rosto e na minha cabeça, dando-me choques terríveis na face, nas orelhas, nos olhos, boca e nariz (GRIFFIN, 1971. Traduzimos).

Na reportagem, Arruda afirmou que acreditava que não fosse sobreviver devido aos graves ferimentos provocados pela tortura. Afirma que seu corpo ficou desidratado, suas mãos completamente feridas, não conseguia mover as pálpebras, sentia dificuldade para respirar e falar, uma vez que os choques que recebeu na língua

fizeram que ela ficasse contorcida contra o céu da boca. Sobre outros horrores sofridos na câmara de tortura, o geólogo relatou: “eles atingiram meus testículos com a ponta de um cano. Queimaram meus ombros com cigarros acesos. Colocaram o cano de um revólver na minha boca e ameaçaram atirar. Eles ameaçaram me estuprar. De repente meu corpo começou a tremer e se contorcer todo, como se ele houvesse sido atingido por um terremoto” (Arruda apud GRIFFIN, 1971. Traduzimos).

O geólogo afirma que chegou a perder a consciência durante uma sessão de tortura, e um médico teve de ser chamado para reanimá-lo. Em seguida, foi levado para dormir na mesma sala onde havia sido torturado. No dia seguinte, quando foi acordado, seu estado físico não havia melhorado. Afirma que seu corpo continuava tremendo, as pálpebras imóveis, “a perna esquerda estava dura, como um pedaço de madeira e o pé estava retorcido para baixo com [os] dedos enrolados para cima imóveis. O dedo mínimo estava como um pequeno pedaço de carvão”(GRIFFIN, 1971. Traduzimos). Diante dessa grave situação, os policiais resolveram encaminhar Marcos Arruda para o hospital militar, em São Paulo. Foi nessa ocasião, que o capelão do hospital concedeu a extrema unção e a absolvição ao ex-seminarista (GRIFFIN, 1971).

No hospital, sua recuperação ocorria de forma lenta. Marcos Arruda relatou que, mesmo internado, continuou sofrendo ameaças e recebendo maus tratos. Ademais, mesmo estando ainda bastante ferido, foi levado de volta para a sede da Oban, onde presenciou a tortura de Marlene Souza Soccas. Devido ao seu estado debilitado, os policiais temiam que ele não suportasse as sevícias e acabasse falecendo. Assim, levaram-no para assistir ao interrogatório de Soccas, que recebia choques elétricos. Concomitantemente, os militares o pressionavam para que ele informasse a organização a que pertencia e quem eram seus companheiros. Marcos Arruda afirma que, mesmo diante dessa difícil situação, não mencionou nenhuma informação, mas que, no dia seguinte, concordou em redigir uma declaração diante das ameaças de que seus familiares seriam capturados e Marlene seria submetida a uma nova sessão de tortura.

Poucos dias depois, Arruda foi encaminhado novamente para o hospital militar de São Paulo. Após muito esforço, seus familiares conseguiram autorização para vê-lo e transferi-lo para um hospital no Rio de Janeiro, cidade onde a avó, o pai, e os irmãos de Marcos viviam. Griffin (1971) afirma que o fato de Lina Sattamini ter adquirido cidadania norte-americana e prestar serviços para o Departamento de Estado fez que os militares se sentissem intimidados diante da repercussão que a prisão de Marcos Arruda

puдesse ter no exterior. O geólogo relatou ao jornalista norte-americano as ameaças que os militares lhe fizeram pouco antes de ser libertado:

“Sua mãe anda fazendo propaganda contra o Brasil nos Estados Unidos. Ela é naturalizada como cidadã americana, mas você é brasileiro e está sob nossa total jurisdição, compreende?”
Eles também disseram a Marcos que ele poderia imaginar como seria seu fim se caísse novamente nas mãos da polícia do exército. Então o libertaram (GRIFFIN, 1971. Traduzimos).

Dan Griffin afirma, na reportagem, que representantes do governo brasileiro admitiram que apesar da tortura existir no Brasil, tal prática não podia ser considerada uma política do governo, mas sim “um fenômeno isolado, o resultado de excessos individuais que podem ocorrer nos fundos das delegacias de qualquer lugar do mundo”. Entretanto, Marcos Arruda relatou ao jornalista norte-americano que não “acreditava que a tortura possa acontecer nos níveis mais baixos da polícia, sem o conhecimento dos níveis mais altos” (GRIFFIN, 1971. Traduzimos). Na concepção do exilado brasileiro, a tortura era uma prática permitida pelo regime e que até os mais altos escalões tinham conhecimento da sua existência.

Arruda afirma ainda que a política do regime militar privilegiava os interesses das empresas estrangeiras, dos grandes proprietários de terra e das elites nacionais, com o fim de manter o *status quo* que privilegiava a manutenção da concentração de renda no país. Na reportagem, Griffin mencionou que os estudos realizados por Celso Furtado corroboravam as afirmações de Arruda acerca da má distribuição dos recursos econômicos no Brasil. O geólogo também mencionou outras questões que demonstravam o caráter repressivo do regime militar, como a perseguição a todas as formas de oposição, a cassação de direitos políticos, a proibição de greves e manifestações, a suspensão das eleições e a imposição da censura aos meios de comunicação (GRIFFIN, 1971).

A embaixada brasileira em Washington não quis comentar o caso de Marcos Arruda e declarou que não tinha informações diretas sobre o assunto (GRIFFIN 1971). O longo artigo sobre Marcos Arruda, que continha inclusive uma foto do rosto do jovem, publicado por um dos mais importantes jornais dos Estados Unidos representou uma vitória dos ativistas norte-americanos e exilados brasileiros que viam nessas denúncias uma possibilidade de mostrar as violações praticadas pela ditadura militar no Brasil.

Segundo Lina Sattamini (2000, em 25 de janeiro de 1979, após oito anos de exílio, Marcos Arruda visitou o Brasil pela primeira vez. Seu advogado, Técio Lins e Silva, assegurou-lhe que não correria risco, desde que tomasse algumas precauções. No dia da chegada, um grupo de cerca de oitenta pessoas, formado por familiares, amigos, mães de outros exilados e imprensa, o aguardavam no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Ao desembarcar, Arruda foi detido pela polícia de imigração e foi interrogado por cerca de três horas. Sattamini (2000, p. 160) afirma que os policiais “isolaram Marcos numa sala e fizeram um sem-número de perguntas e algumas ameaças. Revistaram minuciosamente sua bagagem, dizendo que ele podia ser ‘pombo correio da subversão no exterior’. Seqüestraram livros, diapositivos e discos que ele trazia consigo”. Em seguida, Marcos Arruda foi liberado, mas teve de comparecer a outros dois interrogatórios durante sua permanência no Brasil.

Para evitar maiores problemas, o advogado de Arruda, o aconselhou a não sair sozinho, evitar contato com pessoas consideradas subversivas pelo regime e permanecer na cidade do Rio de Janeiro. Acatados os conselhos, a viagem programada para até 17 de fevereiro de 1979 ocorreu sem maiores transtornos. À época, o ex-seminarista trabalhava como consultor econômico do Conselho Mundial das Igrejas, sediado em Genebra, e estava desenvolvendo projetos na África. Seu retorno definitivo para o Brasil ocorreu apenas após a decretação da lei da Anistia.

Jean Marc von der Weid é outro estudante brasileiro que esteve nos Estados Unidos, atuando em atividades que denunciavam o caráter repressivo do regime. Segundo Green (2009), Von der Weid começou a participar do movimento estudantil em 1966, época em que era estudante secundarista. Após entrar para o curso de química da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Envolveu-se no movimento estudantil, assumindo posição de liderança, passando a fazer parte da Ação Popular. Desde fins de 1968, passou a ser procurado pelos militares, situação que o obrigou a viver na clandestinidade. Sua mãe, Regina von der Weid, participava da associação de mães que ofereciam apoio a jovens que estavam presos ou viviam na clandestinidade, e participou também da fundação do Movimento Feminino pela Anistia.

O líder estudantil foi preso e torturado pelos militares. Em 1971 foi um dos 69 presos políticos trocados pelo embaixador suíço, quando, em conjunto com os demais companheiros, foi banido pelo regime militar e enviado para o Chile. Foi convidado duas vezes, em meados 1972 e depois em 1973, por Marcos Arruda para ir aos Estados Unidos atuar na campanha contra a ditadura militar. Sua entrada no território norte-

americano foi facilitada por possuir dupla nacionalidade, uma vez que era filho de um geólogo suíço. Segundo Green (2009, p. 376), Von der Weid “viajava com passaporte suíço e conseguiu entrar nos Estados Unidos driblando o radar do Departamento de Estado”.

Durante suas visitas, proferiu palestras e, mais especificamente na primeira visita, que durou cerca de um mês, estabeleceu contatos com políticos norte-americanos, na tentativa de que a ajuda militar oferecida ao Brasil pelo governo daquele país fosse suspensa, caso as violações aos direitos humanos continuassem. Esses contatos foram possibilitados por meio da ajuda de Brady Tyson e de Marcos Arruda. Segundo Green (2009), apesar dessa tentativa de Jean Marc von der Weid ter sido infrutífera, nessa época, a imprensa norte-americana enfatizava bastante o caráter repressivo da ditadura brasileira, não caracterizando-a apenas como uma ação que salvara o país do comunismo.

Em entrevista concedida a Green (2009, p. 376) em 10 de novembro de 2002, mencionou que “resolvera viajar para lá [Estados Unidos] por se tratar do ‘centro de poder’. Embora fosse possível pressionar países europeus a fazer alguma coisa a respeito da situação do Brasil, ele comentou: ‘O que vinha dos Estados Unidos era o que repercutia com força, o que era levado muito mais em conta pelo governo brasileiro’”. As palestras das quais Von der Weid participou nos Estados Unidos foram organizadas por Paul Silberstein, um estudante norte-americano que, assim que concluiu seu curso de graduação, em 1966, inscreveu-se como voluntário nos Corpos da Paz e viajou para o Brasil. Quando seu período nesse programa se encerrou, inscreveu-se em curso de mestrado em Antropologia, no Museu Nacional no Rio de Janeiro. Em 1969, foi chamado aos Estados Unidos para cumprir serviço militar e, como não queria seguir para o Vietnã, inscreveu-se em um curso de pós-graduação em Berkeley, conseguindo adiar sua ida para o *front*. Green (2009) afirma que entre 1969 e 1975, Silberstein desempenhou um papel importante nas atividades que denunciavam as arbitrariedades praticadas pelo regime militar brasileiro.

Após visitar os Estados Unidos pela segunda vez, em 1973, Jean Marc von der Weid voltou ao Chile, onde presenciou a derrubada de Allende. De acordo com Green, os norte-americanos que Von der Weid conhecera quando estivera nos EUA ficaram preocupados com o que poderia acontecer com ele durante a crise e a violência em território chileno após a ascensão de Pinochet. Denise Rollemberg Cruz (1999), afirma que Von der Weid desempenhou papel significativo nos momentos que se seguiram ao

golpe no Chile, uma vez que se dispôs a ajudar brasileiros que ainda não tinham conseguido local seguro para se refugiar, colocando a própria vida em risco. Daniel Aarão Reis Filho concedeu entrevista a Cruz (1999), em 10 de maio de 1997, na qual teceu referências à importante atuação de Von der Weid:

Jean Marc tinha ascendentes suíços, reivindicou e ganhou a nacionalidade e passaporte suíços. [...] Ele tinha todas as condições de sair legalmente, de se exilar na embaixada suíça, de sair pelo aeroporto com o passaporte dele, de ajudar os amigos e se mandar, o que já seria uma grande coisa. Mas além de ajudar dos amigos, com o passaporte suíço, embora isso não fosse uma coisa relativamente segura, não era totalmente segura, porque ali no Chile eles estavam matando qualquer um, basta ver o filme *Missing*. A ordem era primeiro matar e depois fazer as perguntas. Apesar de todas essas condições perigosíssimas, ele ficava circulando pela cidade de Santiago, tentando encontrar brasileiros que ainda não estavam asilados, para apontar o melhor lugar de asilo, a melhor embaixada, para tentar ajudar. Ele ficava circulando pela cidade, encontrou e salvou muita gente, inclusive as nossas vidas (CRUZ, 1999, p. 179).

Pesquisar sobre a atuação de exilados do golpe de 1964, que estiveram ou viveram nos Estados Unidos, durante seu período de desterro, é uma forma de buscar conhecer uma parte da história do Brasil sobre a qual até pouco tempo não se tinham informações detalhadas. Neste estudo, também houve um esforço para a compreensão do contexto social e político norte-americano nas décadas de 1960 e 1970.

Carlos Fico, na apresentação de o *Grande Irmão: Da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo*, chama atenção para o fato de que, se os brasileiros alegam que os norte-americanos conhecem pouco o Brasil e sempre associam a sociedade brasileira a estereótipos – sensualidade, preguiça, corrupção, musicalidade, cordialidade, passividade, entre outros –, é necessário reconhecer que os brasileiros também sabem muito pouco sobre a sociedade norte-americana, comumente associada ao capitalismo, ao consumo insaciável e ao que é representado nos seriados de televisão (FICO, 2008). Dessa forma, o historiador sugere que se busque conhecer melhor a sociedade dos EUA. Assim, esta dissertação também representa um esforço nesse sentido, uma tentativa de compreender as denúncias naquele país como fruto dos movimentos sociais norte-americanos da década de 1969 e 1970, que lutavam pelos direitos civis, contra a guerra do Vietnã e criticavam a política externa, que apontava ameaças comunistas em outros países aleatoriamente.

Ademais, procurou-se destacar pessoas e grupos que estabeleceram alianças com os exilados brasileiros, a fim de denunciar na imprensa dos EUA as violações aos direitos humanos pela ditadura brasileira. Assim, é essencial destacar a atuação de indivíduos norte-americanos vinculados ao meio religioso, tanto protestante quanto católico, além dos intelectuais que se dedicavam ao estudo da América Latina ou do Brasil, os denominados *brasilianistas*. Carlos Fico, no primeiro capítulo de *Além do Golpe: Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*, combate o preconceito existente em torno da produção desses intelectuais, assim como afirma que alguns deles foram precocemente interessados em estudar o regime militar no Brasil, principalmente o período conhecido como “milagre brasileiro” (FICO, 2004). O autor ressalta a importância do apoio oferecido pelos *brasilianistas* aos exilados brasileiros nos Estados Unidos:

O preconceito político contra os *brasilianists* mostrar-se-ia bastante injusto. Ao contrário de colaboracionismo com o serviço secreto norte-americano (acusações não eram incomuns na época), vários desses estudiosos, como o próprio Thomas Skidmore, participaram, nos Estados Unidos, de manifestações de condenação à ditadura militar, além de apoiarem brasileiros refugiados naquele país, e o fizeram de maneira bastante discreta, sem reclamar gratidão (FICO, 2004, p. 30).

Na apresentação da obra mencionada no parágrafo anterior, Fico (2004) ressalta a importância de que jovens pesquisadores brasileiros se interessem pelo estudo de assuntos relacionados aos Estados Unidos. Na concepção do autor (FICO, 2008, p. 12), “além de *brasilianistas*, precisamos de ‘*americanistas*’”. Dessa forma, espera-se que esta dissertação possa se configurar como uma contribuição para se compreender melhor os debates acerca dos direitos humanos e as ligações entre os Estados Unidos e o Brasil em termos políticos e sociais nas décadas de 1960 e 1970.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar a atuação de exilados brasileiros do golpe de 1964, que estiveram ou viveram nos Estados Unidos durante seu período de desterro é uma forma de buscar conhecer uma parte da história do Brasil sobre a qual até há pouco tempo não se tinham informações detalhadas. A questão do suporte financeiro, bélico e logístico que aquele país concedeu aos militares vem sendo discutida desde a década de 1970. Todavia, a aliança estabelecida entre exilados brasileiros, e intelectuais e líderes religiosos norte-americanos, para se divulgar as violações dos direitos humanos praticadas pelos militares brasileiros é um tema ainda relativamente novo para a historiografia. Este estudo representa um esforço não só para se conhecer a atuação e trajetória dos exilados brasileiros, mas também para se compreenderem aspectos dos Estados Unidos em termos sociais e políticos.

Assim, seguindo os “conselhos” apresentados por Carlos Fico na apresentação de *O Grande Irmão: Da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo* (FICO, 2008), procurou-se, neste trabalho, o afastamento de uma leitura estereotipada acerca do posicionamento do governo dos Estados Unidos em relação ao regime militar brasileiro, como se houvesse ocorrido uma parceria livre de desavenças. É de suma importância reconhecer que a relação entre o governo norte-americano e os militares brasileiros foi pautada em aproximações e distanciamentos. Por exemplo, se durante o governo Castelo Branco houve um suporte maior dos EUA, o mesmo não pode ser dito em relação a administração de Costa e Silva, com a instituição do AI 5, medida que causou polêmica até mesmo no meio governamental norte-americano, por ser considerada arbitrária e desnecessária. Contudo, não se pode deixar de enfatizar que apesar das discordâncias, jamais houve uma ruptura radical entre a potência capitalista e a ditadura brasileira.

Carlos Fico (2004; 2008) também chama atenção para o fato de que apesar de os Estados Unidos terem apoiado ostensivamente a ascensão dos militares em 1964, seja através da *Operação Brother Sam*, do rápido reconhecimento que concedeu ao regime militar ou da ajuda econômica concedida, houve a preocupação em manter certo distanciamento para que sua imagem não fosse associada à repressão praticada pelos

militares no Brasil, evitando-se, dessa forma, críticas no Congresso e na imprensa norte-americana. A pesquisa empreendida por James N. Green (2009) demonstra que essa estratégia não foi bem-sucedida, uma vez que a partir de 1968 as críticas ao caráter repressivo do regime militar brasileiro e ao apoio que Washington concedia a governos autoritários começaram a circular não apenas nos periódicos progressistas e de menor alcance, mas também em jornais reconhecidos internacionalmente como o *The Washington Post* e o *The New York Times*.

Pode-se afirmar que essas denúncias na imprensa norte-americana foram em parte possibilitadas pelo esforço de exilados brasileiros e indivíduos norte-americanos ligados ao meio religioso e intelectual. Nesta dissertação, destacou-se a atuação do brasilianista Ralph Della Cava no suporte concedido a exilados brasileiros e por sua participação na produção de artigos sobre a tortura, na organização de manifestações e palestras e na tradução de relatos de presos políticos brasileiros. Entre os exilados brasileiros que estiveram ou viveram todo o desterro nos Estados Unidos, enfatizou-se parte da trajetória de Márcio Moreira Alves, Paulo Freire, Celso Furtado, Eulália Maria Lahmeyer Lobo, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, Abdias do Nascimento, Leonel Brizola e Emília Viotti da Costa.

Dessa forma, a hipótese levantada de que o exílio nos Estados Unidos teria sido restrito a intelectuais brasileiros convidados para lecionar em universidades norte-americanas não foi confirmada, uma vez que, através da obra de James N. Green (2009) foi possível identificar a presença de outros brasileiros que também optaram pelos EUA como local de desterro. Muitos desses indivíduos aliaram a situação de insatisfação com a repressão no Brasil à oportunidade de realizar cursos de pós-graduação naquele país. Neste trabalho de pesquisa, privilegiaram-se os estudos acerca da trajetória de três militantes esquerdistas que tiveram uma importante atuação nas denúncias contra a ditadura brasileira: Anivaldo Padilha, Marcos Arruda e Jean Marc Von der Weid.

Defende-se a ideia de uma especificidade do exílio nos Estados Unidos, pois, de acordo com Green (2009), aquele país não concedeu aos exilados brasileiros o reconhecimento como refugiados políticos. Essa situação pode ser explicada através das concepções de José H. Fischel de Andrade (2010), no sentido de que os Estados Unidos reservassem esse reconhecimento para indivíduos dissidentes de regimes políticos inimigos, e os militares brasileiros não se enquadravam nessa categoria. Dessa forma, os exilados brasileiros não foram beneficiados pelas garantias dos tratados internacionais. Foram as universidades norte-americanas que lhes ofereceram

oportunidades de trabalho e estudos. Não se pode deixar de mencionar também o suporte oferecido pelas redes religiosas ecumênicas.

REFERÊNCIAS

- ABOUT PEN. New York. Pen American Center. [s. d.]. In: <[HTTP://www.pen.org/page.php/prnID/142](http://www.pen.org/page.php/prnID/142)>. Access: 12 Jun. 2010.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Celso Furtado: biografia. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.academia.org.br>>. Acesso em: 8 jul. 2010.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *A missão do ACNUR*. [s. d.].a. Disponível em: <[HTTP://www.acnur.org/t3/portugues](http://www.acnur.org/t3/portugues)>. Acesso em: 24 out. 2009.
- _____. *Em busca de uma nacionalidade*. [s. d.].b. Disponível em: <[HTTP://www.acnur.org/t3/portuguesa-qeum-ajudamos/apatridas](http://www.acnur.org/t3/portuguesa-qeum-ajudamos/apatridas)>. Acesso em 24 out. 2009.
- ALVES, Márcio Moreira. Márcio Moreira Alves. Entrevista concedida ao projeto Memórias do Exílio. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. *De muitos caminhos*. Lisboa: Arcádia, 1978. p. 223-236. (Col. Memórias do Exílio: Brasil 1964-19??, 1).
- ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro, 1967.
- ANDRADE, José H. Fischel de. Guerra fria e refugiados: da gênese política do ACNUR e da Convenção de 1951. In: IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia; SARMENTO, Daniel. *Igualdade, Diferença e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 771-807.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARCELLOS, Maria Auxiliadora Lara. Continuo sonhando. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. *De muitos caminhos*. Lisboa: Arcádia, 1978. p. 315-319. (Col. Memórias do Exílio: Brasil 1964-19??, 1).
- BASTOS, Celso Ribeiro. *Dicionário de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1994.

- BITTENCOURT, Graciela. Ações emergenciais após i terremoto. 15 jan. 2010.
Disponível em:
<<http://www.vivario.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=1850&sid=22>>
. Acesso em: 15 jun. 2010.
- CARVALHO, Anina de. Anina de Carvalho. Entrevista concedida ao projeto Memórias do Exílio. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. *De muitos caminhos*. Lisboa: Arcádia, 1978. p. 53-65. (Col. Memórias do Exílio: Brasil 1964-19??, 1).
- CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa. Texto de apresentação. (sem título). Washington D.C. [s. d.]. In: <http://artsci.wustl.edu/~anthro/blurb/b_caval.html>. Access: 15 Jul. 2010.
- CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). *De muitos caminhos*. Lisboa: Arcádia, 1978.
- CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. *Banhos de sangue*. São Paulo: Difel, 1976.
- CONVENÇÃO SOBRE OS ESTATUTOS DOS APÁTRIDAS DE 1954. São Paulo, 1954. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br>>. Acesso em: 24 out. 2009.
- CORREA, Marcos Sá. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L&PM, 1977.
- COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciúncula de; MARZOLA, Norma e LIMA, Valentina (Org.). *Memórias das Mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- DELLA CAVA, Ralph. A tortura no Brasil. *Ensaios de Opinião*, Rio de Janeiro, V. 10, p. 63-70, 1979a.
- _____. Resposta de Ralph Della Cava: Lincoln Gordon – Presidente John Hopkins University. *Ensaios de Opinião*, Rio de Janeiro, V. 10, p. 72-73, 1979b.
- DIRECTORY. Columbia University. New York. [s. d.]. In:
<<http://directory.columbia.edu/people/search?printmode=print>>. Access: 5 Jul. 2010.
- EXÉRCITO prende grupo que enviava artigos ao exterior sobre torturas no Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 mar. 1970, 1º Caderno.
- FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

‘FOI o discurso menos importante’, diz Alves, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 dez.

FREIRE, Ana Maria Araújo. *Paulo Freire: uma história de vida*. Indaiatuba, SP: Villa das Letras, 2006.

FREIRE, Elza. Elza Freire. Depoimento concedido ao projeto Memórias do Exílio. In: COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciúncula de; MARZOLA, Norma e LIMA, Valentina (org.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 200-206. (Col. Memórias do Exílio: Brasil 1964-19??, 2).

FREIRE, Paulo. O profeta do bê-a-bá. (Entrevista) *Veja*, São Paulo, Abril, n. 563, 20 jun. 1979, p. 3-6. Entrevistador: Claudius Ceccon.

FREIRE, Paulo. Paulo Freire, no exílio, ficou mais brasileiro ainda. (Entrevista) *O Pasquim*, Rio de Janeiro, Ano 9, n. 462, p. 10-14, 5/11 maio 1978. Entrevistadores: Miguel Paiva e Claudius Ceccon.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORDON, Lincoln. *A Segunda Chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*. Trad. Sérgio Bath e Marcelo Raffaelli. São Paulo: Senac, 2002.

GORDON, Lincoln. “Lincoln Gordon” (Segunda Carta de Lincoln Gordon). *Ensaios de Opinião*, Rio de Janeiro, V. 10, p. 73-74, 1979a.

_____. Uma troca de pontos de vista. Carta aos Editores da revista *Commonweal*, in: *Ensaios de Opinião*, Rio de Janeiro, V. 10, p. 70-72, 1979b.

GOVERNO não admite vistoria estrangeira dentro do país; *Jornal do Brasil*; Rio de Janeiro; 14 maio 1970.

GREEN, James N. *Clerics, exiles, and academics: opposition to the Brazilian Military dictatorship in the United States, 1969-1974*. In: *Latin American Politics and Society*. Spring, 2003.

_____. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. Trad. S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GRIFFIN, Dan. The Torture of a Brazilian, *The Washington Post*, Washington D.C, 19 sep. 1971. In: <<http://query.nytimes.com/search/sitesearch?query=achives&srchst=cse>>. Access: 10 jun. 2010.

GUARANY, Reinaldo. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HERMAN, Edward S. Carta de Edward S. Herman. *Ensaio de Opinião*, Rio de Janeiro, V. 10, p. 74-75, 1979.

JAGUARIBE, Hélio. Brazil's Castelo Branco Regime Opposed, *The New York Times*, New York, 12 Nov. 1965, Letters to the editor of *The Times*. In: <<http://query.nytimes.com/search/sitesearch?query=achives&srchst=cse>>. Access: 18 Jun. 2010.

LESSA, Robério. Ralph Della Cava recebe título de Professor *Honoris Causa*. Fortaleza. 21 ago. 2004. Disponível em: <http://www25.ceara.gov.br/noticias/noticias_detalhes.asp?nCodigoNoticia=12822>. Acesso em: 05 jul. 2010.

LIMA, Tito de Alencar. O testemunho de Frei Tito. (Carta-depoimento) In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. *De muitos caminhos*. Lisboa: Arcádia, 1978. p. 347-351. (Col. Memórias do Exílio: Brasil 1964-19??, 1).

LISBÔA, Suzana Keniger. *Maria Auxiliadora Lara Barcelos*. (Relatório). Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.torturanuncamaisrj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=171>>. Acesso em: 4 out. 2009.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Eulália Maria Lahmeyer Lobo. Entrevista. *Estudos Históricos*, da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, V. 5, n. 9, p. 84-96, 1992.

MACHADO, José Antonio Pinheiro. *Opinião x censura: momentos de luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

MAGALHÃES, Esther C. Piragibe; MAGALHÃES, Marcelo C. Piragibe. *Dicionário Jurídico Piragibe*. 9. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

MARTINS, Roberto Ribeiro. *Anistia ontem e hoje*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

MILLER, Arthur. Men and words in prision. *The New York Times*, New York, 16 Oct. 1971. In: <<http://query.nytimes.com/search/sitesearch?query=achives&srchst=cse>>. Access: 4 Jun. 2010.

MISSÃO em Roma?; *Veja*; São Paulo; Abril, n. 83, p. 30-31, 8 abr. 1970.

MONTGOMERY, Paul L. Brazil's General Put an End to the Criticism, *The New York Times*; New York, 22 Dec. 1968. In: <<http://query.nytimes.com/search/sitesearch?query=achives&srchst=cse>>. Access: 23 Jul. 2010.

MORSE, Richard; SKIDMORE, Thomas; STEIN, Stanley; WAGLEY, Charles. Brazilian Dissident, *The New York Times*; New York, 8 Mar. 1970, Letters to the editor of *The Times*. In:

<<http://query.nytimes.com/search/sitesearch?query=achives&srchst=cse>>. Access: 22 Jul. 2010.

NCC at a glance: who belongs, what we do, how we work together. New York. [s. d.]. In: <http://www.ncccusa.org/about/about_ncc.html>. Access: 6 Jun. 2010.

ONIS, Juan. Purged Brazilian Economist Will Teach in U.S, *The New York Times*; New York, 11 May 1964. In: <<http://query.nytimes.com/search/sitesearch?query=achives&srchst=cse>>. Access: 20 Jun. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados*. 1951. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br>>. Acesso em 24 out. 2009.

PARKER, Phyllis. 1964: *O Papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Trad. Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PRADO, Maria Ligia Coelho; SOARES, Gabriela Pellegrino; COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a democracia na América Latina*. São Paulo: Senac, 2007.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar: esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

RIBEIRO, Darcy. Darcy Ribeiro. (Entrevista). *O Pasquim*, Rio de Janeiro, ano 9, n. 426, p. 8-15, 28 ago/2 set 1977. Entrevistadores: Antonio Callado, Edilson, Felix de Athayde, Jaguar e Jeferson de Andrade.

RIBEIRO, Darcy. *Testemunho*. São Paulo: Siciliano, 1990.

SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio: e outros ensaios*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Fora do lugar: memórias*. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Representações do intelectual: as Conferências de Reith de 1993*. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SATTAMINI, Lina Pena. *Esquecer? Nunca Mais...* Rio de Janeiro: OR Editorial, 2000.

SCHLESINGER Jr., Arthur M. *Os Ciclos da História Americana*. Trad. Raul de Sá Barbosa e Múcio Bezerra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política externa norte-americana em relação à América Latina*. Trad. Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2000.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

SILVA, Leila Maria Bittencourt da. *Direitos humanos na teoria e na prática*. Rio de Janeiro: GZ Ed, 2009.

SHAULL, Richard. Brazil's harsh regime, *The New York Times*; New York, 16 Sep. 1969. In: <<http://query.nytimes.com/search/sitesearch?query=achives&srchst=cse>>. Access: 10 Jun. 2010. Letters to the editor of *The Times*.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Trad. Mário Salviano Silva. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Herbert José de. Herbert Jose de Souza (Betinho). Entrevista concedida ao projeto Memórias do Exílio. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. *De muitos caminhos*. Lisboa: Arcádia, 1978. p. 67-111. (Col. Memórias do Exílio: Brasil 1964-19??, 1).

STEINER, Henry J.; TRUBEK, David M. Brazilian Scholar, *The New York Times*; New York, 14 Jun. 1970, Letters to the editor of *The Times*. In: <<http://query.nytimes.com/search/sitesearch?query=achives&srchst=cse>>. Access: 14 Jul. 2010.

STERN, Laurence. C.I.A.: o parceiro silencioso da política externa americana. In: CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. *Banhos de sangue*. São Paulo: Difel, 1976. p. 147-151.

VELOSO em Washington nega as torturas de presos políticos; *Jornal do Brasil*; Rio de Janeiro; 23 maio 1970.

VIDAL, David. Latin exiles, hertened by the easing of political repression, begin to return home. *The New York Times*, New York, 24 Nov. 1978. In: <<http://query.nytimes.com/search/sitesearch?query=achives&srchst=cse>>. Access: 22 Jul. 2010.

VIÑAR, Marcelo. A experiência do exílio: do traumatismo ao inesperado. In: VIÑAR, Marcelo; VIÑAR, Maren. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992. p. 109-118.

VIÑAR, Marcelo. Pedro ou a demolição: um olhar psicanalítico sobre a tortura. In: VIÑAR, Marcelo; VIÑAR, Maren. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992. p. 35-52.

VIÑAR, Marcelo. Pepe ou o delírio de herói. In: VIÑAR, Marcelo; VIÑAR, Maren. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992. p. 53-62.

VIÑAR Maren. Os olhos dos pássaros. In: VIÑAR, Marcelo; VIÑAR, Maren. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992. p. 13-19.

VIÑAR, Marcelo; VIÑAR Maren. Exílio e Tortura. In: VIÑAR, Marcelo; VIÑAR, Maren. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992. p. 63-78.

VIOTTI, Emília. Depoimento (sem título). In: COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Tereza Porciúncula de; MARZOLA, Norma; LIMA, Valentina. *Memória das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 390-412.

VIZENTINE, Paulo Fagundes. *Relações internacionais do Brasil de Vargas a Lula*. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.

WICKER, Tom. Pressure for Change in Brazil, *The New York Times*; New York, 5 May 1978. In: <<http://query.nytimes.com/search/sitesearch?query=achives&srchst=cse>>. Access: 25 Jul. 2010.

ANEXOS

Publicações na Imprensa Norte-Americana